



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR

**O ENSINO PROFISSIONAL DO INES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
Como desafiar a invisibilidade?**

Parte I: Brasil Império

ALINE LIMA DA SILVEIRA LAGE

RIO DE JANEIRO
DEZEMBRO, 2020

**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR**

**O ENSINO PROFISSIONAL DO INES NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA:
Como desafiar a invisibilidade?**

Parte I: Brasil Império

Relatório Final da Pesquisa *Professores Surdos do Ensino Profissional do Instituto Nacional de Educação de Surdos* (2019-2020) coordenada pela Prof.^a Dr.^a Aline Lima da Silveira Lage e participação das Alunas Bolsistas de Iniciação Científica do DESU-INES Rosiane Flauzino Jardim da Silva e Altair Fátima Bezerra de Santana. Ação do Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos (GPFPS)

Rio de Janeiro
Dezembro, 2020

Aline Lage



Rosiane Flauzino



Fátima Santana



E59 O ensino profissional do INES na educação brasileira: como desafiar a invisibilidade? Parte I: Brasil Império / Organização Aline Lima da Silveira Lage; colaboração Rosiane Flauzino Jardim da Silva, Altair Fátima Bezerra de Santana. — Rio de Janeiro: INES, 2020.
107 f. : il. ; 30 cm.

Relatório final da pesquisa *Professores Surdos do Ensino Profissional do Instituto Nacional de Educação de Surdos* do Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos (GPFPS).

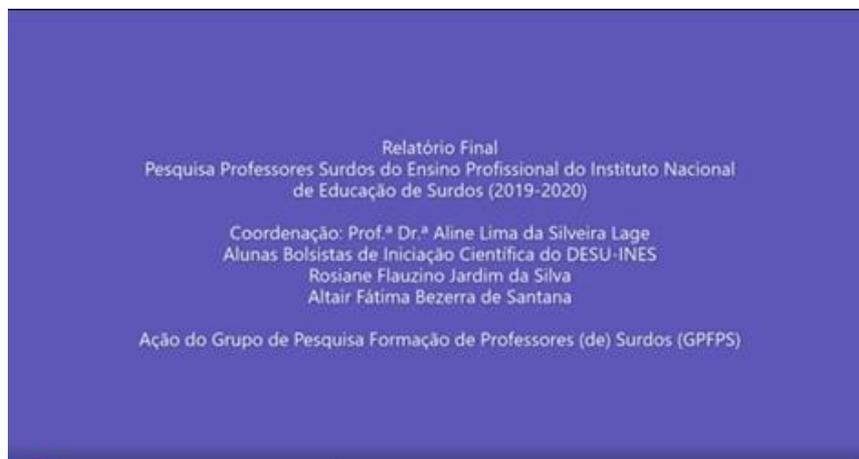
1. Professores surdos. 2. Ensino profissional. 3. Instituto Nacional de Educação de Surdos – História. I. Título. II. Lage, Aline Lima da Silveira. III. Silva, Rosiane Flauzino Jardim da. IV. Santana, Altair Fátima Bezerra de.

CDD 371.912

Resumo: pesquisamos dados sobre a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES. Esta investigação integra as ações Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos (GPFPS) do INES. Os objetivos específicos foram: identificar documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo INES; localizar bancos de dados que concentrem dados referentes ao ensino profissional do INES; buscar documentos que registrem a atuação dos professores surdos do ensino profissional do INES; identificar, organizar e mapear instituições de ensino profissional nas quais surdos tenham atuado como professores; revisar sistematicamente a literatura sobre a atuação de surdos como professores no ensino profissional. As pesquisas documental e bibliográfica, delineadas como estudo de cunho qualitativo e considerando dados quantitativos, foram utilizadas para produção e avaliação dos dados. Concentramos a pesquisa no período imperial do Brasil. Os resultados representam um esforço para desafiar a invisibilidade dessa oferta educacional do INES na Educação, e por extensão, de aspectos que envolvem a história dos surdos brasileiros.

Palavras-chave: Professores surdos; Ensino profissional; INES; Oficinas profissionalizantes.

Resumo em Libras¹:



<https://youtu.be/EsHQmmWWo4k>

¹ Versão de Aline Lima da Silveira Lage.

LISTA DE FIGURAS

Imagem da capa: Encadernação (Não é do INES http://www.flashencadernacoes.com/historia.html)	
Figura 1: Trecho do Relatório do Comissário do Governo Manoel Francisco Correa	53
Figura 2: Mapa dos surdos-mudos existentes no Império, extraído dos trabalhos da Repartição da Estatística	54
Figura 3: Mapa dos surdos-mudos existentes no Império atualizada, extraído dos trabalhos da Repartição da Estatística	56
Figura 4: Trecho do Relatório Administrativo com as razões para ensinar Agricultura aos surdos brasileiros segundo Tobias Leite	57
Figura 5: Mapa com levantamento dos institutos de surdos de 19 países	65
Figura 6: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1862 da BNDigital	66
Figura 7: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1868 da BNDigital	67
Figura 8: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1868 da BNDigital	68
Figura 9: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1868 da BNDigital	68
Figura 10: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1869 da BNDigital	69
Figura 11: Relatório de Huet à Comissão Inspetora	79
Figura 12: Projeto de lei fundando um patrimônio para o Instituto dos Surdos-mudos com o apoio aos egressos	87

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Relatórios e citações ao INES no <i>Almanak Laemmert</i> do site CRL e na BNDigital	18
Quadro 2: Levantamento documental nos Livros de Correspondências Recebidas do INES (1922 a 1927)	21
Quadro 3: Resultado da busca na BDBTD os descritores <i>Educação Profissional e Brasil</i> , assunto <i>Educação Profissional</i> , em outubro de 2019	23
Quadro 4: Resultado da busca na BDBTD os descritores <i>Educação Profissional e Surdos</i> , em outubro de 2019	27
Quadro 5: Relatórios Administrativos e citações ao INES, período como empresa particular (1856 a 1861), no <i>Almanak Laemmert</i> do site CRL e na BNDigital	35
Quadro 6: Relatórios Administrativos e citações ao INES 1862 a 1868, sob a direção de uma Comissão Diretora (recebendo 16 alunos), presentes no <i>Almanak Laemmert</i> do site CRL e na BNDigital	40
Quadro 7: Relatórios Administrativos e citações ao INES 186a a 1889, presentes no <i>Almanak Laemmert</i> do site CRL e na BNDigital	46
Quadro 8: Referências a Cunha (2000a) e ao Ensino Profissional do INES nas fontes localizadas na BDBTD com os descritores <i>Educação Profissional e Brasil</i>	72

LISTA DE SIGLAS

AEE Atendimento Educacional Especializado
ASSINES Associação dos Servidores do INES
AVP Ambiente Virtual de Pesquisa
BDBTD Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
BNDigital Biblioteca Nacional Digital
CAp/INES Colégio de Aplicação do INES
CAPES Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CECIERJ Fundação Centro de Ciências e Educação Superior à Distância do Estado do RJ
CESB Campanha para Educação do Surdo Brasileiro
CENESP Centro Nacional de Educação Especial
CRL Center for Research Libraries (Centro de Bibliotecas de Pesquisa)
DASP Departamento Administrativo do Serviço Público
DESU Departamento de Ensino Superior do INES
DDHCT Departamento de Desenvolvimento Humano, Científico e Tecnológico do INES
DOU Diário Oficial da União
EBTT Ensino Básico Técnico e Tecnológico
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio
FAETEC Fundação de Apoio à Escola Técnica
FENEIS Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
GPFPS Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos
IBC Instituto Benjamin Constant
IES Instituições de Ensino Superior
IFSC Instituto Federal de Santa Catarina
IHGB Instituto Histórico e Geográfico do Brasil
IJSP Instituto de Jovens Surdos de Paris
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
INES Instituto Nacional de Educação de Surdos
INJS Instituto Nacional de Jovens Surdos de Paris
INSM Instituto Nacional de Surdos-Mudos
ISERJ Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS Língua Brasileira de Sinais
MEC Ministério da Educação
PPD Pessoas Portadoras de Deficiência
PNE Plano Nacional de Educação
PROLIBRAS Proficiência para Uso e Ensino da Libras
PUC-Rio Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

NEO-INES Núcleo de Educação Online do INES

SciELO Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica Online)

SENAC Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TILSP Tradutores e Intérpretes de Libras-Língua Portuguesa

UEFS Universidade Estadual de Feira de Santana

UEL Universidade Estadual de Londrina

UERJ Universidade Estadual do Rio de Janeiro

UFBA Universidade Federal da Bahia

UFF Universidade Federal Fluminense

UFPB Universidade Federal da Paraíba

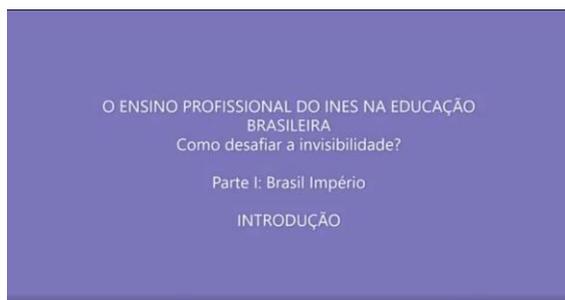
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

Introdução	9
1. Como nos organizamos: métodos, procedimentos e equipe	11
2. Em busca dos dados sobre Professores Surdos do Ensino Profissional do INES	16
2.1 Acervos do INES, CRL e Biblioteca Nacional Digital	16
2.2 Outros acervos	21
2.3 Pesquisa bibliográfica: o INES nos estudos sobre Ensino Profissional no Brasil	22
3. O que soubemos sobre Ensino Profissional do INES	34
3.1 Acervo do INES, CRL e Biblioteca Nacional Digital	34
3.2 Pesquisa documental em outros acervos	66
3.3 Referências identificadas na pesquisa bibliográfica	70
4. Conclusão da pesquisa: avaliando o alcance dos resultados	82
4.1 Constatações	83
4.2 Questões que apontaram para a continuidade da pesquisa	87
Considerações Finais	90
Referências	91
Apêndices	
1. Relatórios Administrativos do Instituto Nacional de Educação de Surdos de 1856 a 1889 presentes no CRL e na Biblioteca Nacional Digital	96
2. Relatório da Bolsista Rosiane Flauzino	97
3. Relatório da Bolsista Fátima Santana	100
Anexos	
1. Programa do Curso Normal do INES em 1884 (Documento administrativo do Instituto - Acervo Arquivo Nacional)	104
2. Instruções do Concurso para Provimento da cadeira de Linguagem Escrita (BNDigital, 1883, Anexo D, p. 414)	106
3. Transcrição do Relatório do Diretor Edouard Huet (Rocha, 2018, p. 29) em francês	107

INTRODUÇÃO



Versão Libras: <https://youtu.be/rS9TLdMctNg>

Esta investigação integra as ações Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos (GPFPS)², sediado no INES, que tem como objetivo principal pesquisar a formação e a atuação de professores (de) surdos na educação brasileira. Coordenado pela Professora Aline Lima da Silveira Lage e pelo Professor Maurício Rocha Cruz, o GPFPS é composto por profissionais e estudantes do INES, ISERJ, FAETEC, UFBA, UFF, UFRJ, com experiência na educação de surdos e/ou na formação de seus professores. O objetivo geral da pesquisa foi levantar dados sobre a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo Instituto de surdos brasileiro.

Na primeira seção explicitamos como nos organizamos em termos de métodos, procedimentos e a cooperação em equipe. Mantivemos o que estava previsto para que se repare porque modificamos nossa proposta inicial.

A segunda apresenta procedimentos realizados, organização do trabalho, justifica as mudanças dos objetivos e a escolha pelo período imperial. Apresentamos os aspectos gerais da pesquisa nos Acervos do INES, do Center for Research Libraries (CRL) e da Biblioteca Nacional Digital (BNDigital). Informamos a pesquisa documental em outros acervos. Exibimos a pesquisa bibliográfica realizada na Scientific Electronic Library Online (SciELO) e na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD) para conhecer se e como a literatura acadêmica cita o INES ao abordar o Ensino Profissional.

A terceira seção avalia o que sabemos sobre Ensino Profissional do INES. Detalhamos a pesquisa documental nos acervos. Destacamos outros temas que nos chamaram a atenção. Buscamos as referências das pesquisas identificadas no levantamento bibliográfico.

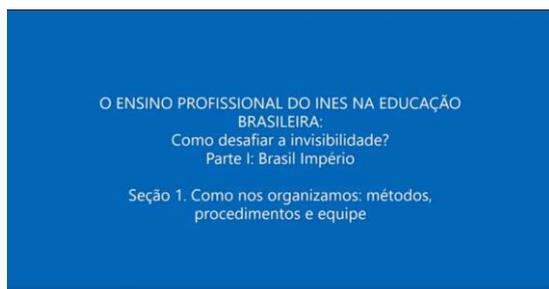
² Mais informações no Ambiente Virtual de Pesquisa: <https://www.avp.pro.br/course/view.php?id=15>

Por fim, avaliamos o alcance dos resultados da pesquisa: as principais constatações e as questões que apontaram para a continuidade da pesquisa. A nova etapa deve aprofundar para esclarecer as principais lacunas.

Nos Apêndices 2 (p. 97) e 3 (p. 100) mostramos os Relatórios das Bolsistas Rosiane Flauzino e Fátima Santana. Apresentamos o acesso ao documento *Relatórios Administrativos do Instituto Nacional de Educação de Surdos de 1856 a 1889 presentes no CRL e na Biblioteca Nacional Digital* (Apêndice 1, p. 96), organizado pela pesquisadora e publicado em maio de 2020 no Ambiente Virtual de Pesquisa (AVP) do GPFPS.

Concluimos que pesquisar e divulgar o Ensino Profissional do INES é um esforço que desafia a invisibilidade dessa oferta educacional no Instituto, e por extensão, de aspectos que envolvem a história dos surdos brasileiros.

1. Como nos organizamos: métodos, procedimentos e equipe



Versão em Libras da Síntese da Seção 1: https://youtu.be/V2xO75jfv_Q

Na tese *Professores surdos na Casa dos Surdos: “Demorou muito, mas voltaram”* (Lage, 2019)³ indagamos a inserção de professores surdos no INES, contudo percebemos a necessidade de conhecer o Ensino Profissional realizado no Instituto. Com base em Rocha (2007) compreendemos que Edouard Huet tentou convencer o Imperador que era importante oferecer educação aos surdos, em especial os pobres. Reproduzimos o programa de ensino citado: Língua Portuguesa, Aritmética, Geografia e História do Brasil, Escrituração Mercantil, Linguagem Articulada (aos que tivessem aptidão) e Doutrina Cristã (p. 30). Afirmamos que Tobias Leite teria mantido o ensino agrícola e implantado o Ensino Profissionalizante, visando a garantia de subsistência aos egressos do Instituto. Em janeiro de 1925, o Instituto teria transformado em estabelecimento profissionalizante, oferecendo Oficinas de Sapataria e Encadernação. Como o nosso objetivo eram os professores surdos concursados em 2013, não planejamos incluir professores surdos aposentados. Porém, o fato dos novos professores surdos desconhecerem o cargo dos pares que foram aposentados nos anos 1990 nos motivou a conhecer as atividades que esses desenvolviam. Então, as Oficinas Profissionalizantes do INES, segmento onde atuaram a partir dos anos 1960, os Professores José Vicente de Campos e Sebastião Orlandi, entrevistados na pesquisa para a tese, passaram a nos interessar. Naquela oportunidade, não foi possível aprofundar o tema e por isso, apresentamos esta proposta ao Departamento de Ensino Superior quando retornamos da licença para o doutoramento.

O objetivo geral da pesquisa foi levantar dados sobre a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo Instituto de surdos brasileiro. Os objetivos específicos foram: identificar documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo INES; localizar bancos de dados que possam concentrar dados referentes ao ensino profissional do INES; buscar documentos que registrem a atuação dos professores surdos do ensino profissional do

³ Disponível em: <http://hdl.handle.net/123456789/847>

INES; identificar, organizar e mapear instituições de ensino profissional nas quais surdos tenham atuado como professores; revisar sistematicamente a literatura sobre a atuação de surdos como professores no ensino profissional. Ressalvamos que em alguns momentos usamos o termo educação profissional e em outros, ensino profissional.

A pesquisa qualitativa está ancorada na abordagem histórico-cultural de Vigotski, Luria e Leontiev. Nesta perspectiva analisamos a formação humana na relação entre o processo histórico de objetivação do gênero humano e a vida do indivíduo como um ser social (Saviani; Duarte, 2012).

Na obra *Fundamentos de Defectologia*, Vigotski (1997) afirma que ao avaliarmos fenômeno psicológico humano precisamos considerar a variabilidade intrínseca. O psicólogo criticava as tendências hegemônicas científicas que procuram enunciar a uniformidade, a invariância (Tunes, 2017). Ele buscava compreender o porquê e o como “acontece essa variabilidade, ou seja, das leis que a regem, em oposição à ideia de que se deve buscar as leis que regem a uniformização” (p. 83). Enquanto ainda prevalece nos dias atuais a ideia de que o desenvolvimento é determinado pela programação biológica, restringindo ao ambiente social a expansão do mesmo, a Escola de Vigotski compreende o desenvolvimento humano no seu caráter histórico-cultural para o qual a cooperação social é primordial (Tunes, 2017).

As pesquisas da Escola de Vigotski afiançam que nas funções superiores (pensamento conceitual, linguagem racional, memória lógica, atenção voluntária, etc.) estão as maiores possibilidades de desenvolvimento de crianças surdas. As funções elementares (motricidade, linguagem, atenção, etc.) são menos educáveis.

Na educação tradicional para os surdos, a linguagem “devora como um parasito todos os demais aspectos da educação e se converte em um fim em si” (Vigotski, 1997, p. 231). Vigotski considerava que no centro da educação das crianças surdas deveriam ser posicionadas as questões gerais da Educação, como a educação político-social. Entretanto, o insuficiente desenvolvimento linguístico dessas crianças acaba se tornando um obstáculo. Ele avaliou que “somente o nexos entre uma coisa e outra, somente a coletividade como fator fundamental do desenvolvimento linguístico, somente a linguagem dentro da coletividade, poderiam servir como saída efetiva deste círculo vicioso” (p. 233-234). Assim sendo, as características positivas dos alunos surdos, sua personalidade ou funções são relevantes não por si, mas por estarem diretamente relacionados com seus semelhantes, ou seja, com todos os humanos, independente da condição.

Na maior parte da abordagem sobre as instituições especiais, Vigotski denunciava a atenção aos surdos oferecida. Em “*Los problemas fundamentales de la defectología contemporânea*” (1929), Vigotski (1997) argumenta que a escola especial poderia propor um

objetivo geral, não necessariamente voltado para o particularismo dos alunos. Na base dos princípios comunistas que defendia, o objetivo da escola única laboral seria criar construtores de uma nova vida; algo distante da escola auxiliar que equipava seus alunos mentalmente retardados - expressão da época - para a adaptação social e preparando-os tão somente para lutar pela subsistência. Na escola especial “a pedagogia terapêutica apagou a normal, a educação especial trouxe a social” (p. 81). Vigotski não negava a necessidade de recursos e métodos especiais. “No entanto, não devemos esquecer que é preciso educar não a um cego, mas antes de tudo a uma criança. Educar para o cego e para o surdo significa educar a cegueira e a surdez e transformar a pedagogia da defectividade infantil em pedagogia defectiva” (p. 81).

No sistema educacional social das crianças surdas-mudas como construção teórica e prática pedagógica, sublinhando que estavam realizando os primeiros passos: “nossa escola para surdos-mudos está orientada para o modelo da escola normal e toma como base as ideias da escola laboral revolucionária. (...) Trabalho, sociedade e natureza são as três causas principais para o qual se orienta o trabalho educativo e instrutivo na escola” (Vigotski, 1997, p. 126). A quantidade de instituições educativas para surdos-mudos cresceu durante os primeiros anos da Revolução Russa, período de reivindicações das massas, de aguda necessidade (Vigotski, 1997, p. 126-127).

Vigotski (1997) cita Krúpskaya no texto *Principios de la educación social de los niños sordomudos* (1925) para descrever o caráter geral da formação baseada no trabalho. A instrução profissional se estrutura sobre a educação laboral politécnica “que oferece um domínio total e completo de algum tipo de trabalho, como que se assegura a incorporação à vida e à participação laboral com ela” (p. 126-127). Essa educação promove a organização da coletividade infantil. Os objetivos não se limitam à regulação da vida e as crianças poderiam entender que são parte orgânica da sociedade de adultos.

Com relação às referências metodológicas, para tentar alcançar o objetivo geral - levantar dados levantar sobre a atuação dos professores surdos no ensino profissional oferecido pelo INES -, considerando que os dados envolvem aspectos históricos (Gil, 2009), realizamos pesquisa documental e bibliográfica. Visamos ao conhecimento amplo e detalhado do objeto (Ivenicki; Canen, 2016).

Estavam previstos os seguintes procedimentos:

- Pesquisa documental e bibliográfica para identificar documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo INES;
- Pesquisa no acervo do Instituto e em acervos físicos e digitais de instituições e órgão públicos relacionados ao INES e/ou com o ensino profissional para localizar dados que possam informar acerca do ensino profissional do INES;

- Pesquisa no acervo do Instituto e em acervos físicos e digitais de instituições e órgãos públicos relacionados com o INES e/ou com o ensino profissional para identificar documentos que registrem a atuação de professores surdos do ensino profissional do INES;
- Levantamento de dados na rede internacional de computadores para identificar, organizar e mapear instituições de ensino profissional nas quais surdos tenham atuado como professores;
- Pesquisa bibliográfica nos acervos das instituições de ensino superior e dos institutos técnicos e tecnológicos para revisar sistematicamente a literatura (Mutão; Lodi, 2018) sobre a atuação de surdos como professores no ensino profissional.

Na busca nos bancos de dados, bem como nos acervos, procuraríamos referências a professores surdos no ensino profissional, independente do período. Interessava-nos de forma direta os professores surdos do Ensino Profissional do INES, mas prevíamos incluir informações sobre esse perfil presente nas redes pública e privada, caso fossem localizados. Prevíamos também o armazenamento dos dados referentes a professores de surdos no ensino profissional – contratos, relatórios, documentos em geral -, caso encontrássemos.

No levantamento bibliográfico procuraríamos as fontes que abordam aspectos históricos da educação profissional e reparar citações ao INES como instituição que a ofertou para seu público. Nem todos os objetivos propostos, em consequência, nem todos os procedimentos foram realizados. Comentaremos essa questão nas considerações finais. Na apresentação do conteúdo dos documentos e das publicações mantivemos a grafia da época.

No tocante à equipe, em resposta ao Edital n.º 008/2018, referente ao Programa de Iniciação Científica do DESU-INES (PIC-INES), solicitamos duas bolsas de iniciação científica. Todavia, apenas uma foi aprovada e a aluna Rosiane Flauzino Jardim da Silva foi selecionada.

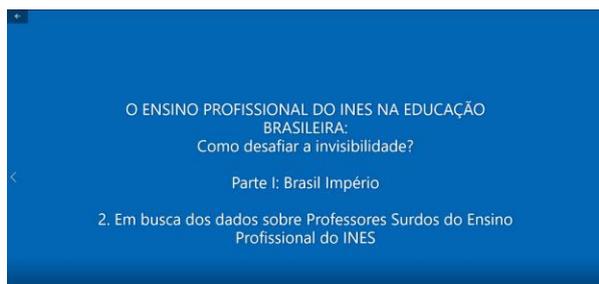
Iniciamos estudando o projeto. A seguir, visitamos a Biblioteca Nacional e estudamos *in loco* pesquisa bibliográfica. No setor de Obras Raras a aluna se interessou por uma obra de cunho educacional, que embora não se relacionasse com a temática da pesquisa, demonstrou uma atitude investigativa. Porém, em agosto de 2019, após ter começado a pesquisa no Acervo do INES, a aluna precisou se desligar (Relatório no Apêndice 2, p. 97). Em abril de 2020, a aluna Altair Fátima Bezerra de Santana foi remanejada para esta pesquisa. Após ser inteirada sobre a investigação começou a participar da avaliação dos Relatórios Administrativos.

Embora breve, a atuação das alunas impulsionou a pesquisa. A participação da primeira aluna nos levou à reavaliação do projeto proposto, identificando suas limitações e ao exercício

da crítica ao proposto. No caso da segunda, a necessidade de enviar parte do resultado da pesquisa documental numa forma que pudesse acessar e auxiliar a interpretação provocou a organização dos dados. Após terminada tal ação, percebemos que o documento elaborado poderia ser útil a outros pesquisadores e antes de encaminhar este relatório, publicamos o mesmo.

Além da colaboração direta das graduandas do DESU-INES, contamos com as intervenções e contribuições dos integrantes do GPFPS, em especial da graduanda Altair Fátima Bezerra de Santana que permaneceu como voluntária, do pesquisador José Raimundo Rodrigues, coordenador pedagógico da Prefeitura Municipal de Vitória e doutorando na UFES.

2. Em busca dos dados sobre Professores Surdos do Ensino Profissional do INES



Versão em Libras da Síntese da Seção 2: <https://youtu.be/7PzyelvTnj4>

Apresentamos os resultados da pesquisa documental, bem como da pesquisa bibliográfica. As avaliações preliminares dizem respeito às mudanças de procedimento e mesmo de ênfase da pesquisa.

2.1 Acervos do INES, CRL e Biblioteca Nacional Digital

Iniciamos a pesquisa documental pelo Acervo do INES em junho de 2019. Numa primeira visita, a pesquisadora e a bolsista Rosiane Flauzino procuraram orientação da responsável pelo Acervo, Professora Solange Rocha. Essa nos orientou quanto ao manuseio do material, indicando-nos consultar os Relatórios do Instituto presentes no *Almanak Laemmert*⁴ e impressos à disposição para a consulta de pesquisadores. Foram realizadas três buscas. A primeira efetuada pela bolsista em junho e as seguintes em agosto pela pesquisadora.

Primeira Busca (11/06/2019): Responsável: Rosiane Flauzino Jardim da Silva. Ano: 1856

Segunda Busca (15/08/2019): Responsável: Aline Lage. Período: 1857-1883

Terceira Busca (22/08/2019): Responsável: Aline Lage. Período: 1884-1888

Avaliamos o conteúdo dos relatórios impressos no Acervo do INES e os fotografamos com o celular. Contudo, a qualidade das imagens ficou comprometida. Por esse motivo, usando o descritor *surdos mudos*, acessamos e extraímos os relatórios do *Almanak Laemmert* no mesmo local de que foram produzidos os impressos. Trata-se da Coleção de Documentos do Governo Brasileiro – de 1844-1889 do Center for Research Libraries (CRL). O CRL é um

⁴ Informações do site da entidade disponível em: <https://www.crl.edu/about>. Os documentos referentes ao INES foram encontrados em: <http://ddsnext.crl.edu/titles/88#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1659%2C-199%2C5588%2C3942>

Consórcio internacional de universidades, faculdades e bibliotecas de pesquisa independentes. Fundada em 1949, a CRL apoia a pesquisa original e o ensino inspirado nas ciências humanas, ciências e ciências sociais, preservando e disponibilizando aos estudiosos uma riqueza de materiais de origem primária raros e incomuns de todas as regiões do mundo.⁵

Esta segunda ação ampliou os dados porque localizamos páginas que antes não tínhamos visto. Em novembro de 2019, buscando na internet o site do CRL, o programa indicou que na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional havia o *Almanak Laemmert: Administrativo, Mercantil e Industrial (RJ) - 1891 a 1940*. Trata-se do “portal de periódicos nacionais que proporciona ampla consulta, pela internet, ao seu acervo de periódicos – jornais, revistas, anuários, boletins etc. – e de publicações seriadas” oferecido pela Biblioteca Nacional por meio de parcerias institucionais⁶. Identificamos novos dados.

Em abril de 2020, outros relatórios e documentos foram encontrados na Biblioteca Nacional Digital (BNDigital), em especial a pasta *Ministério do Império: Relatório da Repartição dos Negócios do Império (RJ) - 1832 a 1888*. Lançada em 2006, a BNDigital⁷ integra coleções que estavam sendo digitalizadas desde 2001 para exposições e projetos temáticos, em parceria com instituições nacionais e internacionais. Para a pesquisa na pasta usamos como descritores *instituto de surdos mudos, Huet, Tobias Leite* e ampliamos a possibilidade de acompanhar o andamento da instituição no período do Império. Como não era possível baixar e salvar como imagem, copiamos, colamos no aplicativo Google Documentos e baixamos o documento como arquivo em PDF.

Apresentamos a seguir o Quadro 1 no qual comparamos as menções ao INES presentes no *Almanak Laemmert* do site CRL e da BNDigital, destacando os Relatório Administrativos. Na primeira coluna quadro está o ano indicado no site que às vezes mostra o ano em que os eventos aconteceram e, às vezes, o ano de publicação do relatório; há casos em que coincidem. Na segunda, indicamos quem era o diretor. Na terceira coluna apresentamos as citações ao INES que identificamos no site CRL diferenciando os Relatórios Administrativos, resumidos ou ampliados, de outras menções ao Instituto; indicamos o número de folhas (f.) do relatório. Foram identificadas 178 citações, das quais 68 páginas de Relatórios Administrativos. Na quarta coluna apresentamos o que localizamos na BNDigital, indicando o número de folhas (f.) de Relatórios Administrativos localizados, totalizando 137 páginas.

⁵ Informações do site da entidade disponível em: <https://www.crl.edu/about>. Os documentos referentes ao INES foram encontrados na seguinte aba: <http://ddsnnext.crl.edu/titles/88#?c=4&m=0&s=0&cv=0&r=0&xywh=-1659%2C-199%2C5588%2C3942>

⁶ <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>

⁷ <http://bndigital.bn.gov.br/>

Quadro 1 – Relatórios e citações ao INES no *Almanak Laemmert* do site CRL e na BNDigital

Ano	Diretor	<i>Almanak Laemmert</i> Site CRL (Diferencia o relatório resumido ou ampliado de outras citações ao Instituto) Número de folhas (f.) do Relatório	BNDigital Número de folhas (f.) do Relatório
1856	Edouard Huet	1 f.	(03)
1857	Huet	1 f.	(01)
1858	Huet	4 (sendo 1 referente a orçamento) = 3 f.	(02)
1859	Huet	1 f.	(02)
1860	Huet	Não tem relatório (1 apenas uma lista de colégios de meninos)	(02)
1861	Frei João Monte do Carmo e Ernesto Prado	Não Tem Relatório (2: parte de um documento com dados sobre orçamento, e lista de colégios de meninos)	(02)
1862	Frei J.M. do Carmo e E. Prado	(2 sendo 1 documento com as instituições do Ministério dos Negócios do Império) = 1 f.	Igual (01)
1863	Manuel Magalhães Couto	(3 sendo 1 lista de colégios diversos e 1 documento do Ministério dos Negócios do Império) = 1 f.	Igual (01)
1864	M. Couto	2 f.	(02)
1865	M. Couto	(4 sendo 2 documentos sobre orçamento) = 2 f.	(02)
1866	M. Couto	2 f.	(02)
1867	M. Couto	(4 sendo 1 lista de endereços) = 3 f.	(03)
1868	M. Couto	(3 sendo que 1 lista de colégios diversos) = 2 f.	(09)
1869	Tobias Rabello Leite	(3 sendo 1 lista de colégios) = 2 f.	(05)
1870	Tobias Leite	(5 sendo 1 lista de colégios diversos, 1 lista de endereços, 1 Regimento do Instituto) = 2 f.	(12)
1871	Tobias Leite	(4 sendo 1 lista de endereços, 1 lista de colégios diversos) = 2 f.	(13)
1872	Tobias Leite	(6 sendo 1 lista de colégios diversos, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i>) = 4 f.	(01)
1873	Tobias Leite	(4 sendo 1 lista de colégios diversos, 1 lista de endereços) = 2 f.	(08)
1874	Tobias Leite	(7 sendo 1 lista de colégios diversos de meninos, 1 documento com receitas ordinárias, 1 lista de endereços, 2 documento sobre orçamento do Ministério) = 2 f.	(02)
1875	Tobias Leite	(5 sendo 1 lista de endereços, 2 listas de colégios diversos de meninos) = 2f.	(07)
1876	Tobias Leite	(8 sendo 1 lista de colégios diversos de meninos, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i> , 2 documento sobre orçamento; 1 do levantamento de cegos e mudos da Província de Alagoas) = 3 f.	(08)
1877	Tobias Leite	(10 sendo 1 lista de colégios diversos de meninos, 6 páginas com o regimento interno) = 3 f.	(08)
1878	Tobias Leite	(14 sendo 1 sobre orçamento -transporte de sobras -, 6 Relatório da Diretoria Geral de Estatística – inclui pessoas escravizadas, cegos e surdos -, 1 lista de	(08)

		colégios diversos de meninos, 1 lista sobre renda ordinária, incluindo o Instituto, 2 sobre Instituto receber parte da arrecadação das loterias, 1 sobre verbas) = 2 f.	
1879	Tobias Leite	(7 sendo 1 lista de colégios diversos de meninos, 1 sobre Instituto receber parte da arrecadação das loterias, 1 sobre verbas, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i> , 1 lista de rendas a cargo da recebedoria, 1 informando existir Revista Agrícola – pesquisa sobre Ensino de Agricultura) = 2 f.	(08)
1880	Tobias Leite	(8: 1 lista de colégios diversos de meninos, 1 lista de Anais e revistas onde consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i> , 1 lista com orçamento, 1 lista de rendas a cargo da recebedoria, 1 sobre Instituto receber parte da arrecadação das loterias) = 3 f.	Não encontrado
1881	Tobias Leite	(Em A1: 12 páginas sendo 1 documento sobre alterações emendas – sobre exoneração de funcionário do Instituto, 1 citação à encomenda de encadernação pela Biblioteca Nacional; 1 lista de colégios diversos para meninos, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i> , 1 lista de arrecadação a cargo da recebedoria, 2 sobre Instituto receber parte da arrecadação das loterias; 1 encadernação de impressos da Tipografia Nacional) = 4 f. (Em A2: 02 páginas) = 2f	(04)
1882	Tobias Leite	(9 sendo 1 documento com as instituições do Ministério dos Negócios do Império, 1 lista de colégios – na mesma externatos e Institutos, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i> , 1 lista de arrecadação a cargo da recebedoria, 3 sobre Instituto receber parte da arrecadação das loterias) = 2 f.	(03)
1883	Tobias Leite	(5 sendo 1 lista de instituições sob administração do Império – Instituto como pertencendo ao grupo Filantropia - 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i> , 1 lista de impostos arrecadados pela recebedoria do município) = 2 f.	(03)
1884	Tobias Leite	(5 sendo 2 páginas do índice – não deveria constar entre os documentos -, 1 lista de instituições sob administração do Império – Instituto no grupo Ciência e Instrução, IBC permanece como Filantropia, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i>) = 1 f.	(02)
1885	Tobias Leite	(7 sendo 1 lista de impostor s arrecadados pela recebedoria do município, 2 página do índice – que não deveria constar, 1 lista de endereços, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i>) = 2 f.	(03)
1886	Tobias Leite	(6 sendo 1 lista de 1 lista de instituições sob administração do Império – Instituto como pertencendo ao grupo Ciência e Instrução, IBC permanece como Filantropia, 1 lista de impostos arrecadados pela recebedoria do município, 1 lista de endereços, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i>) = 2 f.	(07)
1887	Tobias Leite	(7 sendo 2 páginas do índice, 1 lista de instituições sob administração do Império – Instituto pertencendo ao grupo Ciência e Instrução, IBC permanece como Filantropia, 1 lista de colégios, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i> , 1 lista de impostos arrecadados pela recebedoria do município) = 1 f.	(02)
1888	Tobias Leite	(8 sendo 1 lista de impostos arrecadados pela recebedoria do município, 2 página do índice, 1 lista de instituições no grupo Ministério do Império – Instituto como Ciência e Instrução, IBC permanece como Filantropia, 1 lista de endereços, 1 lista de colégios) = 2 f.	(01)
1889	Tobias Leite	(6 sendo 1 lista de impostos arrecadados pela recebedoria do município, 1 página do índice, 1 lista de endereços, 1 lista de Anais e revistas na qual consta <i>Amigo dos Surdos-Mudos</i>) = 2 f.	Não encontrado

Digno de nota que em 1884 o Instituto tenha passado a ser listado como instituição de Ciência e Instrução, permanecendo o IBC caracterizado como ação filantrópica. Reparamos que houve dificuldades para manter assegurado os registros das atividades na mudança de regime de administração do Estado para a República.

A leitura inicial e uma segunda leitura dos Relatórios Administrativos produziram algumas dúvidas:

- A Escola Agrícola acontecia no próprio INES?
- Como e em que relatórios havia a descrição das oficinas e a nomeação dos mestres?
- Já que os relatórios publicados no Almanak Laemmert cessam em 1934, onde será que encontraremos os demais?
- Em quais documentos aparece melhor a proposta de ensino profissional? No relatório de 1868, início da gestão de Tobias Leite? A dificuldade em notar o Ensino Profissional do INES nas pesquisas históricas pode ter sido em decorrência da dificuldade para acessar os documentos? Quanto a última questão pensamos que sim. O que mostra a importância da digitalização de documentos.
- O que foi o Método Intuitivo? Era também usado no ensino profissional?

Terminada a consulta dos Relatórios Administrativos do INES do Período do Brasil Império, fomos orientados a avaliar os livros administrativos do Instituto. Especificamente os Livros de Correspondências recebidas no período de 1922 a 1927.

Ao ler cada Livro buscamos informações sobre as oficinas profissionalizantes, porém notamos outros temas que nos chamavam a atenção porque se referiam ao cotidiano do Instituto. Havia o inconveniente desse grupo de documentos não cobrir a continuidade do período levantado nos anteriores. Ainda assim, seguimos fotografando as páginas dos livros.

Apresentamos a seguir o Quadro 2 nos quais caracterizamos os 65 (sessenta e cinco) documentos vistos. Indicamos o ano, o número de imagens (fotos produzidas), o número de documentos - uma vez que alguns deles têm mais de uma página. Classificamos o teor dos documentos nas seguintes categorias: A) solicitação de serviço das oficinas profissionalizantes; B) solicitação ou compra de insumos para as oficinas profissionalizantes ou renda obtida com os produtos; C) temas relativos aos alunos - solicitação de vagas de matrícula, informações sobre os mesmos, envio ou solicitação de documentos, solicitações de outras naturezas - ; D) orientações dos órgãos governamentais, excetuando as solicitações de serviço das oficinas, como solicitação de vagas e recursos para as oficinas; E) citam oficinas profissionalizantes de outras instituições, na maioria os órgãos determinam que o Instituto comprasse os produtos

dessas oficinas; F) outros temas interessantes mas que não relacionados às oficinas profissionalizantes.

Quadro 2 – Levantamento documental nos Livros de Correspondências Recebidas do INES (1922 a 1927)

Ano	N.º imagens	N.º documentos	Teor
1922	14	13	A= 02 - B=03 - C=03 - D=02 - E=00 - F=03
1923	22	15 (02 do mesmo doc.)	A= 02 - B=01 - C=04 - D=02 - E=02 - F=03
1924	14	13	A= 00- B=01 - C=07 - D=00 - E=02 - F=03
1925	09	07	A= 03 - B=00 - C=03 - D=00 - E=00 - F=01
1926	11	10	A= 01 - B=00 - C=03 - D=03 - E=01 - F=02
1927	07	06	A= 02 - B=00 - C=01 - D=03 - E=00 - F=00

Diferentes órgãos solicitaram serviços às Oficinas Profissionalizantes, em especial à Oficina de Encadernação. Além de informações sobre compra de insumos, os órgãos federais demandavam dados sobre renda obtida com a venda dos produtos. As solicitações de vagas de matrícula se originavam de diferentes instituições, localidades e assinadas por familiares, bem como por autoridades. Quando essas últimas assinavam percebemos a prevalência do termo *internação* que também designava a forma como os alunos matriculados eram descritos: *internos*.

Algumas orientações administrativas eram recomendações para que o Instituto adquirisse produtos de oficinas profissionalizantes de outras instituições. Material de asseio na Casa de Correção Escola Profissional e Asylo para Cegos Adultos. Em Outros (F) há documentos que nos chamaram a atenção como os que dizem respeito à saúde dos alunos e à saúde pública, ao INES como local procurado para cessão de espaços para outras instituições, incluindo a colaboração com um artista que causou problemas por ocupar irregularmente o espaço cedido com sua família.

Após perceber que o resultado desses documentos iria ampliar em muito o escopo da pesquisa, optamos por acompanhar a diacronia dos eventos nos restringindo ao período do Brasil Imperial.

2.2 Outros acervos

Apenas parte da documentação física do Instituto se localiza na sede, segundo informação de Solange Rocha. O restante está sob a guarda do Arquivo Nacional. Em abril de 2019, realizamos uma primeira busca no site da instituição na qual encontramos a localização de alguns documentos.

Em novembro, daquele mesmo ano, após esgotada uma primeira etapa no Acervo do INES, entramos em contato com a equipe do Arquivo Nacional. Recebemos orientação quanto à busca de fontes. Recomendaram-nos consultar o acervo digital, mas informamos que não eram dados suficientes para a pesquisa.

Localizamos a publicação de 2017, *Guia da administração brasileira: Império e Governo Provisório (1822-1891)*. As páginas onde estão indicadas menções ao Instituto dos Surdos-Mudos são: 64, 107, 113, 161, 162 (Camargo; Cabral, 2017). E os fundos do Arquivo Nacional são:

- AN, RIO OS Alberto do Rego Rangel – N
- BR AN RIO 22 Decretos do Executivo - Período Imperial- N
- BR AN RIO 2H Diversos - SDH – Caixas - N
- BR AN RIO 93 Série Educação - Ensino Primário (IE5) - N
- R AN RIO 97 Série Educação - Gabinete do Ministro (IE1) - N
- BR AN RIO AF Série Justiça - Administração (IJ2) - Gabinete do Ministro da Justiça
- BR AN RIO OI Diversos GIFÍ - Caixas e Códices - N
- BR AN RIO OS Alberto do Rego Rangel N
- BR AN RIO 22 Decretos do Executivo – Período Imperial
- BR AN RIO 93 Série Educação – Ensino Primário (IE5)
- BR AN RIO AF Série Justiça – Administração (IJ2) Conselho Diretor da Instrução Primária e Secundária do Município da Corte

Segundo informação *in loco* no dia 03 de dezembro de 2019, há outros fundos menos organizados nos quais é possível encontrar documentos e informações sobre o tema que pesquisamos.

2.3 Pesquisa bibliográfica: o INES nos estudos sobre Ensino Profissional no Brasil

Em outubro de 2019, procuramos estudos relacionados a Educação Profissional para identificar se eles consideraram o Ensino Profissional do INES. Nossas fontes de pesquisa foram a Scientific Electronic Library Online (SciELO) e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDBTD). Na primeira poderíamos acessar resultados de pesquisas e na segunda, Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC). Na leitura procuramos: citações ao INES, a surdos; presença de abordagem da História da Educação Profissional; referências bibliográficas sobre História da Educação Profissional.

Na SciELO usamos os descritores *Educação profissional* e *Surdos*, porém nenhuma das 15 fontes que a busca nos apontou estavam relacionadas com nosso objeto. Mudamos os descritores para *Ensino profissional* e *surdos*, contudo a base nos mostrou apenas 09 artigos, na maioria os mesmos da busca anterior.

Na BDBTD, buscamos os descritores *Educação Profissional* e *Brasil* e encontramos 4.766 fontes. Não teríamos tempo para avaliar uma amostra tão extensa. Utilizamos o filtro oferecido pelo site e pesquisamos as fontes cujo assunto era *Educação Profissional* (Quadro 3) e conseguimos reduzir a 101 fontes, conforme indicação inicial. Averiguamos que havia três dissertações e uma tese duplicadas e nossa amostra mudou para 97 TCC, sendo 60 dissertações e 37 teses. Avaliamos cada um dos trabalhos e procuramos identificar se abordavam a História da Educação Profissional no Brasil e se faziam referência às pessoas surdas, em especial, se citavam o INES como instituição que promoveu Ensino Profissional. Não conseguimos acessar 08 trabalhos quando iniciamos a consulta devido a problemas nos repositórios. Após percorrermos todos os trabalhos retornamos a estes, mas quatro trabalhos permaneceram com problemas para acessar, sendo 02 do Instituto Tecnológico da Aeronáutica, 01 da Universidade Tuiuti do Paraná e 01 da Faculdade de Tecnologia SENAI CIMATEC. Concluída esta etapa, localizamos 08 trabalhos, dos quais 07 são teses em Educação e 01 é uma dissertação em Agronegócio e Desenvolvimento.

Quadro 3 – Resultado da busca na BDBTD os descritores *Educação Profissional* e *Brasil*, assunto *Educação Profissional*, em outubro de 2019

Título	Tipo de trabalho	Ano	Autor	Instituição
Discursos sobre pedagogias surdas	Tese em Educação	2013	FORMOZO, Daniele de Paula	UFPEl
A reforma do estado e as políticas públicas para a educação profissional, científica e tecnológica no Brasil: o ocaso da Escola Técnica Federal de Pelotas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (1990-2013)	Tese em Educação	2013	KRÜGER, Edelbert	UFPEl
A nova gestão pública, a regulação da Educação e a gestão democrática no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Tese em Educação	2014	ARAÚJO, Rosemeire Baraúna Meira de	UFBA
Cursos e percursos da educação profissional na escola da Rede Federal do Ceará	Tese em Educação	2015	BRAUN, Maria do Socorro de Assis	UFC
Juventude e escola: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas	Tese em Educação	2016	SILVA, Naiaranize Pinheiro da	UFBA
Curso Técnico em Agronegócio do Centro Paula Souza: Uma Análise da Estrutura Curricular	Dissertação em Agronegócio e Desenvolvimento	2016	MANOEL, Caroline Penteadó	Unesp
A configuração da profissão de secretário em Sergipe: educação, atuação e organização da área (1975-2010)	Tese em Educação	2017	SABINO, Rosimeri Ferraz	UFS
A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA	Tese em Educação	2018	RIBEIRO, Ricardo Torres	UFS

Formozo (2013) problematizou as marcas que constituem o que vem sendo nomeado de pedagogias surdas nas práticas discursivas desses professores em escolas de surdos. Quando se refere à Educação Profissional aborda a formação desses professores. Ainda que não aborde exatamente o que buscamos na pesquisa, consideramos que era relevante para a abordagem geral de nossa linha de pesquisa.

Krüger (2013) examinou consequências e efeitos decorrentes da transformação das Escolas Técnicas Federais, Agrotécnicas Federais, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas e Colégios Técnicos e Agrícolas vinculados às Universidades Federais em campi dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, em decorrência da Lei n.º 11.892/2007, enfocando o caso do Campus Pelotas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense (IFSul). Realizou pesquisa bibliográfica e documental de obras clássicas da História da Educação Brasileira, principalmente as que enfocam a Educação Profissional e Ensino Técnico, a legislação, periódicos, anais de congressos e imprensa. Refere-se às pessoas surdas ao citar o INES (p. 284) quando destaca o Projeto de Lei n.º 2.134/2011, encaminhado pelo governo federal ao Congresso Nacional, no qual propôs a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às Instituições Federais de Ensino Superior, ou seja, Universidades Federais, Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFES), INES, Instituto Benjamim Constant (IBC), Escolas Técnicas e Colégios de Aplicação (das IFES), Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET) e Colégio Pedro II.

Araujo (2014) desenvolveu um estudo qualitativo, com base nas abordagens da Análise de Políticas e no Ciclo de Políticas, para analisar o modelo de gestão de Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica à luz da Nova Gestão Pública. Propôs compreender a educação profissional como política pública e a implantação do novo modelo de gestão na rede federal tecnológica e para tal explicou: o assistencialismo na política pública, apresentando de forma breve os antecedentes históricos da Educação Profissional no Brasil; os primórdios da Educação Profissional no Brasil, da Colônia ao início da República; a Educação Profissional da década de 1930 à década de 1950; a Educação Profissional no período da Ditadura Militar; a Educação Profissional em tempos de democratização nos seus aspectos políticos e legais. O INES não é mencionado como uma instituição que promoveu ensino profissional. De maneira bastante sutil o Instituto é referenciado quando Araujo (2014) cita Soares (2003)

o ensino técnico profissional no Brasil tem sua história marcada por uma concepção dualista/separatista que remonta ao Império, onde aos cegos, surdos e aleijados, num primeiro momento, incorporando-se depois os menores carentes, era destinado um ensino profissionalizante, com o sentido de ofertar-lhes como uma benesse do Estado, uma possibilidade de inclusão à força de trabalho (p. 22 apud Araujo, 2014, p. 124).

Braun (2015) descreveu as mudanças nos percursos da Rede Federal do Ceará, em Fortaleza, entre 1960 e 1980, para compreender os contextos que influenciaram os percursos da educação profissional nessa escola. A autora elucidou as mudanças na Educação Profissional

na Rede Federal de Ensino no início dos anos de 1960 e durante o regime militar. Ainda assim, o termo surdos aparece cinco vezes no Anexo C que apresenta na íntegra a Lei n.º 378, de 13 de janeiro de 1937, o qual organizou o Ministério da Educação e Saúde Pública.

Silva (2016) procurou estabelecer relações entre juventude, ações afirmativas e educação dentro do espaço escolar, elegendo como campo de observação os estudantes do Ensino Médio do IFBA, campus Salvador. Iniciou o estudo buscando compreender a própria educação profissional vigente na rede federal, que nos primeiros anos do século XXI viveu um intenso processo de transformações e crescimento. Descreveu a trajetória da Educação Profissional no Brasil, destacando as políticas de inclusão e dualismos identificados. No início desta seção Silva (2016, p. 31) afirma que “a educação profissional ou profissionalizante oficialmente se inicia com a criação, em 1909, das Escolas de Aprendizes e Artífices, através de decreto do presidente Nilo Peçanha, o qual tinha como meta atender aos ‘órfãos e desvalidos da sorte’ (Silva, N., 2009)”; e esta visão assistencialista tinham como alvo “grupos sociais excluídos da escolarização, por meio da formação em profissões ou ofícios, como os de artesão, alfaiate, tipógrafo etc.” (p. 31). Ou seja, não menciona o Ensino Profissional do INES.

Manoel (2016) analisou como estão organizados os conteúdos relativos ao agronegócio na estrutura curricular do curso técnico em Agronegócio do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza (CEETEPS). Entre os objetivos específicos estavam o levantamento da História do Ensino Técnico no Brasil e a Revisão Bibliográfica Sistemática (RBS) sobre a História do Ensino Técnico Agrícola no Brasil. A autora apresenta a História da Educação Profissional no Brasil da Colônia até o período 2009-2014. O INES é citado quando Manoel informa que

A criação de entidades assistenciais em 1854, como o Imperial dos Meninos Cegos, que proporcionou o ensino de tipografia e encadernação, e em 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos, objetivava capacitar surdos e mudos nos ofícios de encadernador, dourador, pautador e sapateiro (Pereira, 2003 apud Manoel, 2016, p. 31).

Pereira (2003) é uma dissertação defendida na Universidade Cândido Mendes, *A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local*, que não apareceu na pesquisa na BDBTD. Procuramos a mesma e notamos que o autor se fundamentou na obra *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata* de Luiz Antônio Cunha (2000).

Sabino (2017) investigou a configuração da profissão de secretário no Estado de Sergipe, no período de 1975 a 2010, buscando compreender os processos em que ocorreram a formação, construção do espaço de atuação e organização desses profissionais em entidades de representação da categoria. No início da tese, a autora destaca os aspectos históricos da Educação Profissional no Brasil. O termo surdos aparece apenas uma vez quando Sabino (2017)

cita o Conselho Superior de Ensino, de 1911, responsável por fiscalizar o ensino superior e fundamental em institutos da união, assegurando que

a atenção ao ensino profissional só vem a ser mencionada na composição do Conselho Nacional de Educação, de 1925, o qual abarcava em sua terceira seção, o Conselho Nacional do Ensino Primário e Profissional (...). Na destinação desse último, subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, identifica-se a persistência da visão assistencialista adotada sobre a educação para o trabalho, que poderia ser ministrada: I. No Instituto Benjamin Constant, para cegos; II. No Instituto dos SurdosMudos; III. Na Escola 15 de Novembro, para menores abandonados do sexo masculino; IV. Nos estabelecimentos que, para o mesmo fim, forem criados, ou mandados subordinar ao Departamento Nacional do Ensino (Brasil, 1925, p. 8541 apud Sabino, 2017, p. 76-77).

Finalmente, Ribeiro (2018) analisou os novos preceitos legais criados a partir do estabelecimento da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) no Brasil, através do marco jurídico posto pela Lei n.º 11.892/2008, propagados como referência na política e expansão da educação profissional e tecnológica, ao longo dos governos Lula e Dilma Rousseff. A abordagem histórica promovida pela tese está no capítulo *Contextualização da Educação Profissional*, em especial em *A Educação atrelada ao mercado*. Neste trecho o INES não é citado, mas no trecho onde apresenta a contestação do projeto de lei de criação dos institutos federais realizada pelo Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE), sobretudo a não inclusão de outras organizações educacionais federais como o Colégio Pedro II, o Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) e o Instituto Benjamin Constant, além dos colégios militares, na rede federal de Educação Profissional.

Refinamos a busca para os descritores *Educação Profissional* e *Surdos* (Quadro 4), localizamos 200 fontes. Percebemos que três fontes estavam duplicadas e assim chegamos a 197 trabalhos. Ao avaliarmos o resumo, em alguns casos, o sumário e em outros a ocorrência do termo ensino profissional e concluímos que 12 se relacionavam com o tema da pesquisa.

Quadro 4 – Resultado da busca na BDBTD os descritores *Educação Profissional* e *Surdos*, em outubro de 2019

Título	Tipo de trabalho	Ano	Autor	Instituição
A luta dos surdos pelo direito à educação e ao trabalho: Relato de um Vivência Político- Pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina	Dissertação em Educação	2001	SILVA, Wilmar	UFSC
A qualificação de surdos para o trabalho e o significativo papel da linguagem	Dissertação em Educação	2002	ARAÚJO, Maria Antonieta Nascimento	UFBA
Tecnologias de governo na formação profissional dos surdos	Tese em Educação	2003	KLEIN, Madalena	UFRGS
A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas	Dissertação em Administração	2010	VIANA, Alvane dos Santos	Universidade do Grande Rio
Itinerários do SENAC-RS [manuscrito]: olhares sobre as trajetórias de profissionais surdos (as)	Dissertação em Educação	2011	CHAVES, Juliana Fátima da Silva	Centro Universitário La Salle (RS)
Estudantes surdos no PROEJA: o que nos contam as narrativas sobre os seus percursos	Dissertação em Educação	2012	BREGONCI, Aline de Menezes	UFES
A língua útil para o trabalho: no entremeio de sentidos da educação profissional e tecnológica e do ensino de língua portuguesa	Dissertação em Estudos Linguísticos	2014	PALARO, Elisandra Aparecida	Universidade Federal da Fronteira Sul
Conta-me como foi : percursos escolares de jovens e adultos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, mediados por processos de compensação social	Tese em Educação	2014	OLIVEIRA, Renata Imaculada de	UFES
Mãos tecendo histórias de vida : memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)	Tese em Educação	2018	COSTA, Edivaldo da Silva	UFS
A (in)visibilidade da cultura surda no contexto escolar do Centro Territorial de Educação Profissional Piemonte do Paraguaçu I de Itaberaba-Bahia	Dissertação em Educação	2018	RODRIGUES, Isis Monteiro	Univ.Estadual de Feira de Santana - UEFS
Desafios na formação docente para inclusão de surdos no IF sertão - PE Campus Salgueiro	Dissertação Educação, Currículo, Ling. e Inovações Pedagógicas	2018	BARROS, Maria Patrícia Lourenço	UFBA
A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?	Dissertação em Educação Profissional e Tecnológica	2019	FREITAS, Cristiane Rodrigues de	IFAM

Silva (2001) analisou os limites e as possibilidades do Núcleo de Educação Profissional para Surdos (NEPS) do sistema Escola Técnica Federal de Santa Catarina. Quando abordou a influência dos movimentos sociais na educação de surdos destacou a criação da escola pública de surdos de Paris, no século XVIII e o Congresso de Milão de 1880. Silva (2001) contextualiza a proposta de instrução de surdos em escola com as transformações na França na qual “utopistas, reformadores e revolucionários” (p. 20) para os quais “o mundo mecânico das fábricas passa a ser um dos eixos estruturantes e organizativos das políticas públicas em educação” (p. 20). Surdos, “assim como os artesãos e camponeses também queriam ‘ser alguma coisa’” (p. 20). A escola de Paris, previa cinco ou seis anos de formação na qual os alunos precisariam dominar a língua de sinais desenvolvida pelo Abade L’Épée, assim considerado pelo autor, Francês Escrito, Latim, outra Língua Estrangeira Escrita, conhecimentos de Geografia, Astronomia, Álgebra, Artes de Ofício e Atividades Físicas.

O resultado desse trabalho era traduzido na formação de professores surdos para as comunidades surdas e na formação de profissionais nas áreas de escultura, pintura, teatro e artes de ofício, como litografia, jardinagem, marcenaria e artes gráficas (Silva, 2001, p. 22).

Com relação ao Congresso de Milão, Silva (2001) argumenta que na esteira da concepção científica que separa corpo da alma, a matriz epistemológica homem-máquina, do século XVII ao Congresso em Milão, tirou “os surdos do mundo do trabalho e transformando-os em enfermos” (p. 29). As pessoas surdas perderam o direito de vender sua força de trabalho e passaram a “depender das habilidades e dos instrumentos do médico artesão para curar aquilo que lhe falta, o sentido mais importante na ótica dos ouvintes: a audição” (p. 29).

O autor não chega a desenvolver uma História da Educação Profissional no Brasil. Cita a Lei n.º 4.073/1942 que organizou um sistema de ensino profissional para a indústria, articulando e organizando o funcionamento das escolas de aprendizes de artífices, transformando-as em escolas industriais, bem como a criação do SENAI pela Lei n.º 4.048/1942, que atribuía às empresas industriais o dever de formar sistematicamente seus aprendizes. Ao debater a língua de sinais como elemento de coesão na construção dos movimentos surdos no Brasil e em Santa Catarina, Silva (2001) relembrou o Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina, criado em 1955, com a finalidade de erradicar o analfabetismo e combater o desemprego. O primeiro presidente daquela associação foi o professor de surdos, também surdo, Francisco Lima Júnior⁸. Ele estudou no INES e no Instituto Paulista de Surdos em São Paulo – enquanto o INES estava em reforma - de 1937, aos 8 anos, até 1946 (Schmitt, 2008). A formação que recebeu nesses Institutos corresponde ao ensino fundamental e a qualificação profissional na área de impressão. Em 1961, articulou com o governador de Santa Catarina, Celso Ramos, a criação do primeiro espaço educacional para surdos em Florianópolis e foi contratado pela Secretaria de Educação como responsável pela estruturação da proposta pedagógica a ser ministrada na escola. Numa turma de 15 alunos, Francisco ensinou a língua de sinais e leitura e escrita na Língua Portuguesa. Portanto, indiretamente, Silva (2001) relatou a Educação Profissional oferecida no INES.

Araújo (2002) procurou identificar e analisar a pertinência dos elementos da prática pedagógica da qualificação de jovens surdos para o trabalho em uma organização do setor de varejo em Salvador, tendo em vista se tratar de um processo de ensino-aprendizagem voltado

⁸ A dissertação de Schmitt (2008), *Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina* (defendida na UFSC) recuperou os rastros associativos dos surdos em decorrência do seu objetivo principal, introduziu as narrativas do Professor Francisco Lima Júnior (Chiquito).

para surdos. Sublinha que algumas vezes habilitação para o trabalho é entendido como reabilitação. A autora afirmou que:

Somente em 1873 (dezoito anos depois), foi introduzido o ensino profissionalizante de artes e ofícios no currículo, tornando-se obrigatório para todos os alunos da escola. No decorrer do século XX, mais de cem anos depois, escolas especiais que atendiam a surdos foram fundadas, as quais passaram a desenvolver programas de formação e informação profissional (Araújo, 2002, p. 47).

Além disso, a autora citou Klein, capítulo *Os discursos sobre a surdez, trabalho e educação e a formação do surdo trabalhador*, de 1998. Desta fonte se enfatiza que, na maioria dos casos, as oficinas direcionam os alunos para um trabalho autônomo caracterizado pela prestação de serviços tais como corte e costura, cabeleireiro e marcenaria. Araújo (2003) referencia Skliar⁹ (1998) o qual sublinhou que as instituições costumam escolher o que entendiam como melhor profissão para os surdos, nem sempre considerando as possibilidades do exercício da profissão pelo surdo na comunidade, “quer seja pela falta de demanda para daquele tipo de serviço pela comunidade quer seja pela ausência de desejo ou da vocação para tal por aquele aluno, impedindo assim sua sobrevivência através do seu trabalho” (Skliar, 1998 apud Araújo, 2002, p. 47).

Klein (2003) focaliza a educação profissional a partir dos programas de formação profissional para surdos desenvolvidos em diferentes tempos e espaços educacionais, em escolas e nos movimentos surdos. Cita Juan Manuel Ballesteros¹⁰ (1749-1869), que em torno de 1850, conheceu estabelecimentos de ensino de surdos como atividade para a monarquia espanhola. A descrição elaborada pelo mesmo destacou a aprendizagem de ofícios em oficinas de trabalhos manuais ou agrícolas. A autora pesquisou em acervos do INES e da Biblioteca Nacional documentos que proporcionaram a mesma, comentar a formação profissional oferecida pelo INES desde a sua fundação. Todavia, na leitura dos diferentes documentos selecionados, a autora não encontrou “referência às atividades e projetos de formação profissional para surdos na década de 60” (p. 45); infelizmente.

Viana (2010) propôs um estudo sobre a inserção dos surdos no mercado de trabalho, abrangendo as políticas públicas, as práticas organizacionais adotadas por instituições de direito público e privado, e as histórias de vida de pessoas surdas incluídas no meio produtivo. No trecho *Qualificação profissional da pessoa surda: fatos e percepções* (p. 78-81), Viana (2010)

⁹ *A surdez: um olhar sobre as diferenças.*

¹⁰ *Memória dirigida al Exmo. Sr. Ministro de Fomento relativa al viaje que de Real ordem acabe de verificar por Europa.* Madrid: Imprenta des Colegio de Sord-Mudos, 1856, 120 p.

também referencia Skliar (1998) e Klein¹¹ (1999), que, por sua vez referencia o INES como a primeira escola de surdos brasileira e a oferta de ensino para “a inserção dos alunos no meio produtivo, para que pudessem ser independentes financeiramente” (Viana, 2010, p. 78). O autor avaliou que “as alternativas educacionais, voltadas para formação profissional para as pessoas deficientes e, sobretudo, a pessoa surda, sempre foram mais escassas” (p. 78). Entrevistou: cinco profissionais da Divisão de Qualificação e Encaminhamento Profissional do Instituto Nacional de Educação de Surdos (DIEPRO/INES); cinco pessoas responsáveis pelo setor de recursos humanos de diversas empresas ou áreas ligadas a contratação de pessoas portadores de necessidades especiais, sobretudo a pessoa surda; e, cinco pessoas surdas que encontravam se empregadas. Sobre fatores limitantes da pesquisa, Viana (2010) relatou que, quanto à pesquisa documental dentro da DIEPRO/INES e das empresas, “o acesso às fontes, em alguns casos foi negado” (p. 107).

Chaves (2011) analisou os cenários constituem trajetórias d sujeitos envolvidos no programa de qualificação oferecido pelo SENAC/RS as significam. Ao abordar a História da Educação de Surdos, a autora afirmou que a fala tornou-se “o pré-requisito para uma profissionalização, tal como os argumentos do Estado francês que, ao final do século XVIII, desejava os surdos ‘falando’ para serem entendidos por todo o mundo (Klein, 1999)” (p. 56), destacando que “a submissão ao poder ‘das instruções e ordens do patrão’, que os surdos brasileiros pareciam cumprir fielmente nas tecelagens” (p. 56). A autora esclarece que Direção Regional do SENAC/RS se organizada em Núcleos Gerenciais, que gerenciam as Unidades Educacionais do Estado, que o Núcleo de Educação Profissional (NEP), subdivide-se nos setores de Educação Superior; Educação Técnica e Formação Inicial e Continuada e é responsável pelo Projeto Deficiência e Competência. Esse, criado em 2002, no “contexto da convenção de Guatemala e das mudanças na legislação de educação especial do Brasil” (p. 27), tendo como objetivo ampliar o acesso e a inclusão de pessoas com deficiência nas ações educacionais do SENAC e apoiar a inserção destes no mercado de trabalho.

Bregonci (2012) busca evidenciar os espaços de formação que os surdos têm ocupado e como tem sido esse processo de formação para o mundo do trabalho. Um dos objetivos específicos era realizar um resgate histórico da Educação de Surdos. A autora destaca que foram publicadas informações em jornais e revistas durante os anos 1930 “a respeito das oficinas profissionalizantes” (p. 77). É a única citação à educação profissional do INES.

¹¹ *A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.*

Palaro (2014) analisou o discurso sobre o ensino de Língua Portuguesa materializado em documentos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Erechim. A autora citou Fonseca (1986), para quem o reinado de D. Pedro II

aprofundou a visão de que o ensino profissional deveria ser destinado aos “desgraçados” (Ibid., p. 147), com cunho puramente assistencialista, pois ele criou instituições para atender aos meninos cegos e aos surdos, nas quais funcionavam oficinas para o ensino de ofícios. À medida que o tempo foi passando, o ensino profissional continuou filiado a sentidos do assistencialismo, o futuro dos filhos dos pobres esteve sempre traçado - o caminho para o chão da produção passava pela escola: “o ensino necessário à indústria tinha sido, inicialmente, destinado aos silvícolas, depois fora aplicado aos escravos, em seguida aos órfãos e aos mendigos. Passaria, em breve, a atender, também, a outros desgraçados” (Ibid., p. 147 apud Palaro, 2014, p. 24).

Por outro lado, nas classes economicamente favorecidas havia “exacerbado respeito às profissões liberais e do desprezo pelas profissões manuais” (p. 24). Houve um abandono do interior do país e concentração nas cidades, onde os profissionais liberais ingressavam no serviço público, pois não tinham outra opção de trabalho com seus conhecimentos jurídicos de cultura humanística e literária. Enquanto isso, o ensino profissional deveria ser destinado aos escravos, aos desgraçados, jamais aos filhos de fazendeiros

Oliveira (2014) investiga o percurso escolar de jovens com deficiência e transtorno global do desenvolvimento (TGD) a fim de evidenciar aspectos que possam ter contribuído para o surgimento de processos de compensação sociopsicológica que promovem aprendizagem e desenvolvimento em sua vida acadêmica e profissional. A autora afirmou que “no período imperial, as instituições criadas e mantidas pelo governo, voltavam-se principalmente para a formação compulsória da força de trabalho manufatureira” (p. 89), tendo como alvos os “miseráveis marginalizados pela sociedade da época” (p. 89). O INES foi citado uma vez, porém não se refere às oficinas profissionalizantes.

O estudo de Barros (2018) versou sobre os desafios relacionados à formação docente para inclusão de surdos no IF Sertão – PE Campus Salgueiro. A autora lembrou que o INES “caracterizou-se como um estabelecimento educacional voltado para a educação literária e o ensino profissionalizante de meninos surdosmudos, com idade entre 7 e 14 anos” (p. 45).

Costa (2018) descreveu a trajetória de vida escolar e profissional de todos os surdos sergipanos que estudaram no INES nas décadas de 1944 a 1979. Um dos objetivos específicos foi verificar a influência do INES na formação escolar e carreira profissional dos surdos sergipanos. O autor afirmou que buscou “estabelecer relação entre o ofício apreendido nas oficinas profissionalizantes do INES e a exercida pelo indivíduo, ao deixar o INES” (p. 41),

bem como “conhecer a opinião dos surdos sergipanos sobre como era estudar no INES nas décadas de 1950 até 1970” (p. 41). Foi a pesquisa que mais citou as oficinas profissionalizantes e no anexo (em p. 210) lista e descreve tecnicamente as oficinas profissionalizantes oferecidas pelo INES e por isso detalharemos na avaliação dos resultados (seção 3).

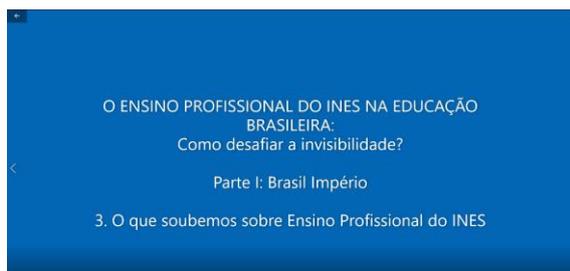
Rodrigues (2018) analisou como o espaço escolar vem percebendo e considerando as diferentes culturas existentes em seu contexto, especificamente a cultura surda, e buscou contribuir no processo de positivação da identidade surda e na afirmação de suas especificidades culturais nas práticas educativas. A pesquisa foi realizada no Centro Territorial de Educação Profissional Piemonte do Paraguaçu I de Itaberaba-BA, que integra a rede estadual de ensino e oferta cursos profissionalizantes ao seu público (Agricultura, Agropecuária, Enfermagem, Informática, entre outros). No trecho *Cultura(s), identidade(s) surda(s) e diferença*, a autora cita Perlin (2005, p. 65- 66 apud Rodrigues, 2018), a qual afirma que muitos surdos profissionalizados viveram as identidades flutuantes, por não conseguirem estar a serviço da comunidade ouvinte por falta da comunicação, mas, ao mesmo tempo, não conseguiram servir a comunidade surda por falta da língua de sinais. Para que o aluno surdo eleve o seu sentimento de pertencimento e se sinta familiarizado com o contexto escolar, Rodrigues (2018) avalia que “é necessária a presença de um/a pedagogo/a surdo/a, pois este profissional, além de compreender melhor as especificidades dos alunos surdos, servirá de referência para estes” (p. 65), defendendo a atuação de professores surdos, que enfatizem a pedagogia da diferença, e se relacionem “com a cultura de acordo com o jeito de ensinar de uma forma cultural que tem a realidade da cultura dentro da subjetividade dos sujeitos surdos” (Reis, 2002, p. 85 apud Rodrigues, 2018, p. 65).

Freitas (2019) procurou compreender como ocorria o processo de inclusão dos alunos surdos nos Cursos Técnicos de Nível Médio na forma integrada do IFAM/CMC. A autora sublinhou que durante um período, o INES ofereceu um ensino profissionalizante para os seus alunos que eram oriundos de todas as partes do Brasil. Citou Lages (2015), que, por sua vez, relatou que “nas primeiras décadas do século XX o objetivo dos estudos era determinado pela aprendizagem de um ofício, mas os discentes receberiam a instrução literária normalmente e o ensino profissionalizante” (p. 40). O trabalho lembrou que “os alunos frequentavam as oficinas de acordo com as suas aptidões, oficinas de sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e também artes plásticas [...]” (Lages, 2015 apud Freitas, 2019, p. 40), e que “por muito tempo a gráfica do instituto recebeu encomendas de encadernação de instituições públicas e privadas no estado do Rio de Janeiro” (p. 40). Logo após, a autora referenciou Silveira e Nakamoto (2018), as quais destacaram ausência de ações governamentais e legais específicas para as pessoas com

deficiência, incluindo surdos até a Lei n.º 4.064/1961 que menciona que educação das PCDS deve ocorrer dentro do sistema regular de educação.

A pesquisa de estudos relacionados com Educação Profissional revelou que nem todos consideram o Ensino Profissional do INES ao abordar a história desse segmento. As diferentes omissões indicam a necessidade de divulgar o que identificamos nesta pesquisa.

3. O que sabemos sobre Ensino Profissional do INES



Versão em Libras da Síntese da Seção 3: https://youtu.be/RJgfpF88_oc

Seguiremos a avaliação dos documentos disponíveis no Acervo do INES e em outros acervos que permitiram aprofundar e expandir a compreensão dos dados iniciais, bem como da pesquisa bibliográfica. Optamos por apresentar os temas presentes nos documentos produzidos no período imperial do Brasil.

Nosso objeto principal é o professor surdo. A temática do ensino profissional nos pareceu pertinente porque percebemos a prevalência de atuação de pessoas surdas como docentes. Além disso, a proposta de aprendizagem profissional aos surdos estava presente nas propostas de educação de surdos. Adjuntas a elas a atuação dos repetidores, também destacada.

3.1 Acervo do INES, CRL e Biblioteca Nacional Digital

Iniciamos as observações nos relatórios impressos do Acervo do INES e seguimos para os acervos do site CRL e da BNDigital; os documentos são complementares. As imagens dos relatórios que estavam no Acervo do INES deixaram algumas lacunas. Por isso seguimos procuramos a fonte das mesmas. Fortuitamente, localizamos os documentos do Ministério ao qual o Instituto estava vinculado e conseguimos ampliar muitas informações relevantes.

Em abril de 2020, passamos a contar com a atuação da graduanda Altair Fátima Bezerra de Santana. Entre as ações que iria avaliar os mesmos Relatórios. Para facilitar sua leitura, reunimos todos os Relatórios, das fontes dos dois sites, em um único documento. Avaliamos que seria útil a outros pesquisadores e publicamos essa organização, disponibilizando-a no site do GPFPS¹². Durante a organização e a leitura dos relatórios surgiram novas dúvidas que nos motivaram para procurar informações complementares.

Apresentamos nossas observações acerca do conteúdo dos relatórios. Acompanhamos a forma como o Diretor Tobias Leite, em 1879¹³ caracterizou a organização administrativa do

¹² LAGE, 2020. Disponível em: <https://www.avp.pro.br/mod/glossary/showentry.php?eid=601>

¹³ Adaptamos a periodização a apresentada pelo diretor que por sua vez seguiu o que Diretor Magalhães Couto relatou em 1867: “Este Instituto conta com 24 anos de existência dividida em três períodos bem distintos: 1856

Instituto, separando as observações em 3 períodos: 1856 a 61, quando funcionava como empresa particular; de 1862 a 68, quando era estabelecimento subvencionado pelo governo, sob a direção de uma Comissão Diretora; e, de 1869 a 89, como estabelecimento público de educação (até os dias atuais). Mantivemos a grafia no Português original e a paginação de cada relatório em separado para que os pesquisadores localizem mais diretamente. Na primeira coluna dos quadros informamos o ano e o número de páginas dos relatórios.

Quadro 5 – Relatórios Administrativos e citações ao INES, período como empresa particular (1856 a 1861), no *Almanak Laemmert* do site CRL e na BNDigital

Ano	Diretor	Almanak Laemmert doCRL Observações ¹⁴ (Quantidade de páginas)	BNDigital Observações (Quantidade de páginas)
1856	Edouard Huet	(01) Informa que Huet foi diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Bourges. Que admitia qualquer indivíduo de ambos os sexos de 7 a 16 anos de idade. Curso completos previstos para 6 anos. Informa as Matérias: A Senhora de Vassimon era responsável pela educação das meninas	(03) Informa a comissão promotora de 8 pessoas, a mudança para uma casa alugada, os métodos de ensino cuja eficácia foi comprovada pelo Imperador. Havia 7 alunos: 4 do sexo masculino, e 3 do feminino, sendo 2 de MG, 1 de SP, mantidos pelos pais e 4 do RJ
1857	Huet	(01) Mantém basicamente todas as informações do Relatório anterior, mas desta vez apresenta os oito membros da Comissão Diretora, dos quais quatro ligados à administração civil e quatro ligados ao clero. O ensino das meninas estava sob a responsabilidade da Senhora Huet	(01) Afirma que a comissão inspetora organizou o regimento interno que vigorava. Devido a subvenções e pensões, foi possível “recolher mais 6 alumnos surdos-mudos pobres, em estado de receberem educação, sendo 4 naturaes do município da corte, e da província do” RJ. E que apenas 2 dos 13 alunos não progrediram.
1858	Huet	(03) Em Suplemento: há documento difere bastante dos anteriores em aparência e apresenta o pequeno histórico. Informa recebimento de receitas extraordinárias vinda de eventos (p. 99).	(02) Informa movimentação dos alunos e faz referência ao relatório anterior. Cita a Lei n.º 939 de 26 de setembro de 1857, em especial 10º Artigo, que subvencionou o Instituto e estabeleceu pensões para manter alunos pobres, bem como outras pensões e informa melhora das receitas.
1859	Huet	(01) Retoma a apresentação inicial numa versão que não cita as matérias ensinadas. Elogios aos resultados obtidos.	(02) Equilíbrio entre receita e despesa, com rigorosa economia. Adverte que sem recursos não haveria desenvolvimento do Instituto.
1860	Huet	(01) <i>Numa lista de “Collegios de Meninos” propagandeia o Imperial Instituto para Surdos-Mudos de ambos os sexos, patrocinado pelo Imperador e dirigido por Mr e Mme. Huet.</i>	(02) O relatório (de 13 de maio de 1861) inicia afirmando que o Instituto recebe o auxílio conveniente e esclarece sobre pedido de desligamento realizado por Huet.
1861	Frei João Monte do Carmo e Ernesto Prado	(02) <i>Sem relatório mas citado na lista de “Collegios de Meninos</i>	(02) Esclarece acerca de novo contrato apresentado a Huet, a saída deste e contrato de novo diretor.

a 61 como empresa particular, de 1861 a 68 como estabelecimento subvencionado pelo Governo, sob a direção de uma comissão composta dos homens mais eminentes do país, e de 1868 a 79. - Como empresa particular, recebeu 24 alumnos, como estabelecimento subvencionado 16, e no decurso do 3.º período 55; ao todo 95” (BNDigital, 1879, p. 01).

¹⁴ Nas citações diretas indicamos a página a que consta no documento, seja o Relatório do Ministério, seja o Relatório do INES, por isto a variação.

Neste período 1856 a 61 como empresa particular (Quadro 5) o estabelecimento recebeu 24 alunos. É necessário esclarecer que o Instituto Imperial de Surdos-mudos de Ambos os Sexos recebia o patrocínio das majestades imperiais (conforme se lê no cartaz), apoio financeiro do Mosteiro de São Bento e do Convento do Carmo, que apoiou a mudança de local da escola para uma “casa mais vasta, alugada por três anos” (p. 71) e auxiliou alunos que não podiam pagar a pensão, bem como a aceitação de pensionistas. Os documentos apontam também para o recebimento de receitas extraordinárias como provenientes de bailes e apresentações teatrais.

O primeiro relatório, 1856, informa que Edouard Huet foi diretor do Instituto de Surdos-Mudos de Bourges. Informação que custou muito a ser encontrada em fontes francesas. Para pesquisadores da História da Educação de Surdos no Brasil Edouard Huet ainda é um personagem a conhecer, pois são escassos os dados sobre o mesmo. O nome completo, nesta pesquisa, conhecemos após encontrar uma série de pesquisas oriundas do México, a começar pelo artigo publicado em 2013, *Integración social del sordo em la Ciudad de México: enfoques médicos y pedagógicos (1867-1900)*, de Johan Cristian Cruz Cruz e Miroslava Cruz-Aldrete. A partir desta fonte, encontramos outras com dados já antigos e mais completos sobre Eduardo Adolfo Huet Merlo, seu nome escrito pelos mexicanos.

Sobre sua infância e juventude não temos muitos dados. Sabemos que estudou no Instituto Nacional de Surdosmudos de Paris, e ao finalizar os estudos se mudou para Bourges, na França central, onde fundou, aproximadamente em 1848, uma escola similar, a qual dirigiu por um pouco menos de dez anos. Considerando o tempo em que Huet viveu e estudou não deveria nos surpreender com o fato de que fora poliglota e que poderia falar com clareza, porque muitos surdos da época haviam conseguido ganhos similares, particularmente na escola de Paris, que se bem considerava os sinais como centro de seu ensino, já naquele momento também aceitava a desmutização dos surdos que reuniram as condições apropriadas e desejaram fazê-lo. No caso de Huet, chegou a falar francês, alemão, português e espanhol. De fato, Juan Dios Peza, quem o conheceu pessoalmente pouco antes de sua morte, comentou sobre ele: “admirava não apenas ouvir falar o Senhor Huet, que nasceu surdo-mudo, mas a precisão com que o sotaque francês marca na conversa e na leitura” (Jullian, 2010, p. 385).

Esperávamos que as pesquisas mexicanas pudessem elucidar mais a formação e atuação de Huet na França, porém as afirmações acima não foram acompanhadas de fontes. Com o objetivo de divulgar esse material, organizamos um acervo no site do GPFPS¹⁵.

Em 1856, a Senhora de Vassimon era responsável pela educação das meninas, até onde sabemos, trata-se da primeira professora de surdos do Brasil. As pesquisas mexicanas permitiram saber o nome da Senhora Huet. Seu nome era Catalina Brodbeck (Catherine

¹⁵Acervo de Pesquisas do México sobre Edouard Huet: <https://www.avp.pro.br/mod/glossary/view.php?id=1206>

Brodbeck), conforme por elas escrito. Ela teria contraído matrimônio com Edouard Huet em 1851. Era “normo-ouvinte alemã, quem, ao mesmo tempo, também se converteu em mestra de surdos” (idem, p. 386), tanto no Brasil quanto no México.

No momento em que lemos o primeiro Relatório Administrativo, pensamos que faltava proposta para o ensino profissional. Pois estávamos habituados a compreender as oficinas profissionalizantes como o espaço de sua realização. Conforme descrito anteriormente, solicitamos a Fatima Santana que avaliasse também os Relatórios Administrativos sem apresentar nossas avaliações prévias. A intenção foi permitir que fossem contrastadas as duas avaliações, compreendendo que a discrepância de experiência, no que tange à pesquisa científica, permite questionamentos e percepção de aspectos novos e relevantes. A graduanda afirmou que começou a ler os documentos pelos anos de 1864, 1873 porque o objetivo da pesquisa era enfatizar o ensino profissional oferecido aos alunos do instituto da época. Portanto, apesar de partirmos de condições diferentes sobre as informações acerca do ensino profissional do INES, pesquisadora e graduanda tiveram a mesma compreensão inicial.

Todavia, observando melhor os dados, refletindo sobre o que significavam e pesquisando a respeito das disciplinas indicadas, compreendemos que, ao menos em concepção, havia uma proposta de formação profissional para os surdos brasileiros.

O relatório de 1856 retirado do CRL informa que era admitido qualquer indivíduo de ambos os sexos de 7 a 16 anos de idade. O curso de estudos completo era previsto para 6 anos. As matérias eram: Escrita e leitura; Elementos da Língua Nacional; Gramática; Noções de Religião e dos deveres sociais (Catecismo); História do Brasil; História Sagrada e Profana; Aritmética; Desenho; **Escrituração Mercantil; Lições de Agricultura teórica e prática para os meninos e Trabalhos Usuais de Agulha para as meninas**. Destacamos as matérias que se relacionam com ensino profissional. Mesmo Desenho poderia ser considerado um saber que, dependendo da atividade, poderia se tornar profissional (debateremos em 3.2).

Os documentos apontam lições de pronúncia de articulação e de leitura àqueles indivíduos nos quais o professor reconhecia aptidão para os exercícios. O documento da BNDigital explicita que eram “empregados para a realização deste fim [ensino] os methodos mais aperfeiçoados e usados em iguaes estabelecimentos na Europa” (p. 70). Em exame público com premiação, o Imperador “abonou a capacidade do diretor, a aptidão dos alumnos e a eficácia dos methodos d’ensino” (1857, p. 71). Ao que parece, Edouard e Catherine Huet eram os responsáveis por todas as cadeiras na instituição. Permanecemos sem ter certeza se todas as cadeiras foram de fato ensinadas.

Apesar de rigorosa economia, afirmada em 1859, as congratulações a Edouard Huet permanecem no Relatório do Almanak Laemmert. Nele se afiança que havia um “brilhante

resultado” obtido nos exames, além de elogios do Imperador: “atestão a superioridade e eficiencia dos processos de ensino adoptados pelo Sr. E. Huet” (p. 478).

Ainda assim, detalhes sobre a chegada de Huet no Brasil e sua formação na França permaneciam desconhecidas. Numa nova etapa da pesquisa documental e com o apoio do pesquisador José Raimundo Rodrigues, conseguimos localizar outros documentos que serão apresentados em publicação posterior.

Apesar dos trabalhos transcorrerem bem, ao menos em aparência, no relatório publicado em 1860 é informado que Huet se afastaria do Instituto. Como indicado no Quadro 5, apenas a versão do Relatório Administrativo reservado no site da BNDigital apresentou maiores detalhes. Neles se explica o que seria a negociação para que o Instituto fosse completamente assumido pelo Estado (em 3.3 apresentamos outra fonte com outra versão do desligamento de Huet). O relatório de 1860, assinado em 13 de maio de 1861, inicia afirmando que o Instituto recebe o auxílio conveniente, que Huet era considerado “com direito à propriedade do estabelecimento” e que ele “manifestou o desejo de retirar-se para a Europa por estar o instituto fundado de modo que já não era necessária a sua presença (...) e que preferia deixa-lo ao governo”. Em troca deveria receber uma pensão anual, “com sobrevivência para sua mulher e para seus filhos” (p. 34). A Comissão Diretora declarou a Huet que “não se encarregaria de apresentar sua proposta o governo” (p. 34), que entendeu que a cessação dessa assistência levaria á ruína do estabelecimento. O diretor desistiu de seu intento e chegou com a Comissão a um acordo, resultando num contrato celebrado em 10 de março que aguardava aprovação do governo. Afiança ainda o documento que tais ocorrências apontaram para a “necessidade de cuidar-se na fundação de um instituto por conta do Estado, uma vez que sobre ele recahe quase exclusivamente o ônus de sua sustentação” (p. 34). Celebraram um acordo provável em 10 de abril. “Estas occurrencias patenteião a necessidade de cuidar-se na fundação de um instituto por conta do Estado, uma vez que sobre ele recebe quase exclusivamente o ônus de sua sustentação” (p. 34). O documento termina informando que faltavam professores e um capelão que também seria encarregado do ensino religioso, os quais seriam providenciados pelo governo. O Relatório Administrativo seguinte já informa o desligamento do fundador do INES.

No site CRL, em 1861, a lista de “Collegios de Meninos” apresenta o Imperial Instituto para Surdos-Mudos de Ambos os Sexos, patrocinado pelo Imperador e dirigido por Mr. e Mme. Huet e menciona 1860 como futuro e observações sobre falta de inspetores de alunos, indica Manuel Couto como futuro diretor. O documento com o relatório no site CRL, na pasta *Ministerial Report: Império, 1832-1888*, é o mesmo que foi localizado na BNDigital. Este apresenta maiores detalhes e confirma 10 abril como a data de assinatura de contrato celebrado entre Huet e o governo, mas, ainda assim rescindido quando o diretor manteve a posição de se

retirar do Instituto. Houve o pagamento “da quantia de 3:494\$021, impotancia de moveis e outros objetos e de despesas anteriormente effectuadas ficou aquelle Instituto pertencendo ao governo, continuando, entretanto, a cargo da comissão, sob as mesmas regras de administração já estabelecidas” (p. 36). Há observações sobre falta de inspetores de alunos, indica que Manuel Magalhães Couto se preparava para assumir a função de diretor. Ele era estudante e foi contratado, passando a se preparar. No Suplemento há a informação da destinação de verbas para o Instituto, Lei n. ° 1.114, de 27 de setembro de 1860. O Orçamento foi ampliado. A Comissão deixou a administração a cargo do padre Manoel Soares do Couto e depois ao frei João da Nossa Senhora do Carmo. Havia 15 alunos, dos quais 10 mantidos pelo tesouro e 5 pela província do RJ. Informa que os estudos permaneceram, mas não são esclarecidos quem se responsabilizou, apenas que o diretor era ao mesmo tempo capelão e celebrava missas. O documento noticia que foram feitos pequenos reparos no edifício, renovação de roupas, móveis e utensílios. Mas a Comissão pediu “que seja aumentada a quantia destinada para despesas do Instituto, visto como as despesas, a que foi obrigada em virtude da rescisão do contracto, obrigão-a lançar mãos da quantia que existia á sua disposição em uma conta bancária (...)” (p. 37). A seguir, apresentam as justificativas para o pedido por mais verbas: porque “o Instituto não tem até hoje um inspetor de alumnos, entidade, aliás, tão necessária em taes estabelecimentos” (p. 37); faltavam objetos necessários, porque poderia “crescer o numero de alumnos” (p. 37), porque o diretor percebia “apenas o honorário de 1:000\$, fazendo ao mesmo tempo as funções de capellão” e que não seria fácil “com tal retribuição achar quem o substitua, se por qualquer motivo houver ele de retirar-se”. Ou seja, se era difícil manter o Instituto nas condições que a Comissão recebera, deveria ser muito diferente de quando Edouard e Catherine Huet estavam responsáveis pelo ensino e administração? Mais ao final o documento, nos informa que

o governo imperial, querendo acautelar a eventualidade, que realmente se deu, de ser rescindido o contracto celebrado com E. Huet, tinha autorizado o nosso ministro em Paris para contractar com o estudante brasileiro, Manoel de Magalhães Couto, afim de dedicar-se aos estudos precisos para o desempenho das funções de diretor do Instituto (p. 37).

Assim sendo, podemos supor, e por enquanto apenas isso, que quando Huet sinalizou que desejava sair, o governo já tomou outras providências para além de estabelecer o contrato com o professor surdo francês.

Quadro 6 – Relatórios Administrativos e citações ao INES 1862 a 1868, sob a direção de uma Comissão Diretora (recebendo 16 alunos), presentes no *Almanak Laemmert* do site CRL e na BNDigital

Ano	Diretor	Almanak Laemmert do CRL Observações ¹⁶ (Quantidade de páginas)	BNDigital Observações (Quantidade de páginas)
1862	Frei J.M. do Carmo e E.Prado	(01) Informa apenas os alunos.	(01) Informou quantidade de alunos e a preparação do novo diretor na França.
1863	Manuel Magalhães Couto	(02) Informa ainda Frei J.M. do Carmo e E. Prado e que havia 10 alunos	(01) M. Couto chegou de Paris.
1864	M. Couto	(02) Matérias lecionadas, equipe de trabalho, professora para meninas, repetidores e ensino profissional nos estabelecimentos dos Mestres.	(01) Bastante sucinto, informa número de alunos (11) e que o Instituto carece ser organizado.
1865	M. Couto	(04) Relatório idêntico ao anterior	(02) Informa quantitativo de alunos e problemas que impediam o desenvolvimento do Instituto.
1866	M. Couto	(02) Diretores continuam a acumular cargos, repetidores continuam e oficinas interrompidas.	(02) Mais sucinto, informa quantitativo de alunos e problemas com recursos.
1867	M. Couto	(03) Mantida a situação da equipe do ano anterior. Em Suplemento as matérias lecionadas e alunos.	(03) Relatório mais longo, descreve o Instituto desde a sua fundação e procura destacar os problemas.
1868	M. Couto	(02) Repetidores permanecem na lista de funcionários. No ensino profissional Desenho e costura e mais trabalhos de agulha. Cargos de mestres vagos. Decreto nº. 4045/19 de dezembro de 1867.	(09) Relatório assinado por Tobias Leite como diretor. Estrutura: I. Serviço do Instituto; Material; Patrimônio; II. Ensino dos surdos-mudos; Ensino profissional; III. Pessoal, Atos e Exames.

No período de 1861 a 68 o Instituto foi o estabelecimento subvencionado pelo governo (Quadro 6), sob a direção de uma Comissão Diretora (recebendo 16 alunos).

O relatório do site CRL de 1862 informa apenas o quantitativo de alunos, onze no total. O documento disponível na BNDigital informa 11 alunos dos quais 08 custeados pelo governo e 03 pela Província do Rio de Janeiro e esclareceu que

espera o Governo, para o preencher effectivamente, que regresse de Pariz o seu pensionista Manoel Magalhães Couto, o qual se tem aplicado, no Instituto dos surdos-mudos daquela cidade, a instruir-se na linguagem dos surdos-mudos, a fim de habilitar-se para dirigir o nosso Instituto, e ao mesmo tempo encarregar-se do ensino (p. 28).

Dessa forma, o Instituto teria um segundo professor habilitado no Instituto de Paris. Sobretudo, afirmada a instrução na linguagem como preparação para atendimento aos alunos. O contrato de Magalhães Couto previa um trabalho de cinco anos, contados desde 1861, obrigava-o, após as habilitações, atuar “no ensino e na direção do nosso Instituto, adaptando a

¹⁶ Nas citações diretas indicamos a página a que consta no documento, seja o Relatório do Ministério, seja o Relatório do INES, por isto a variação.

linguagem dos surdos-mudos ao idioma portuguez, e instruir outras pessoas na especialidade a que se dedica” (p. 28).

No ano seguinte, o relatório do site CRV ainda apontava frei J.M. do Carmo e E. Prado e que havia 10 alunos. Contudo, na BNDigital o documento noticia que Magalhães Couto: “fora instruir-se na theoria e prática do systema de instrução e de administração do Instituto dos Surdos-Mudos daquela cidade [Paris], a fim de tomar a direção do nosso nascente Estabelecimento, encarregando-se também do ensino” (p. 14). Ainda declarou que “o Director do dito Instituto de Pariz, e o Censor do ensino derão informações muito lisongeiros acerca dos resultados dos seus estudos” (p. 14). Procuramos esse documento, mas não o encontramos. Foram previstos aumento das despesas orçamentárias para que “o nosso Instituto possa ter algum progresso, e prestar importantes serviços a que é destinado” (p. 14), além de reconhecida necessidade de construção de um prédio apropriado aos trabalhos.

Em 1964, o documento disponível no site CRL, detalha aspectos importantes mesmo para compreender o ensino profissional. Materiais lecionados listados foram: Língua Nacional, Aritmética, Álgebra, História e Geografia, Caligrafia, Desenho, Articulação Artificial e Leitura sobre os Lábios, que era oferecida para ambos os sexos sob a responsabilidade de Magalhães Couto, acrescentada para as meninas Trabalhos de Agulha e Bordadeira. A Diretora para as alunas era Franceline Garcez de Magalhães, assim como encarregada da administração da economia doméstica, enfermagem, rouparia e engomado. A cadeira de Desenho tinha professor especial. As demais aulas eram dadas pelo diretor e diretora, evidenciando que permanecia a limitação do Instituto. Neste mesmo documento surgiram os primeiros registros da atuação de Repetidores, na maioria, alunos do Instituto, o que marca a filiação com o que costumava acontecer no Instituto de Paris. Para a turma do 2º ano, Secção A, atuava Esperidião Gonçalves Fiusa (aluno do estabelecimento) e para Secção B, Galdino de Magalhães Couto (acumulando também os cargos de Amanuense e inspetor de alunos). Para o 1º ano, atuava como Repetidor Tobias Marcellino de Lemos (aluno do estabelecimento). E para 1º e 2º ano da classe de alunas, Maria Pereira de Carvalho (aluna do estabelecimento). Essa última, Rocha (2009) afiança, foi aluna de Edouard Huet.

O Relatório Administrativo de 1865 presente no site CRL não trazia dados diferentes dos publicados no ano anterior. Porém, na BNDigital acessamos informações relevantes. Havia 13 alunos do sexo masculino e 3 do sexo feminino, dos quais apenas 1 era contribuinte e 12 pensionistas do Governo e 3 da Província do Rio de Janeiro. Afirma que “não sendo dotado este Instituto de recursos próprios, e limitando-se o auxílio que lhe presta o Estado à sustentação de 12 alunos, não tem podido desenvolver-se” (p. 19). Há uma análise que nos interessa diretamente acerca da habilitação para as “profissões mecânicas”. Foi incluído o ensino

profissional que era realizado nos estabelecimentos dos Mestres e não no Instituto. Assim era “Mestre e dono da Sapataria, Domingos José Fernandes” (p. 84), situado na Rua da Saúde”. Mestre e dono da Alfaiataria, José Antonio Martins, também na Rua da Saúde. Mestre Marceneiro, Joaquim Gomes de Oliveira, Rua da Imperatriz. Quanto a esta última há dúvidas sobre detalhes porque apresentou os demais informando se era mestre e dono da oficina, mas no caso da Marcenaria não esclareceu. Ao contrário, o diretor avaliou que ainda não estava permitido “estabelecer algumas oficinas apropriadas, mas não o tem permitido a falta de meios. Apenas há uma provisória de Marcenaria” (p. 20). Sobre as meninas são citados Trabalhos de agulha e Bordado. O documento chama a atenção da Assembleia para a utilidade do Instituto, destacando que havia

um grande numero de meninos surdos-mudos indigentes, que vegetão pela Províncias sem que o Instituto lhes possa abrir suas portas, recusando-se a frequentes solicitações por carecer inteiramente de recursos para sustental-os, e ser limitado o número de pensionistas do Estado ao que está preenchido (p. 20).

Informa a mudança das instalações, mas o relatório já afirmava que o Instituto carecia de sede própria. O último parágrafo mostra outra solicitação da ampliação da subvenção estatal.

No relatório posterior presente no CRL notamos que os diretores continuam a acumular cargos, que os repetidores citados no relatório anterior continuaram e que as oficinas todas foram interrompidas. Na BNDigital o documento detalhou essas realidades esclarecendo que havia 17 alunos (14 do sexo masculino e 03 do feminino), sendo 12 pensionistas do estado, 3 da província do Rio de Janeiro e 2 contribuintes. O diretor observou que o Instituto carecia de subvenção para oferecer todas as cadeiras, incluindo as oficinas, pleiteando assemelhar-se ao Instituto dos meninos cegos. “Acha-se este Instituto no mesmo estado que foi descripto pelo meu illustrado antecessor no seu último relatório” (p. 49). Portanto, há uma diferença entre o que o relatório anterior prometia e o que Magalhães Couto percebeu.

Em 1867, no site CRL pareceu mantida a situação da equipe do ano anterior e no Suplemento do relatório (p. 90) foram descritas de forma genérica as matérias lecionadas, informando haver 13 alunos do sexo masculino, 3 do feminino, sendo 1 contribuinte e 12 pensionista do governo e 03 do Rio de Janeiro. Na BNDigital o documento relata que “era pois o Instituto um estabelecimento particular, auxiliado pelos cofres públicos, e assim existio até o anno de 1861” (p. 28). Indica que o Instituto “devesse ser considerado estabelecimento publico desde que perdera o caracter que primitivamente tivera, todavia lhe não foi positivamente reconhecida aquella qualidade” (p. 29). Em officio, Marquez de Olinda solicitou o encerramento da atuação da Comissão Inspecora, “não podendo mais, no estado em que se achava o instituto, prestar-lhe bons serviços” (p. 29) e julgando ser mais conveniente a posse do estabelecimento

pelo Estado. Que, em consequência o governo tomou para si o Instituto. Porém, sem autorização do Poder Legislativo para implementar o que era necessário na nova condição, não cabendo aumentar as despesas públicas, formulou o regulamento provisório aprovado no Decreto n.º 4046, de 19 de dezembro de 1866. O regulamento provisório garantia o caráter público do Instituto, separando as funções de diretor e administrador das de professor e estabelecendo meios de fiscalização. Informa que Tobias Rabello Leite, chefe da seção da Secretaria de Estado dos Negócios do Império, foi incumbido de examinar o estado do Instituto. O Mosteiro de São Bento e o Convento Nossa Senhora do Carmo continuariam a colaborar com o pagamento do aluguel da casa e a Província do Rio de Janeiro com a pensão de alunos. As matérias de ensino seriam: “leitura, escripta, doutrina cristã, arithimetica, geometria elementar e desenho linear, elementos de história e geografia, sobretudo nacionnaes, português, **francez** e contabilidade” (p. 29, grifo nosso). Afiança que a organização dada ao Instituto não seria definitiva, mas que era necessário assumir “todo caráter de escola profissional, com complemento de escolas especiais de aprendizagem para educação prática e real” (p. 30). Considerando que Magalhães Couto teve formação no Instituto de surdos de Paris, notamos que a autoria do relatório não pode ser a ele atribuída, senão mesmo ao ministro Fernandes Torres. Se o ensino de Linguagem Articulada na língua nacional exigia esforços grandes dos professores, se o preconizado não era a oferta da mesma educação das elites sociais, desconhecemos o que significaria ensinar francês aos surdos brasileiros.

O Relatórios Administrativos de 1868 são bem diferentes. O documento que está disponível no site CRL nomeia Magalhães Couto como diretor ainda sem oficinas e com os Repetidores. Quanto a esses na lista de funcionários estavam: Esperidião Gonçalves Fiusa, Galdino Magalhães Couto, Tobias Marcelino de Lemos, Maria Pereira de Carvalho. Citadas ainda ensino de Desenho e de Costura e mais Trabalhos de Agulha, porém os cargos de mestres das demais oficinas permaneciam vagos. Menciona sem esclarecer o Decreto n.º. 4046/1867. Entretanto, no site da BNDigital observamos um relato diferente e assinado como Diretor Tobias Rabello Leite. Rocha (2007) esclarece que o decreto estabeleceu regulamento provisório ao Instituto, que o acompanhamento do Instituto foi transferido para a Secretaria dos Negócios do Império e que esse, na rotina administrativa não conseguiu receber notícias do Instituto e que o ministro do Império designou o chefe da Seção da Secretaria de Estado, Tobias Leite, para relatar as atividades.

O documento elaborado por Tobias Leite é mais detalhado e descreve o serviço do Instituto (material e patrimônio), o ensino dos surdos-mudos (diferenciando do ensino profissional) e pessoal (pessoal, atos e exames). Incluiu novos empregados, narrou falta de objetos próprios para o ensino e móveis para administração. Sobre material o documento afirma

que havia os ainda comprados por Huet “e nem um só objeto próprio do ensino já existia” (p. 03). Ele encomendou móveis que fossem também usados no Instituto de Paris, mas somente os livros estavam disponíveis pois “os mapas, modelos e outros objetos especiais do ensino são propriedade dos Institutos, e só podem ser adquiridas com intervenção oficial, ou por favores individuais” (p. 03). Em 14 de setembro, iniciaram um professor e uma professora de Linguagem Escrita. Havia 14 alunos e 4 alunas (03 contribuintes, 01 pensionista da província e 14 do Estado). Apresentou um mapa com dados dos alunos. Estabeleceu os exames para cumprir o que estava previsto na lei (ao final do relatório a ata dos exames é apresentada), bem como para estabelecer “um ponto de comparação para os anos seguintes” (p. 01). Afirmou que os inspetores eram educadores morais, “conservando sempre completa separação dos sexos” (p. 02) e que havia dificuldades para contratação. “A educação physica e industrial não tem sido dada com a regularidade que convém, por falta de pessoal e de material apropriado” (p. 02). Avaliou que, com modificações, o prédio poderia atender até 40 alunos no sistema de internato. Observou que para manter o contrato de locação era preciso “decidir si convém ou não que o Instituto continue longe do centro da cidade, como se acha. A escolha da localidade em que deve ficar o Instituto prende-se á questão do ensino profissional” (p. 02). Em patrimônio afirmou a capacidade de trabalho dos surdos (destaque em avaliação dos dados).

Na Parte II, sobre ensino dos surdos-mudos mostra que esteve pesquisando o tema pois afirmou “hoje, depois dos trabalhos do Abbade Carton, e de Vallade Gabel, o ensino do surdo-mudo está nas mesmas condições do dos que ouvem e fallão” (p. 03) e destacou “experiências que o Dr. Blanchet fez perante a Escola Normal de Pariz” (p. 04). E que a partir de março de 1866 as escolas primárias estavam abertas para os surdos-mudos (p. 04), citou o Manual da Confraria de S. Gabriel. Mostrou preocupação em saber a população de surdos-mudos no Brasil, sugerindo que os Estados também mantivessem escolas para surdos. O novo diretor avaliou que o fim desses institutos

não é formar homens de letras (...) o fim único destes estabelecimentos é arrancar do isolamento, que embrutece, os infelizes privados do instrumento essencial para a manutenção e desenvolvimento das relações sociaes; é enfim converter em cidadãos uteis á sociedade individuaos que lhe pesão, e a damnificação involuntariamente (p. 04).

Para este fim, de “arrancar o isolamento” dos surdos seria preciso ensinar “ao surdo-mudo uma linguagem que o ponha em relação com a sociedade em que vive” (p. 5) e, que a “linguagem escripta é fácil tanto ao surdo-mudo congênito, como ao acidental, e que a linguagem articulada artificial, sendo possível nos segundos, só por exceção o é nos primeiros, e sempre tão imperfeitamente, que só por curiosidade é tolerável” (p. 5). Tobias Leite avalia

que o “Regulamento n. 4046” (p. 5), não observou essa questão e “aglomerou o ensino em ambas as linguagens, parecendo dar primazia à vocal artificial, sem atenção á natureza do surdo-mudo, e acumulou materiais da instrução secundária ás elementares” (p. 5). Compara e comenta os programas de estudos do Instituto de Paris e do Rio de Janeiro. Oferece atenção ao Ensino Profissional (comentamos no item 3.2). Avaliou a falta de pessoal e vencimentos insuficientes para professores. Recomendou o desligamento de duas alunas adolescentes, sugerindo que sejam empregadas em estabelecimento de órfãs ou de família (p. 07). Apresentou mapa com dados dos alunos.

Rocha (2007) afirma que a constatação de Tobias Leite de que “não havia ensino, e sim, uma casa que servia de asilo aos surdos” (p. 35) levou à exoneração de Magalhães Couto e à interinidade de seu sucessor; condição mantida até 1872. Rocha (2018) informa que foram encontrados registros de graves conflitos, no final de 1867 e início de 1868, entre Magalhães Couto e o aluno Manoel Pereira de Carvalho. Esse ingressou no Instituto, em agosto de 1858, aos 11 anos, ainda gestão de Edouard Huet, com seus os irmãos Francisco Pereira de Carvalho e Maria Pereira de Carvalho. Foram encontradas cartas escritas pelo aluno e endereçadas a Tobias Leite. “Em forma de diário” (p. 21) o aluno denunciou “maus tratos por parte do diretor” (p. 21). Rocha (2018, p. 21) mostra:

Rio de Janeiro 31 de março de 1868

O Sr. Dr. Manoel de Magalhães Couto disse mandaremos negros Institutos dos Surdos Mudos apanhemos as colchões sobre as cabeças fomos fora queimar as colchões.

Sobre os funcionários negros, Rocha (2018) apresenta folhas de pagamento (p. 36) que registram escravos de aluguel nas funções de cozinheiro, servente e criada e que a maioria era considerada propriedade de funcionários graduados do Instituto ou de autoridades do Império, como a Marquesa de Abrantes, esposa do Marquês de Abrantes, que integrava a Comissão Inspectora do Instituto. Em maio de 1868, o diretor enviou ofício de nove páginas ao Senador do Império, Conselheiro José Joaquim Fernandes Torres no qual apresentou considerações sobre o Regimento da Instituição, “que parece ter sido aprovado à sua revelia” (p. 22). Embora tal ofício nem os relatórios de Magalhães Couto estejam disponíveis na BNDigital, ao avaliarmos que francês estava entre as matérias ensinadas e que o Art. 18 previa “articulação artificial e leitura sobre os lábios” (p. 4 do regulamento) apenas no primeiro ano do curso, já notamos que houve limitações à participação dele que devia ser o único especialista no Brasil em Educação de Surdos.

Quadro 7 – Relatórios Administrativos e citações ao INES 186a a 1889, presentes no *Almanak Laemmert* do site CRL e na BNDigital

Ano	Diretor	Almanak Laemmert, acervo do INES e site CRL Observações (Quantidade de páginas)	BNDigital Observações (Quantidade de páginas)
1869	Tobias Rabello Leite	(01) Decreto n.º 4046/1867 sobre reorganização interna. Ensino profissional apenas em horticultura.	(05) Aluno contratado no Instituto. Diretor: avalia instrução de surdos mudos no Brasil; descreve estratégias pedagógicas; aborda ensino profissional; solicita nomeação de repetidores e necessidade de formação de professores.
1870	Tobias Leite	(02) Mantém termos do relatório anterior. Suplemento apresenta o novo regimento do Instituto.	(12) Comissário atenta às medidas urgentes. Diretor: enumera causas (03) das vagas não ocupadas e como tentou superar; levantamento da população de surdos; cita Repetidor Flausino da Gama; esclarece ensino profissional; cita Joaquim do Maranhão e Berthier. Mapa com dados dos alunos.
1871	Tobias Leite	(02) Citados os surdos Flausino José da Gama como Repetidor do 1º e 2º ano e Roupeiro e o Dispenseiro João Flávio de Azevedo. Informa Oficina de Sapateiro.	(13) Comissário afirma: dificuldades citadas pela gestão; apoio e divulgação do Instituto. Diretor aborda: investimentos dos países europeus e EUA; sistema de internato; projeto para apoio financeiro; instrução na Linguagem Escrita; capacidades dos surdos e desenvolvimento das crianças e formação ofertada; ensino da Palavra Artificial para surdos acidentais; ensino profissional; apoio aos egressos; problemas com funcionários; classe das meninas. Mapa com dados dos alunos.
1872	Tobias Leite	(04) Dispenseiro não consta. Suplemento informa organização da instrução, defesa do ensino profissional, fundos aos egressos.	(01) Texto reforça a necessidade de ter o Instituto um edifício próprio. Haverá pouco progresso se continuarem os escassos investimentos.
1873	Tobias Leite	(02) Professoras das alunas mudam novamente. Esclarece a atividade do ensino profissional. Em Suplemento a importância da modalidade e informes sobre egressos.	(08) Comissário apresenta relatório do diretor sublinhando problemas do Instituto. O diretor: retoma as afirmações do Relatório de 1871 (número de alunos); cita os problemas na formação das alunas; explica as cadeiras oferecidas; afirma o uso da mímica; esclarece a Oficina de Sapataria; informa sobre procura por recursos para a instrução e prédio próprio; informa fato grave que desestabilizou o Instituto; avalia o perfil do professor de surdos-mudos; exhibe mapa com dados dos alunos.
1874	Tobias Leite	(02) Não cita professoras, mas cita presença de alunas. Decreto n.º 5435 (15/10/1873) e oficinas profissionalizantes.	(02) Avaliação sobre equipamento da Oficina de Encadernação. Relatório em outra pasta do CRL, com organização do ensino profissional, <i>mappa dos surdos-mudos existentes no Imperio</i> . Mapa com dados dos alunos.
1875	Tobias Leite	(02) Não cita professoras nem alunas. Novo repetidor. Suplemento: caráter da educação; perfil dos professores; distribuição dos alunos nas oficinas; situação de egressos; loterias.	(07) Relatório datado de 04/12/1876, afirmando que o ano de 1875 não teve nenhum fato notável além da distribuição de prêmios?. O relatório de 1876 refere-se ao mesmo ano.
1876	Tobias Leite	(03) No Suplemento reconhece empenho do governo para mudanças. Problemas com máquina para a Oficina de Encadernação e contratação de um mestre	(08) O diretor: informa número de alunos; comenta educação de surdos e ensino obrigatório; atualização do <i>Mappa dos Surdos-Mudos existentes no Império</i> ; compara a execução de programas de formação para crianças surdas e falantes; apresenta despesas e recursos das oficinas, suas rotinas, depósitos na Caixa Econômica; informa mudança de endereço; informa extinção do cargo de Inspetor; descreve contratação de repetidor para Linguagem Escrita.

1877	Tobias Leite	(03) Descreve a rotina do ensino profissional e depósitos na Caixa Econômica. Cita oficinas, mas não lista os mestres no quadro de funcionários. Em Suplemento volta a citar as oficinas.	(08) Apresenta: recenseamento dos alunos e sua movimentação; preocupação com divulgação do Instituto; proposta para elevar o nível de instrução; organização do ensino profissional; desligamento de Flausino José da Costa Gama.
1878	Tobias Leite	(02) Flausino José da Costa Gama consta como Repetidor do 1º e 2º. Repete termos do relatório anterior. Outros setores do relatório do Ministério apresentam estatísticas da população, orçamento e recursos da loteria.	(08) Diretor: reclama falta de incrementos; apresenta a movimentação dos alunos; avalia mudanças e instrução de alunas; informa fundação do Museu Escolar; apresenta os resultados das oficinas e as avalia; explica dificuldades na contratação de repetidores, professores e forma de superar.
1879	Tobias Leite	(02) Não cita mais o nome de Flausino José da Costa Gama como Repetidor do 1º e 2º ano .	(08) Apresenta: breve balanço histórico do Instituto; avaliação do que na instrução faltava impulsionar; balanço financeiro do ensino profissional.
1880	Tobias Leite	(03) Cita Repetidor do 1º e 2º ano Gustavo Gomes de Mattos, egresso. Propaganda os resultados do ensino profissional e apresenta o movimento financeiro das duas oficinas.	(00) Não encontramos o relatório na Biblioteca Nacional Digital nem na pasta <i>Ministerial Report: Império, 1832-1888</i> do site <i>CRL</i> .
1881	Tobias Leite	(03) 1881 1-A: mantém os termos do anterior. Suplemento informa: os alunos inscritos no ensino profissional; movimentação financeira; retiradas da Caixa Econômica. 1881 2-A: Menezes Vieira estuda Linguagem Articulada na Europa.	(04) Diretor: compara o número de alunos e número de surdos no Brasil; avalia o ensino da Palavra Articulada; concurso promovido; necessidade de professor idôneo para ir à Alemanha; pondera sucesso das oficinas profissionais; informa mudança de prédio e a exoneração de dois repetidores.
1882	Tobias Leite	Mantém os termos do relatório anterior.	Informa: estudos de Menezes Vieira em Linguagem Articulada; oferta de curso normal; obras para separar os alunos dos diferentes métodos.
1883	Tobias Leite	(02) Mantém os termos do relatório anterior	(02) Informa: número de alunos; exames de Linguagem Articulada; movimento das oficinas e depósitos; concurso para Linguagem Escrita.
1884	Tobias Leite	(01) Profissionais são listados; mas não as cadeiras. Mantém termos de 1881.	(02) Informa: número de alunos; rendimento das oficinas; concurso para Linguagem Escrita.
1885	Tobias Leite	(02) Mantém o mesmo modelo do relatório anterior.	(03) Informa: movimento dos alunos; frequência de Linguagem Articulada; sobre o curso normal; balanço das oficinas e valores recebidos; produtos da Escola Agrícola; fechado por problemas de saúde.
1886	Tobias Leite	(02) Relatório semelhante ao anterior, mas aponta as cadeiras dos professores.	(07) Informa: movimento dos alunos e 2 falecimentos; aulas suspensas por motivos de saúde; aulas de Linguagem Articulada; sobre o curso normal; movimento das oficinas e Escola Agrícola; problemas e impactos da não oferta de ensino às meninas; providências ao sistema misto; debate internacionais sobre métodos com mapa.
1887	Tobias Leite	(01) Mesma composição de cadeiras e professores do anterior. Equipe de Repetidores aumenta: Gustavo Gomes de Mattos, Candido Jucá, Francisco Bithencourt e Benedicto Sidou.	(02) Aulas interrompidas por problemas de saúde. Apresenta: rendimento das oficinas; o rendimento dos alunos; questionamentos ao ministério.
1888	Tobias Leite	(02) Mesma composição de cadeiras e professores do anterior. Não consta Francisco Bithencourt.	(01) Informa: movimento dos alunos; rendimento das oficinas; aproveitamento do ensino profissional.
1889	Tobias Leite	(02) Mesma composição de cadeiras e professores do anterior. Não consta Benedicto Sidou.	(00) Relatório não foi encontrado

O período acima 1869 a 89 (Quadro 7), que corresponde ao período de gestão de Tobias Leite no governo do Império, iniciou a caracterização do Instituto como estabelecimento público de educação. Foram recebidos 55 alunos. Deparamo-nos com documentos detalhados que evidenciam um gestor que solicitava as melhorias para a instituição, apontava os problemas, mas não costumava receber as respostas esperadas. Em especial os relatórios localizados na BNDigital mostram que o comissário do ministério reforçava as avaliações e encaminhamentos do diretor. Notamos grandes contrastes entre os dados que os relatórios do CRL e da BNDigital proporcionam, tanto em termos de extensão quanto do conteúdo.

O documento publicado em 1869 no CRL cita o Decreto n.º 4046/1867 sobre reorganização interna, cuja execução começou em 10/08/1868¹⁷, com professores a nomear e informando que o ensino profissional consistia apenas em Horticultura. O professor Magalhães Couto permanece nomeado na equipe. Na BNDigital, a versão do documento informa os alunos desligados e dentre eles nomeia João Flavio de Azevedo que foi contratado para trabalhar como Dispenseiro. O diretor avalia fatos sobre a instrução de surdos mudos no Brasil (p. 01), descreve as estratégias que usa (ao invés de cadernos prontos, adquire compêndios, de acordo com Valade-Gabel e de Magalhães Couto na Aritmética). Estava traduzindo a Gramatica de Chambellan. Sobre Ensino Profissional esclarece que ainda não estava sendo oferecido, explicitando como tentava adaptar, o ensino de Desenho para este fim e focando na Horticultura (detalhes na seção 3.2). Solicita a nomeação de dois repetidores, que haveria “conveniência futura de ir formando professores que substituirão os actuaes” (p. 04). Temos, pois bem caracterizadas as ações de um gestor que acabara de assumir plenamente a função.

No ano seguinte, o site CRL exhibe os termos do mesmo relatório anterior, mas em Suplemento o novo Regimento Interno foi apresentado. Desenvolvido em 12 páginas, no Relatório Administrativo publicado em 1870 na BNDigital o Comissário do Governo Manoel Francisco Correia, apresenta o relatório do diretor e alerta para as medidas urgentes que precisavam ser atendidas, destacando o “adiantamento dos alunos” (p. 01), afirmando que

si o patriotismo atingir um algarismo considerável, podendo servir para auxiliar, no começo de sua vida social, aos alumnos que completarem a sua educação no Instituto, desaparecerá uma das dificuldades com que actualmente luta a administração, qual a de dar destino ao alumno de maior idade que conclúe os estudos (p. 301).

¹⁷ O quadro de funcionários comporá por: “um diretor, um professor, uma professora, um capelão, um inspetor de alunos, uma inspetora de alunas, um roupeiro, uma enfermeira, uma dispenseira, uma criada, um cozinheiro e quatro serventes” (Rocha, 2018, p. 22).

No relatório completo que se encontra no Anexo E do documento do ministério, o diretor nomeia os alunos que concluíram a formação, destaca “facto singular de não concorrerem alunos para o Instituto, nem mesmo para preencherem-se os 16 lugares de pensionistas” (p. 3-4), enumerando as causas (03), bem como as providências para tentar as superar. Apresenta um quadro com o levantamento da população de pessoas surdas por província (p. 4), separando por gênero dos menores de 14 anos, dos maiores de 14 anos (sem diferenciar gênero), exibindo o total geral de 1.392 pessoas. No setor instrução, afirma a orientação do Método Intuitivo, menciona o Repetidor do 1º e 2º ano Flausino da Gama, será a primeira citação. Esclarece o ensino religioso e a educação moral, ensino profissional (p. 7), questões materiais, patrimônio, estado sanitário, pessoal e apresentando o quadro com informações dos alunos. Sobre o ensino profissional argumenta que a Agricultura era a profissão que mais convinha aos surdos e que, por isso, o edifício próprio do Instituto deveria estar em terreno contíguo ao Instituto Agrícola. Além disso, relatou que

No começo das últimas férias, cedendo aos contínuos e instantes pedidos do alumno Joaquim do Maranhão, orphão da Santa Casa da Misericórdia da província contractei um mestre prara ensinar-lhe o officio de sapateiro. Com tão bôa vontade se applicou, que já faz todo o calçado necessário para os alunos (p. 7).

Seria como uma proto-oficina, mas envolvendo apenas um professor e um aluno. Chegamos a considerar Joaquim do Maranhão um professor surdo instruindo na Oficina de Sapataria, acompanhando Rocha (2007). Porém, o texto acima mostra que ele estava no lugar de aprendiz. Sobre material, destacamos que o diretor cita Ferdinand Berthier (p. 7), que seria seu intermediário na aquisição de compêndios e modelos usados no INSMP, descrevendo-o como “ilustre surdo-mudo anotador do Código Napoleão” (p. 7). A guerra franco-prussiana frustrou os planos; infelizmente. Como professora de língua nacional para as alunas é indicada D. Amelia Emilia da Silva Santos e inspetora Martha Orninda dos Santos Milne.

O Relatório Administrativo publicado em 1871 mostra dados importantes. O documento do CRL nomeia Flausino José da Gama como Repetidor do 1º e 2º ano, indicado-o como surdo-mudo e relacionado também como roupeiro, cita como Dispenseiro João Flávio de Azevedo, que atuava desde 1869, mas apenas nesse relatório foi identificado como surdo-mudo e informa atividades na Oficina de Sapateiro, na qual “Joaquim do Maranhão faz calçado para os outros alunos” (p. 84). Na BNDigital, contudo, encontramos maiores detalhes sobre todo o funcionamento do Instituto, com aspectos acerca da formação de professores. A apresentação do Comissário Manoel Francisco Corrêa afirma que convém “que os professores do Instituto tenham qualidades especiais, que influenciem de modo decisivo para o aproveitamento dos discípulos; e bem assim a importância do logar de inspetor” (p. 01). Mantida a indicação de

que as demais províncias deveriam enviar seus alunos para serem educados no Instituto. O diretor compara os investimentos que os países da Europa e EUA fazem na área, pois não consideram a educação de surdos, contabilizados como cerca de duas mil pessoas, “luxo social” (p. 3). Tobias Leite afirma que, como há pessoas surdas em todos os lugares do país, o sistema de internato seria a melhor solução, apontando quais providências poderiam ser adotadas para garantir o apoio financeiro necessário, incluindo as iniciativas das paróquias (ver p. 4). Acerca da Instrução, informa que seguiu limitada ao ensino da Linguagem Escrita. Interessante afirmação acerca das capacidades da pessoa surdo-muda que

cresce com as ideias inatas (...) mas que não podem desenvolver-se, por lhes faltar um dos elementos indispensáveis, o choque das expressões; e só aos 9 anos, quando chega ao Instituto, começa o mesmo ponto de que partiu o falante aos 18 meses de idade, e com enormíssima desvantagem de aprender de seu mestre, e de poucos auxiliares deste (p. 5, grifo do autor).

Segue o diretor descrevendo como se dava o desenvolvimento das crianças em função da formação ofertada pelos pais diante da surdez de seus filhos. Ao final desta seção, o diretor afirma que seria indispensável “também o ensino da palavra artificial, não como fim, mas como meio, muito valioso e profícuo entre os surdos-mudos accidentais para acelerar o desenvolvimento da inteligência, mais ou menos aplicação ao estudo” (p. 7). Sobre ensino profissional explicita que estava limitado ao ofício de sapateiro aplicado ao aluno Joaquim do Maranhã, economizando com a despesa com o calçado para os alunos. O diretor mantém a consideração quanto ao ensino de Agricultura e que as demais oficinas deveriam estar a ele atreladas. Porém, na dificuldade de realizar tal formação, adotou desde o começo da sua “administração, de aplicar os alunos menores de 12 anos aos trabalhos de horticultura” (p. 8). Apresenta um ofício assinado em 05 de julho de 1870 que consiste em *Projeto de lei fundando um patrimônio para o Instituto dos Surdos-mudos* (p. 10), citando os métodos modernos para instrução, e o caráter preventivo de algumas ações educacionais como a criação das companhias de menores aprendizes dos Arsenais de Guerra e Marinha. O diretor argumenta providências pra que, ao findar a formação no Instituto, os surdos tivessem estrutura para se sustentar (Artigos 4º e 5º comentaremos em 4.1). Destaca que países europeus formavam “associações com o fim de proteger e de dirigir os surdos-mudos que deixam as escolas especiaes, até que possam viver sobre si” (p. 9). Sobre Material relata os problemas com o imóvel adaptado e os custos para que ficasse adequado e pudesse incluir a agricultura e o ensino profissional. Sobre Pessoal, relata o quadro diminuto de funcionários e o restabelecimento da classe das meninas. Explica que foi contratada “uma senhora para habilitar-se no ensino dos surdos-mudos, a qual encarreguei interinamente das funções de inspetora” (p. 11) No relatório CRL volta a ser listada

Amelia Emilia da Silva Santos como professora das alunas e mudou a inspetora para alunas, sendo agora Felicissima [ou Felismina] Candida de Souza Pimentel. Continuou o diretor a destacar a importância de oferecer mais vantagens para que pessoas concorressem aos cargos disponíveis no Instituto; era necessário reformar o Regulamento. Apresenta o Mapa com dados dos alunos.

Quanto à riqueza dos dados, em 1872, a situação se inverteu. Encontramos mais informações no site CRL, no qual sabemos que o Despenseiro, anteriormente listado, não consta mais na equipe. Como Professora e Inspetora das alunas é listada Anna Mathildes Maíra, ou seja, aconteceu uma nova substituição. No Suplemento encontramos a afirmação: “a zelosa administração atual do estabelecimento tem pelo modo possível corrigido os abusos que anteriormente se notarão, e introduzido a ordem em todos os serviços” (p. 15). Informa que a instrução envolve o ensino religioso e a Linguagem Escrita, as quatro operações de Aritmética e o Desenho. Apresenta a defesa do ensino profissional para os alunos e de se criarem fundos para apoiar os egressos. Reclama ainda da necessidade de verbas para reorganização e para a construção de prédio próprio. A revista *Amigos dos surdos-mudos* é citada na lista de publicações. Em apenas 1 página, o texto do relatório, em dois parágrafos, reforça a necessidade de ter o Instituto um edifício próprio e o argumento de que haveria pouco progresso se continuassem escassos os investimentos.

No ano de 1873 é retomada a tendência geral. O documento do CRL, embora sucinto esclarece que a Professora das alunas muda novamente, sendo Professora Leopoldina Peçanha de Magalhães e Inspetora Fesmina [antes grafada como Felicissima] Candida Pimentel. A Oficina de Sapateiro fez calçado para os alunos. Que pelas manhãs e tardes os alunos desenvolvem Horticultura. O relatório no Suplemento destaca a importância do ensino profissional. Relata ainda informes para nós significativos sobre egressos:

Durante o último anno sahiram do estabelecimento seis alumnos, mais ou menos instruidos nas materiaes ensinadas dos quaes estão empregados dois em officinas particulares e dois na agricultura e cinco alumnos habilitadas nos misteres do serviço domestico, que foram entregues a suas famílias (p. 64).

Tais notícias, publicadas na versão mais resumida do relatório pode nos levar a acreditar que era como uma confirmação das convicções de Tobias Leite. Também da forma como era vista a educação de surdos desde a França: que mais do que formar para letras, seria necessário formar os surdos para que pudessem ter condições de sustentar suas necessidades primordiais.

O documento de 1873 presente na BNDigital volta a ser mais detalhado. O Comissário Manoel Francisco Corrêa apresenta o relatório do diretor sublinhando que, apesar de haver

poucos recursos, o Instituto poderia atender a mais alunos e segue listando todos os problemas, a baixa divulgação do Instituto, em especial, a inconstância das Professoras para as meninas. O diretor retoma as afirmações do Relatório de 1871 sobre o pequeno número de alunos matriculados avaliando as causas e apresentando como se buscou combatê-las. Sobre Instrução mantém o que já foi descrito anteriormente, destacando o quão desafiador era instruir alunos que ingressavam com níveis de desenvolvimento muito diferentes. Avalia que havia, naquele momento mais professores do que o necessário, mas que seria uma característica de estabelecimentos iniciantes. Relata problemas na formação das alunas. Justifica o motivo do ensino da Palavra Artificial e da Leitura sobre os Lábios não terem iniciado, “não obstante o Regulamento fazer dele a base da instrução neste Instituto” (p. 4) porque seria importante ter um professor formado, em especial na Alemanha. Descreve como a mímica e a Linguagem Escrita eram utilizados na instrução. Acerca do Ensino Profissional afirma o diretor que: “o pequeno número de alunos não permitiu que se desse desenvolvimento à oficina de sapateiro, que já existe e faz todo o calçado dos alunos, nem que se estabelecesse outra” (p. 5). Temos portanto, outra justificativa para compreender o motivo de haver uma atividade naquela oficina, mas não o ensino disseminado. Em Material, o diretor mostra o quanto procurava recursos para a instrução e para que o Instituto tivesse prédio próprio. Sobre Pessoal informa que em julho de 1872, todos os funcionários foram declarados “provisórios e de méras comissões” (p. 7, grifos do autor) e que esta instabilidade prejudicou o Instituto. Avalia que o professor de surdos-mudos deveria ter, além de habilitações literárias, educação especial. Apresenta o mapa dos alunos do Instituto. O documento apresenta um diretor que precisa administrar muitos reveses.

Os relatórios publicados em 1874 seriam abreviados. O documento do CRL não cita professoras, ainda que em Suplemento o Relatório informe que havia 5 alunas. Além disso, afirma que o Instituto foi reorganizado pelo Decreto n. ° 5435, de 15 outubro de 1873, “em virtude do qual todos os alunos são obrigados a aprender uma arte ou officio mecânico” (p. 105). Sendo essa a informação que até então nos guiava quanto ao fenômeno do ensino profissional no INES. Na BNDigital em duas páginas apenas, sobre ensino profissional o relatório informa que

Tendo vindo da França uma machina para a officina de encadernação, foi contractado um mestre, e começaram os trabalhos. Reconheceu-se logo porém que a machina, que fôra enviada, posto que bôa, é demasiado forte para os alunos do instituto. Trata-se de trocá-la por outra Entretanto, prosseguem os trabalhos que se podem fazer independentemente da machina referida (p. 54).

Ou seja, os documentos nos levam a acreditar que o maquinário usado para a instrução era o mesmo utilizado na vida laboral. O inconveniente desse uso era o fato de não estar

adequado à compleição física dos muito jovens. Seria preciso identificar se houve casos de acidentes durante a aprendizagem. O relatório informou também que continuava a trabalhar com bom “exito a oficina de sapateiro” (p. 54). O documento afirma que o relatório do diretor estava no Anexo C, porém não o encontramos. Outra colaboração do pesquisador José Raimundo Rodrigues, recomendou a pasta *Ministerial Report: Império, 1832-1888*¹⁸, também no site do CRL. Nesta encontramos o relatório completo (07 páginas), sendo provavelmente o Anexo C citado (na p. 54) mas não disponibilizado na BNDigital. Nesse documento (Figura 1) o Comissário inicia a apresentação com dados estatísticos afirmando que o número de surdos-mudos no Brasil seria bem elevado, em comparação aos demais países. Ele pondera que seria vantajoso contar com o trabalho de surdos em estabelecimentos de trabalho agrícola ou industrial.

Para se conseguir aproveitar do melhor modo a população válida de surdos-mudos sei que é grande embaraço a circumstancia de estarem elles espalhados por vastissima extensão de territorio. O surdo-mudo isolado vale menos do que quando tem companheiros. O estímulo para o trabalho, quando as condições são iguaes, é mais energico. E o mal commum é doloroso, mas real consòlo. A meu espirito se afigura que, si pudessem ser reunidos todos os operarios surdos-mudos em um estabelecimento de trabalho agricola ou industrial, habilmente dirigido, osse estabelecimento podoria competir vantajosamente com qualquer outro servido por operarios no gôzo do dom inapreciavel da palavra. O serviço feito nas duas officinas do Instituto brasileiro de Surdos-mudos autoriza esta crença.

Figura 1: Trecho do relatório do Comissário do Governo Manoel Francisco Correa (CRL, 1874, p. 1-2)

No cenário acima, parece que trabalhadores sem o dom da palavra são mais vantajosos. Segue o mesmo, indicando a necessidade de apoiar as mudanças que o diretor vinha defendendo em relatórios anteriores. O diretor relata que para divulgação do Instituto recorreu às paróquias, aos presidentes das províncias e à Associação Promotora da Instrução¹⁹. Apresenta *O mappa dos surdos-mudos existentes no Imperio, extrahido dos trabalhos da repartição da Estatística* (Figura 2). O primeiro Censo realizado no Brasil foi em 1872 (Brasil, IBGE, 2000) e os valores sobre a formação da sociedade brasileira divulgados antes dele não eram confiáveis. Neste

¹⁸http://ddsnext.crl.edu/titles/100?terms=instituto%20surdos&item_id=1698#?h=instituto%20surdos&c=0&m=45&s=0&cv=0&r=0&xywh=-359%2C-1%2C2941%2C2075

¹⁹Fundada pelo próprio Comissário, Manoel Francisco Corrêa. “Em 1883, a API abriu duas escolas: a Santa Isabel, no Boulevard 28 de Setembro, e a Escola da Glória, atual Escola Municipal Senador Corrêa, situada na Freguesia de Nossa Senhora da Glória, na Rua São Salvador, com o objetivo de formar professores. As aulas, diurnas e noturnas, eram todas gratuitas e os alunos recebiam todo o material necessário. Quando a ditadura do Estado Novo assumiu o ensino público de formação de professores, a escola fechou, reabrindo em 1950 e cedida ao Colégio de Aplicação da UFRJ por 20 anos”

(Disponível: http://www0.rio.rj.gov.br/sme/crep/escolas/escolas_tombadas/em_senador_correa.htm)

primeiro Censo, ficou conhecido que 80% da população brasileira era composta por pessoas analfabetas²⁰. Esses dados também serviriam para justificar a importância da formação de pessoas surdas ainda que limitada ao ensino das primeiras letras e a aprendizagem de um ofício (Rocha, 2007). No mapa constam as províncias, discrimina homens e mulheres, tanto livres quanto escravizados, importantíssimo dado, esclarecendo quantas freguesias foram apuradas e quantas restavam a apurar, totalizando 9.730 pessoas surdas.

Mapa dos surdos-mudos existentes no Império, extrahido dos trabalhos da Repartição da Estatística.

PROVINCIAS	LIVRES		ESCRAVOS		TOTAL	FREGUEZIAS APURADAS	FREGUEZIAS POR APURAR
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres			
Amazonas	16	7			23	21	1
Pará	151	72	2	3	228	68	2
Maranhão	191	86	16	6	302	51	2
Piauí	52	38	5	1	96	25	1
Ceará	378	244	6	8	636	Completa	
Rio Grande do Norte	68	44	8	4	124	Completa	
Pernambuco	175	83	4	5	247	33	
Pernambuco	222	143	30	26	421	70	1
Alagoas	63	35	3	1	102	Completa	
Sergipe	22	5	2	1	30	18	13
Bahia	513	397	140	153	1.203	158	11
Espirito Santo	23	9	4	1	37	Completa	
Rio de Janeiro	165	88	35	32	320	107	15
Município neutro	123	70	8	8	209	Completa	
S. Paulo	603	325	29	18	980	144	13
Paraná	117	58	4	2	181	Completa	
Santa Catharina	333	78	7	5	423	Completa	
Rio Grande do Sul	220	124	16	7	416	67	5
Minas Geraes	1.558	905	240	147	2.870	253	116
Goyaz	419	251	32	14	721	52	1
Mato Grosso	93	36	4	8	161	Completa	
Somma	5.512	3.123	595	470	9.730		

Figura 2: Mapa dos surdos-mudos existentes no Império, extraído dos trabalhos da repartição da Estatística (CRL, 1875, p. 2)

O diretor do Instituto usa os dados acima para comparar a situação nacional com a dos países europeus. Embora destaque a importância do levantamento, sublinha que seria possível estudar os casos de surdez e os meios de sua atenuação se o mapa informasse quais eram surdos congênitos e quais eram acidentais, apontando tanto aspectos geográficos que determinariam a condição quanto condições de higiene. Sobre Instrução, manteve termos anteriores. Cita o êxito da educação de um dos alunos. Afirma que o ensino da Palavra Articulada era o que mais impressionava o público - talvez seja a primeira vez que o termo aparece escrito assim e não como Palavra Artificial. Sobre ensino profissional explicou como distribuir os alunos, fez crítica às aulas de Desenho, que não foi possível aplicar o ensino da Agricultura, mas

²⁰ O próximo censo seria realizado apenas em 1890 e levantou que 82,6% da população era analfabeta. No entanto seria preciso considerar a imigração como fator e teria aumentado o índice (Brasil, IBGE, 2000).

estabelecidas as Oficinas de Sapateiro e Encadernador. Explica o motivo de selecionar com atenção os alunos que iriam para a Oficina de Encadernação e que a falta de um local apropriado impede a ampliação do ensino profissional e sugere locais para compra de propriedade. Nomeia e parabeniza o trabalho de Menezes Vieira e Flauzino José da Gama. Apresenta o mapa com dados dos alunos. É, portanto, um relatório muito importante.

Em 1875 no CRL o relatório não cita presença de professoras nem de alunas no Instituto. Indica a atuação de um novo repetidor, Duarte Alfredo Flores, o qual não é mencionado como egresso. No Suplemento, admite-se que a educação tem de ter caráter mais prático e menos literário. Explica o critério de distribuição dos alunos nas oficinas. Mais uma vez destaca a dedicação necessária que os professores deveriam empenhar. Informa que seis alunos concluíram a formação “mais ou menos instruídos nas matérias ensinadas, dos quaes estão empregados dous em oficinas particulares e dous na agricultura, e cinco alumnas habilitadas nos misteres do serviço domestico, que foram entregues ás suas famílias” (p. 15). Ainda noticia que foi aprovado o projeto que determinava a concessão de algumas loterias para ampliar o patrimônio do Instituto. Na BNDigital, no documento de 04 de dezembro de 1876, o diretor afirma que “no anno de 1875 nenhum fato notável se deu, além do acto solemne da distribuição de prêmios” (p. 01 do mesmo), informa também que havia 17 alunos. O Relatório de 1876 refere-se ao mesmo ano.

De fato, o relatório de 1876 apresenta mais elementos. No CRL na seção Suplemento, o diretor reconhece que havia empenho do governo para mudança das instalações. Esclarece que a máquina comprada na França para a Oficina de Encadernação era muito forte para ser manipulada pelos alunos e que foi contratado um mestre, não citado na equipe e começaram os trabalhos que podiam ser realizados sem o equipamento. Novamente, os detalhes aparecem mais na BNDigital no qual o diretor informa que em 1875 havia 17 alunos e em 1876 atingiu o número de 30, avaliando que pode ter sido resultado da divulgação. Comenta que para combater “as causas que embaraçam o desenvolvimento deste importantíssimo ramo da educação popular” (p. 1) não bastaria decretar o ensino obrigatório, porque existia apenas o Instituto para o caso dos surdos. O melhor convencimento acerca do benefício da educação dos surdos era a mudança benéfica que os surdos experimentavam ao serem formados no Instituto. E para tal seria importante causar interesse das províncias para que elas investissem nessa educação. Reapresenta *O Mappa dos Surdos-Mudos existentes no Império extrahidos dos trabalhos da Repartição da Estatística*, com dados atualizados, quando comparados aos apresentados em 1874, totalizando 11.595 pessoas surdas identificadas entre pessoas livres e escravizados; uma diferença de 1.865 pessoas surdas identificadas.

Mapa dos Surdos-Mudos existentes no Império extrahidos dos trabalhos da Repartição da Estatística.

PROVINCIAS.	LIVRES.			ESGRAVOS.		
	Homens.	Mulheres.	Somma.	Homens.	Mulheres.	Somma.
Amazonas.....	16	7	23			
Pará.....	158	73	231	2	3	5
Maranhão....	193	87	285	16	7	23
Piauhy.....	52	38	90	5	1	6
Ceará.....	378	244	622	6	8	14
Rio Grande do Norte.....	68	44	112	8	4	12
Parahyba.....	172	92	264	5	8	13
Pernambuco.....	222	143	365	30	26	56
Alagoas.....	63	35	98	3	1	4
Sergipe.....	34	10	44	3	1	4
Bahia.....	561	420	981	139	153	292
Espirito Santo.....	23	9	32	4	1	5
Município Neutro.....	123	70	193	8	8	16
Rio de Janeiro.....	181	104	285	39	33	72
S. Paulo.....	676	361	1.037	30	18	48
Paraná.....	117	58	175	4	2	6
Santa Catharina.....	333	78	411	7	5	12
Rio Grande do Sul.....	283	131	414	17	8	25
Minas Geraes.....	3.266	1.529	3.795	358	282	640
Goyaz.....	420	258	678	32	14	46
Mato Grosso.....	93	56	149	4	8	12
	6.437	3.847	10.284	720	591	1.311

Figura 3: Mapa dos surdos-mudos existentes no Império atualizada, extraído dos trabalhos da Repartição da Estatística (BNDigital, 1876, p. 2)

O diretor observa os levantamentos dos demais países que já estavam acostumados a trabalhos de recenseamento da população também não discriminavam as idades, tipos de surdo-mudez “a natureza dos terrenos em que nasceram e residem os surdos-mudos, das profissões, hábitos e costumes de seus pais” (p. 3), de maneira que os dados só permitem apreciações ligeiras. Em Instrução, Tobias Leite compara a execução de programas de formação para crianças surdas e para crianças falantes. Sublinha que no Instituto de Paris, modelo para o brasileiro, “além do curso de sete anos, há o curso Itard em que, sob o título de instrução complementar, a instrução dos alunos se aperfeiçoa” (p. 4)²¹, o que seria uma providência “indispensável porque tem por fim principal destruir os inconvenientes do methodo Socratico, o mais vantajoso methodo dos conhecidos para o ensino dos surdos-mudos, e habitua-los á expressão das próprias idéias sem o estímulo da arguição” (p. 4). Em ensino profissional apresenta despesas e recursos obtidos com as Oficinas de Sapateiro e Encadernação. Afirma que “o trabalho é tão bom, que mereceu ser premiado na Exposição Nacional, e alguns pares de sapatos foram escolhidos para a de Philadelphia” (p. 05). Exposição a qual esteve presente d. Pedro II “como simples particular” (Rezzutti, 2019, p. 336) e, com a permissão do diretor da

²¹ Na obra *Notice sur l'Institution nationale des sourds-muets de Paris depuis son origine jusqu'à nos jours* (1760-1896), Théophile Denis informa que Jean Itard doou, a partir de 1838, ao instituto uma anuidade perpétua de 8.000 francos para a criação de uma turma de instrução complementar para seis surdos-mudos.

mesma, antes da abertura dos portões. Lá reviu Ghaham Bell que tinha conhecido no Instituto de Surdos-Mudos de Boston, “registrando seu primeiro contato com o telefone inventado pelo escocês, que o estava demonstrando na exposição” (p. 336). Na Oficina de Sapateiro 16 alunos Encadernação estiveram envolvidos, 3h por dia, auferindo lucro que cobriu a despesa. Na Oficina de Encadernador foram 12 alunos envolvidos, atingindo uma receita também superior à despesa. Informa que, em conformidade com o Art. 37 do Regulamento, metade da importância do trabalho foi depositado na Caixa Econômica, escriturada no nome de cada aluno à proporção de seu trabalho. Todavia, critica o diretor que o Regulamento não auxiliava aos alunos compreender a importância dos hábitos de economia. Além dos trabalhos nas oficinas, todos os alunos realizavam trabalhos em Agricultura por 1h30 todas as manhãs, em conformidade com o que o diretor avaliava quanto ao perfil laboral dos surdos brasileiros (Figura 4).

Além dos trabalhos nas oficinas continuo á empregar os alumnos por hora e meia das manhãs em trabalhos agricolas, porque persisto nas idéas manifestadas em todos os meus relatórios de ser a agricultura a profissão que mais convem ao surdo-mudo brasileiro.

As razões em que me fuudo resumem-se nas seguintes :

- 1.º Os surdos-mudos são quasi na totalidade filhos de camponezes residentes no interior do paiz, onde não lhes será facil encontrar applicação nem consumo para seus trabalhos artisticos
- 2.º A lavoura do paiz carece de trabalhadores habeis que supram a falta do braço escravo.
- 3.º E' mais conveniente provocar a emigração das capitaes para o centro do paiz, do que em sentido inverso.
- 4.º A profissão de agricultor exige menos facundia e argucia do que a de artista nas relações com o consumidor.
- 5.º Finalmente as scenas da natureza alimentam melhor que as das cidades as virtules do coração.

Figura 4: Trecho do relatório Administrativo com as razões para ensinar Agricultura aos surdos brasileiros segundo Tobias Leite (BNDigital, 1876, p. 6)

Notamos acima que o diretor administrava o Instituto e concebia a educação de surdos imbricado com a concepção do Estado brasileiro, no caso, imperial. A primeira razão demonstra conhecimento do perfil dos alunos e a relação com o perfil econômico do interior do país. A segunda retoma a questão da escravidão, agora com a expectativa da superação do mesmo. A terceira aponta para a emigração e o problema do povoamento das cidades. Na quarta razão percebemos que o perfil de trabalhador na agricultura traria menos desafios à comunicação surdos e ouvintes. A quinta evidencia a filiação do diretor quanto à concepção da formação moral dos homens.

O relatório informa mudança para Rua das Laranjeiras, nº. 60, arrendado por 6 anos. Foi autorizado a fazer as modificações para comportar um internato misto. Em dois meses

acomodaram as oficinas e estavam “providas do material indispensável para a regularidade do serviço” (p. 7). Ainda assim, avaliou o diretor que para comportar centenas de alunos o bairro ainda não teria condições de receber a sede definitiva. Sobre Pessoal, informa que os lugares de Inspectores foram extintos e absorvidos pelos Repetidores. Descreve a tentativa de contratar, entre os professores adjuntos das escolas públicas da corte, um repetidor para o lugar vago na cadeira de Linguagem Escrita do 3º e 4º.

A publicação de 1877 do site CRL descreve a rotina do ensino profissional: “as aulas litterarias são das 5 às 8 horas da tarde, e as officinas das 9 ao meio dia; missa todos os domingos os dias santos às 8 ½” (p. 114), bem como informa que “manda recolher à Caixa Economica metade da importancia do trabalho feito para cada alumno, para lhe ser entregue capital e juros quando termina sua educação (p. 114). ” Apesar de aludir o trabalho das oficinas, os responsáveis pelo ensino não são listados no quadro de funcionários. Em Suplemento se afirma que “Vão-se colhendo bons resultados das duas officinas que o ensino profissional compreende” (p. 11). O documento presente na BNDigital inicia apresentando o recenseamento dos alunos matriculados e a movimentação dos mesmos, indicando as províncias de origem. Cita relatórios anteriores evidenciando sua preocupação constante quanto ao alcance do Instituto aos surdos existentes no Brasil. Esclarece todos os esforços de divulgação, incluindo a abertura à visitação e que os bons resultados poderiam estimular a criação de escolas provinciais. Reforça a concepção de formação segundo a qual o objetivo não é formar homem de letras, mas “dar aos surdos-mudos, á par de um ofício de que subsistiam, a instrucção primaria indispensável para que se comuniquem por escripto com os que eles tiverem relações” (p. 3). Propunha elevar o nível de instrução no Instituto provendo a cadeira do 5º e 6º ano, já previstas em regulamento. Informa um diploma conferido pelo júri da Exposição da Philadelphia pelos livros de instrução de Menezes Vieira, de 1874, copiadas pelo aluno Antonio Manoel de Andrade, e que não tinha sido possível publicar porque não teriam voltado. Sobre o Ensino Profissional descreve a organização, conforme o relatório passado. Apresenta uma avaliação importante sobre a valorização das atividades laborais oferecidas nas oficinas e justifica o motivo dos mestres serem bem habilitados. Informa que

o instituto perdeu o seu melhor discípulo que há oito anos honrava suas cadeiras de mestre. O Repetidor do 1º e 2º ano Flausino José da Costa Gama foi exonerado por portaria de 8 de março por ter enlouquecido. Causas da sua vida familiar roubaram ao ensino dos surdos-mudos do Brazil um apostolo, aos alunos do instituto um pai que difficilmente será substituído, e à sociedade um cidadão de virtudes (p. 6).

Na citação anterior está a evidência da consideração de Tobias Leite ao ex-aluno do Instituto que atuou na docência. Se não na regência principal, como um provável modelo a seguir. Torna-se mais relevante à medida que ainda não temos maiores notícias sobre os demais repetidores.

Em 1878 se o documento do CRL mostra dados recorrentes, menciona ainda o nome de Flausino José da Costa Gama como Repetidor do 1º e 2º ano, permanece não citando os mestres das oficinas, repete os termos do relatório anterior sobre rotina no ensino profissional e acerca dos depósitos, embora em outros setores do relatório do Ministério sejam apresentadas estatísticas com características da população, orçamento e como eram encaminhados recursos da loteria, o documento da BNDigital tem outras nuances. Tobias Leite inicia o documento frisando que entrega o 12º relatório ao governo e ainda não recebido o incremento para que o Instituto funcionasse a contento. E que nem tinha conseguido resultados com a divulgação. Apenas as províncias do Rio Grande do Norte e do Rio de Janeiro tinham respondido melhor. Informa a distribuição gratuita de mais de 20 mil exemplares de 10 diferentes livros que havia realizado para divulgar os métodos de ensino. Divulgava o trabalho ainda em jornais da corte e nas capitais das províncias dos relatórios e de outras notícias, esforço aliás, presente desde a fundação por Edouard Huet. Confessou:

nada mais espero dos meus esforços, porque pressinto que a ignorância, que procurei combater, vai sendo substituída pelo indiferentismo, sintoma dos mais terríveis da depressão moral de um povo, contra o qual só os poderes do estado auxiliados pelo tempo podem combater com proveito” (p. 1).

Portanto, o diretor fez questão de registrar que mobilizou diferentes recursos, esforçou-se para conduzir o Instituto segundo convicções fundamentadas em estudo, ao que parece, profundo da área. A seguir, apresenta a movimentação dos alunos. Acerca da instrução esclarece que a leitura de livros e a observação das atividades no Instituto o levaram a acreditar que com tempo e meios corretos haveria progresso no desenvolvimento dos surdos. Citou estudo estadunidense, apresentado em congresso de professores que o tempo necessário para a formação de alunos surdo mudos seria de 9 anos. Avalia então que poderia ser pensada a possibilidade de elevar o tempo de formação do INES de 6 para 8 anos, mas a maioria dos alunos ingressava aos 11 e 12 anos e com o limite de permanência até os 18 anos, impediria que a maioria se beneficiasse da mudança. Continua refletindo estratégia para contornar tal problema e avalia que a criação de uma classe preparatória para surdos de 7 a 9 anos a ser dirigido por professoras, que também poderia ser aproveitado “para fazer cessar a injustiça que por necessidade se pratica negando a instrução as surdas-mudas” (p. 4). Notícia que uma doação

do Imperador provocou a fundação de um Museu Escolar. Sobre Ensino Profissional, apresenta os resultados das Oficinas de Sapataria e Encadernação. Avaliou que esta modalidade carecia de maior desenvolvimento e um dos motivos era o pequeno número de alunos. Contudo, apontou dois melhoramentos: contratação de mestres com perfil mais adequado; aquisição de maquinário. A falta de manejo e conhecimento de equipamentos modernos prejudicava a inserção laboral dos egressos. Esclarece o que realizava em Agricultura. Explica as dificuldades para contratar repetidores e professores e avalia a possibilidade de aceitar ingresso de meninos falantes para que se tornem, e tendo convivido com os surdos, seus professores. Essa ideia não seria desenvolvida. Somente em 1950, o Instituto teria alunos ouvintes, mas para a formação de professores.

O relatório de 1879 presente no site CRL não apresenta mais o nome de Flausino José da Costa Gama e permanece não citado os mestres das oficinas. Na BNDigital Tobias Leite organiza um balanço da história do Instituto, distinguindo os 3 períodos administrativos do Instituto que reproduzimos. Apresenta o proveito e o destino dos egressos bem como do perfil dos matriculados naquele ano. Novamente observa que o Instituto atende a pouquíssimas das 12 mil pessoas surdas identificadas por recenseamento e retoma dados do relatório de 1876. Sobre Instrução o diretor avalia que para impulsioná-la seria preciso promover três meios: a atuação de Repetidores, promover a cadeira de 5º e 6º anos do Curso de Estudos e prover a cadeira de Linguagem Articulada, justificando. Sobre o Museu Escolar, esclarece que é muito adequado ao Método Intuitivo. Sobre ensino profissional, apresenta quantos alunos desenvolveram as atividades nas Oficinas de Encadernação (12) e Sapateiro (14), as quais estavam satisfatórias tanto em quantidade e quantidade, esclarecendo o balanço financeiro. Avalia o diretor que ao invés de serem despesa as oficinas eram “mais uma fonte de renda, pequena é verdade, mas muito preciosa por provir de crianças que abandonadas seriam parasitas da sociedade” (p. 7). Continuavam sendo instruídas lições em Agricultura, apesar das condições do Instituto. Apresenta informações sobre a movimentação da caixa econômica escolar. Informa carência de dois professores. Com exceção de 1886, este será o último relatório mais desenvolvido, em termos do volume de informações, não em relevância.

Em 1880, o documento do CRL apresenta como Repetidor do 1º e 2º ano Gustavo Gomes de Mattos listado como egresso. Propagandeia os resultados do ensino profissional afirmando que “nas oficinas do estabelecimento encadernão-se livro, e faz-se calçado 30% mais barato que nas oficinas particulares. Na Escola Agrícola cultivão-se todas as plantas de que o Brasil tira a sua riqueza” (p. 123). Em Suplemento, apresenta o movimento financeiro das duas oficinas. Mas, não encontramos o relatório na BNDigital nem na pasta *Ministerial Report: Império, 1832-1888* do site CRL.

Com relação ao ano seguinte, há 2 relatórios no site do CRL, 1881 1-A e 1881 2-A. Em 1881 1-A observamos que o documento mantém os termos do relatório anterior, mas em Suplemento informa que havia 30 alunos, os alunos inscritos no ensino profissional e a movimentação financeira, bem como as retiradas da Caixa Econômica dos alunos que se desligaram. Em 1881 2-A o documento informa que o governo, aproveitando que Menezes Vieira viajaria à Europa, “resolveu encarrega-lo de estudar os methods empregados para o ensino da linguagem articulada nos Institutos de surdos-mudos da Alemanha, França, Itália” (p. 37) e que o sobrinho do diretor, que já era professor, substituiu Menezes Vieira. Também noticiou que em 14 de abril foi autorizado comprar na Europa instrumentos para Oficina de Encadernação. O relatório da BNDigital de Tobias Leite é mais simples, comparado aos anos anteriores. Contrasta o diminuto número de alunos aos surdos existentes no Brasil. Avaliava que era urgente prover a cadeira de ensino da Palavra Articulada, que promoveu concurso, mas nenhum candidato se apresentou. Informa que foi reconhecido que seria necessário encontrar professor idôneo para ser enviado à Alemanha. Porém, não havia recursos para tal. Sobre ensino profissional, estão mantidas as mesmas oficinas, aferindo lucros para o Tesouro Público (o diretor exhibe os resultados de 1880 e 1881) e a pequena Escola Agrícola. O diretor pondera que o sucesso das oficinas apontava à ampliação do ensino profissional e que seria necessário adequar o regimento para que o Instituto organizasse a arrecadação em conformidade com as demais nas quais havia esta movimentação (aprovado em 05/02/1882). Informa a mudança de prédio (apresenta os valores da compra), a exoneração de dois repetidores, licença de 3 meses do diretor para tratar de saúde, sendo designado Dr. Pedro José de Almeida como substituto. Mais uma vez observamos o quanto os documentos das diferentes fontes são complementares.

O relatório do site CRL publicado em 1882 mantém os termos do anterior. O documento da BNDigital, por outro lado é muito relevante. Informa o número de alunos, os estudos de Menezes Vieira em ensino da Linguagem Articulada (terceira versão do nome da cadeira) na Europa. Tobias Leite afirma:

resolvi, a fim de ensaiar-se o dito ensino, que se acha adoptado no instituto dos principaes paizes da Europa, commetter ao mesmo professor a regência interina da respectiva cadeira, creada pelo Decreto n. 5435 de 15 de outubro de 1873, e **encarrega-lo de estabelecer um curso normal**, onde se habilitem professores para o referido ensino (p. 78, grifos nossos).

Observemos que Tobias Leite já avaliava que os professores de surdos precisavam ter uma educação especial. Com o intuito de alcançar os resultados determinou também que “o curso normal, além dos repetidores [seriam frequentados] por cinco pessoas estranhas que desejarem habilitar-se para o magistério, precedendo permissão da Directoria do Instituto,

ouvido o professor” (p. 78). Lembramos que naquele relatório, no CRL estava nomeado como Repetidores, o egresso, Gustavo Gomes de Mattos e Repetidor e Viriato de Carvalho Rodrigues. A princípio então, um dos cursistas em potencial seria surdo – o que não seria realidade após termos tido acesso ao programa do curso (Rocha, 2018, p. 67). Porém, o curso se destinava a habilitar professores para o ensino por meio da Palavra Articulada e da Leitura sobre os Lábios. Segundo o Art. 2º (Anexo 1, p. 104)²² o candidato deveria ser “habilitado na língua francesa e nas matérias que constituem o curso das escolas públicas primárias do 1º grau”, o que seria acessível a um egresso do Instituto.

O diretor explicou que a aula de Linguagem Articulada, que já estava funcionando, seria frequentada “somente por 10 alumnos do Instituto, escolhidos por aquelle professor d’entre os que estiverem em condições de receber o ensino” (p. 78). Além disso, indicou que “se empregue a maior vigilância para que a turma dos surdos-mudos educados por meio da linguagem articulada se conserve sempre e quanto seja possível separada dos demais alunos no refeitório, dormitório, recreio e oficinas, e tenha inspetor especial” (p. 78). Menezes Vieira dispensou remuneração por acúmulo de funções, pois foi mantido nas aulas de Linguagem Escrita. O documento relata que foram indicadas obras para separar os alunos que seriam educados segundo os diferentes métodos. Foi noticiado que: “Não tendo inscripto pessoa alguma afim de habilitar-se no curso normal, não pôde ainda ser aberto o mesmo curso, que espero funcionará logo que sejam expendidas as convenientes instrucções” (p. 78). Sobre ensino profissional, estavam mantidas as Oficinas de Encadernação e Sapateiro e a Escola Agrícola.

Em 1883, não percebemos mudança no conteúdo do relatório divulgado no site do CRL. Na BNDigital é informado o número de alunos. O exame dos alunos de Linguagem Articulada de M. Vieira levou a afirmar que seria preciso reformar o regulamento “no sentido de dar ao ensino por aquelle meio o necessário desenvolvimento” (p. 67). O documento descreve o movimento das oficinas, indicando o quanto foi depositado para os alunos. Afiança que as obras das acomodações ao internato ficaram boas. Noticia que Dr. Pedro José de Almeida da cadeira de Linguagem Escrita foi aposentado após 25 anos de trabalho, sendo aberto concurso. Trata-se de um documento muito relevante porque mostra como se habilitavam professores no século XIX (Anexo 2, p. 106). O Art. 2.º estabelecia que só poderiam ser admitidos no concurso os

²² Imagem cedida pelo Acervo INES por meio da Professora Solange Rocha.

repetidores do Instituto. Seriam três provas: escrita²³, oral²⁴ e prática²⁵. Repetidores surdos teriam chances de concorrer à vaga, pois o Art. 8 previa que se “algum dos candidatos for surdo-mudo, a arguição será feita por escrito conforme se procede nas classes do Instituto”. Exigiam preparação e conhecimento prévio na área de educação de surdos. Mas, o Art. 10 apontava que a Comissão proveria por votação nominal, ao julgamento das habilitações dos candidatos e os classificaria por ordem de merecimento. Assim sendo, a habilitação não consistia num procedimento que antecedia a apresentação do candidato à vaga. Caso as vagas disponíveis e/ou ordem de classificação impedisse o candidato à ocupação da vaga, sua capacidade poderia ser comprovada na ata circunstanciada do ocorrido; documento reconhecido pelo Governo. O relatório da gestão só informa que um candidato se inscreveu para o concurso, mas não foi habilitado; teria sido um dos repetidores do Instituto? Nova inscrição foi aberta, nenhum candidato se apresentou. Por isso, foi nomeado um interino.

Em 1884 no CRL os profissionais são listados no relatório sem indicação das cadeiras. Mantém os termos sobre funcionamento de 1881, bem como o marketing. Apenas Gustavo Gomes de Mattos é nomeado como Repetidor; as demais informações foram mantidas. A versão do relatório da BNDigital informa o número de alunos, bem como os rendimentos das Oficinas de Encadernação e Sapataria. Noticia a mesma informação sobre o concurso presente no documento anterior. Informa outras movimentações dos professores, bem como obras e patrimônio. Mantem-se então a dificuldade de admitir corpo docente. Neste mesmo ano foi publicado o Programa do Curso Normal (Rocha, 2018).

Não percebemos nenhuma mudança na versão de 1885 do relatório no site CRL. O Relatório Administrativo de 1885 informa o movimento dos alunos, a frequência de oito alunos na aula de Linguagem Articulada, observando que faltavam 2 para completar o previsto (Aviso de 09/02/1883). Noticia ainda que “ainda não funciona por falta de alunos o curso normal a que se referem as instruções de 13 de setembro de 1884” (p. 73). Apresenta o balanço das Oficinas de Encadernação e Sapateiro e os valores recebidos por 2 alunos egressos. Sobre a Escola Agrícola informa que foram cultivados café, cana de açúcar, algodão e cereais. Houve casos de febre amarela em março, e que providências foram encaminhadas pelo Inspetor Geral de Higiene (não entendemos quanto tempo ficou fechado, porém avisa o retorno).

²³ Pontos para sorteio: história da educação dos surdos, estado físico e moral dos surdos-mudos incultos e as modificações que a educação lhes imprime, apreciação dos métodos e processos empregados no ensino.

²⁴ Arguição sobre causas e espécies da surdo-mudez, características físicas, morais e intelectuais dos surdos-mudos congênicos e acidentais, preceitos pedagógicos que convém aplicar a cada uma das espécies de surdos-mudos, preceitos higiênicos necessários aos surdos-mudos.

²⁵ Lição por espaço de uma hora a dois surdos-mudos, podendo ser chamados dois alunos que saibam ler e escrever para facilitar a lição.

A publicação de 1886 que está no site CRL mantém o formato dos anteriores, todavia, aponta as cadeiras dos professores, sendo um professor de Linguagem Articulada, 2 de Linguagem Escrita, um de Matemática, um de Desenho. A versão presente na BNDigital informa o movimento dos alunos, chama a atenção para 2 falecimentos. As aulas começaram em 03 de fevereiro e foram suspensas em março, sendo retomadas em 29 de abril. A aula de Linguagem Articulada foi frequentada por 10 alunos. “Ainda não pode funcionar, por falta de alunos, o curso normal, de que tratam as Instruções de 13 de setembro de 1884, e que foi creado para habilitar professores para o ensino dos surdos-mudos por meio da palavra articulada e da leitura sobre os lábios” (p. 62). Apresenta o movimento das Oficinas de Encadernador e Sapateiro. Na Escola Agrícola além dos produtos citados no relatório anterior, informa-se que “iniciou-se a criação de abelhas, a que os surdos-mudos se entregaram com muita satisfação” (p. 62). Apresenta o patrimônio do Instituto. Informa ainda que Menezes Vieira ofereceu ao Instituto 25 exemplares do seu livro *A imagem e a palavra*. Na página 64, Tobias Leite reapresenta o último recenseamento no qual constam 11.594 surdos-mudos no Brasil, no qual constam os surdos escravizados, comparando o número de alunos do Instituto com o total de surdos no país (correspondendo à porcentagem de 0,25). Avalia os problemas e impactos por não oferecer ensino para as meninas, suspenso no Instituto desde 1874, e providências para estabelecer o sistema misto. Esclarece os debates internacionais sobre método a ser adotado no ensino, retoma a trajetória de Menezes Vieira para implantar a cadeira de Linguagem Articulada e apresenta o quadro estatístico no qual consta o Instituto com informações sobre os institutos de 19 países (p. 99). Esse muito relevante para as pesquisas sobre as tendências em educação de surdos. No quadro (Figura 5) são listados: os países; número de institutos; número de alunos (distinguindo sexo); número de professores; e, métodos de instrução, se mímico, oral, misto, de transição e mesmo os que não chegaram a mencionar.

aproveitamento notável nas oficinas de encadernação e sapateiro e na Escola Agrícola” (p. 60). Esperavam ampliar os meios para admitir mais 10 alunos na Escola Agrícola.

Finalmente, o relatório publicado em 1889 que podemos encontrar no site do CRL mantém os mesmos termos do documento anterior, mas entre os Repetidores não é mais listado Benedicto Sidou. Infelizmente, não encontramos a versão deste relatório na BNDigital.

Portanto, as observações dos relatórios disponíveis no site CRL e da Biblioteca Nacional Digital permitiram ultrapassar nossos objetivos e escopo de pesquisa. Pela falta de acesso e para nós mesmos compreendermos melhor descrevemos os temas que se destacaram, porém foi uma tarefa longa, complexa e seria diferente caso tivesse ainda mais tempo para avaliar. Acreditamos que esses dados permitem aos pesquisadores acesso a informações interessantes e essenciais para compreender, da perspectiva da gestão, a educação de surdos no Brasil Império.

3.2 Pesquisa documental em outros acervos

Os documentos disponíveis na CRL nos *Documentos do Governo Brasileiro: Almanak Laemmert, 1844-1889* e na pasta *Ministerial Report: Império, 1832-1888* apresentaram informações importantes. Contudo, na BNDigital acessamos versões do relatório do gestor. Para ainda mais esclarecer, destacamos o relatório publicado em 1862 (Figura 6) que descreve a preparação de Magalhães Couto e os relatórios de Tobias Leite.

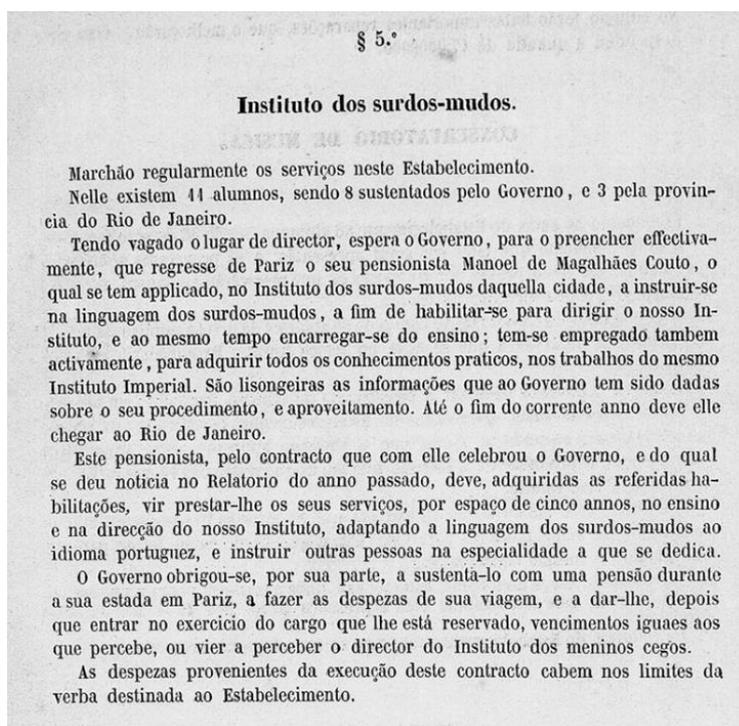


Figura 6: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1862 da BNDigital (p. 03)

Diferente do que estava registrado de forma sintética no CRL, o documento que se encontra na BNDigital (Figura 05) oportuniza saber que, no Instituto de Surdos de Paris Magalhães Couto estava aprendendo a adaptar “a linguagem dos surdos-mudos ao idioma portuguez” (p. 03). Informação relevante para a área que mostra a relação entre os institutos, o interesse pela forma de comunicação usada entre surdos e por professores de surdos.

Os relatórios de Tobias Leite evidenciam um gestor que estudava a área em profundidade. Como exemplo temos abaixo (Figura 7) um trecho do documento de 1868. Esse mostra como pensava a capacidade dos surdos para o trabalho e a vida fora do Instituto.

Si se tratasse de individuos incapazes do trabalho, a fundação de um patrimonio seria idéia de simples caridade ; mas, tratando-se de individuos tão aptos para o trabalho como os que ouvem e fallão, é de conveniencia administrativa promover o augmento do patrimonio e regular a applicação do seu producto.

O beneficio que o Estado faz no Instituto seria infructifero si o surdo-mudo fosse abandonado no momento em que, por ter completado a sua educação litteraria, deve deixal-o. Abandonado no meio de um mundo que lhe é desconhecido, sem meios de trabalho, sem uma mão amiga que o guie no labyrintho da vida social, dentro em pouco será mais um réo de policia.

Emquanto entre nós não se fundão instituições como a *Sociedade de protecção e assistência dos surdos-mudos de França*, que tem por missão receber o surdo-mudo no momento em que deixa o Instituto, ministrar-lhe trabalho, protecção e conselhos, até que adquira habito de viver por si mesmo, é indispensavel que o Governo estenda até ahí a sua protecção.

Figura 7: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1868 da BNDigital (p. 03)

Se nos dispusermos a compreender a mentalidade da época, ainda que a criticando, podemos notar o reconhecimento da capacidade e não das supostas faltas dos surdos. Ousamos dizer que há até uma certa crítica social. Precisamos refletir se há diferença entre proteção e assistência; reconhecer a premência da assistência social ou praticar assistencialismo; o diretor fazia essas ponderações.

Sobre Ensino Profissional (Figura 8), os documentos reafirmam o instituto brasileiro conectado à tendência geral, da área. Sobretudo à influência do instituto parisiense mesmo após a saída do fundador francês. Acreditava-se que era preciso não apenas instruir em escrita, leitura e nas operações matemáticas, mas instruir em atividades laborais para a vida futura. Se esta visão está muito afastada da politecnia, também não foi concretizada. Por falta de estrutura própria, como vimos os relatórios administrativos de 1864 e 1865, na gestão de Magalhães Couto, houve uma parceria com oficinas particulares. Os alunos aprendiam nesses locais, que eram indicados com endereço e nome do proprietário. O documento do ano seguinte informava que essas Oficinas de Sapataria, Alfaiate e Marceneiro, estavam vagas, sem indicar o que ocasionara tal situação. Em 1868, ainda que não detalhe, Tobias Leite, como novo gestor esclarece.

Ensino profissional.

O ensino profissional é o complemento de todos os Institutos de surdos-mudos, e é dado, attendidas as disposições physicas e aptidões, a todos, excepto aos poucos filhos de familias abastadas que o recusão.

O art. 20 do Regulamento assim não o considera, e determina que deve ser dado depois do 3º anno aos alumnos que pouca aptidão mostrarem para os estudos litterarios, continuando a receber a possivel instrucção nas horas que tiverem disponiveis.

Esta regra não deve subsistir; o ensino profissional não é só um beneficio para todos os que são educados em estabelecimentos como este, é tambem uma conveniencia do Estado, poisque a instrucção litteraria sem uma profissão, e sem o habito do trabalho, seria um dom improficuo, e muitas vezes funesto ao surdo-mudo, por suggerir-lhe idéias e esperanças incompativeis com o seu estado.

Nas circumstancias actuaes porém não é facil satisfazer a esta necessidade, e attender a esta conveniencia, porque o pequeno numero de alumnos não justifica a despeza que é necessaria para estabelecer officinas no Instituto. A pratica de mandar alumnos ás officinas particulares, a experiencia o mostrou, é subversiva da disciplina e da moral do Instituto; mas, si o Estabelecimento pudesse ser situado nas proximidades dos Arsenaes, ou melhor ainda, em minha opinião, na do Instituto Agricola, haveria toda vantagem em mandar ensinar aos alumnos maiores de 12 annos a arte ou officio para que melhores disposições tivessem, ou applical-os aos trabalhos agricolas.

Figura 8: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1868 da BNDigital (p. 06)

Apesar de não explicar porque a parceria se mostrou “subversiva da disciplina e da moral do instituto” o documento evidencia como Tobias Leite concebia o Ensino Profissional. A preparação para o trabalho no campo seria mais compatível para os surdos que provinham das regiões agrárias. As famílias abastadas não procuravam o ensino profissional para seus herdeiros e que Tobias Leite.

A observação de Tobias Leite sobre a permanência das alunas adolescentes no instituto (Figura 9), permite-nos reforçar nossa compreensão sobre as atividades dirigidas às alunas.

Não devo terminar sem chamar a attenção de V. Ex. para o seguinte :

Existem no Instituto duas alumnas que se approximão da puberdade.

Chegando a esta idade, sou de opinião que sejam retiradas do Instituto, embora não tenham, como não terão concluido a instrucção litteraria, porque sem inconvenientes não podem n'elle continuar a residir.

Conhecendo os trabalhos de agulha, e a elles habitadas, podem ser empregadas no serviço de algum estabelecimento de orphãs, ou de familias que offereção as necessarias garantias.

Deus Guarde a V. Ex.— Illm. e Exm. Sr. Conselheiro Paulino José Soares de Souza, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Imperio.

Instituto dos Surdos-Mudos, 6 de Abril de 1869.

O Director,

DR. TOBIAS RABELLO LEITE.

Figura 9: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1868 da BNDigital (p. 06)

Ainda que tenhamos de aprofundar a pesquisa, antecipamos as conclusões. O diretor em seu relatório insinua que “os trabalhos de agulha” eram valorizados comercialmente. Seja a costura de vestimenta geral, seja reparos - imaginamos ser um serviço importante num tempo em que importar roupas caras deveria exigir domínio técnico para manter o investimento – ou trabalhos em geral para uso eminentemente doméstico como enxovais, havia demanda por esse serviço. Todavia, como afirmado, esse ainda é um tema a investigar.

Em 1969, Tobias Leite esclarece como estava o Ensino Profissional (Figura 10), fora os trabalhos de agulha, quando as oficinas ainda não funcionavam.

O ensino do desenho, que começou em o 1º de Julho, é mais um auxiliar do litterario, pela facilidade com que se presta á demonstração dos objectos e dos factos ausentes, do que uma profissão de que possam subsistir; no entanto tenho aconselhado ao professor que applique ao desenho de paysagem os que para elle mostrarem melhor vocação, por me parecer que este, melhor que o de figura, se presta ao fim alludido.

Não se tendo estabelecido officinas no Instituto, nem tendo sido possível leval-o para as proximidades dos arsenaes, continuãrão os alumnos maiores de 14 annos na applicação que lhes dei da pequena horticultura, porque continúo a crer que a agricultura é a profissão que mais convém ao surdo-mudo brasileiro. Não tem sido esteril esta pequena experiencia, porque a percepção dos pequenos lucros, produzidos pelo que cada um colheu do pequeno espaço de terreno que lhes dei para lavar, despertou nelles amôr pelo trabalho, mostrando-se convencidos de que é o meio mais seguro de ganhar dinheiro.

A importancia moral deste facto é intuitiva.

Figura 10: Trecho do Relatório Administrativo do INES de 1869 da BNDigital (p. 06)

Na pesquisa realizada por Solange Rocha o depoimento da professora Léa Carneiro que à época estava aposentada, testemunha - numa temporalidade distante pois falava do século XX – uma possível utilidade comercial do Desenho: “os desenhos aqui eram primorosos. Às vezes eram a pedido de engenheiros. Eles faziam de forma perfeita” (INES, 1997). Próximo ao período da fundação do Instituto o Desenho, na avaliação do diretor, não poderia se tornar uma profissão a não ser que corretamente direcionado. Assim sendo, os dados conhecidos em decorrência do acesso aos relatórios disponíveis na BNDigital também nos indicaram a necessidade de conhecer aplicabilidade profissional dos saberes ensinados no Instituto: que ofícios eram àquela época valorizados?

No mesmo trecho temos de maneira mais desenvolvida a argumentação de Tobias Leite favorável ao ensino agrário. O que apontava à necessidade de mudança das instalações para local mais apropriado. Portanto, temos explicita sua defesa de que o instituto de surdos deveria estar próximo do Instituto Agrícola, fundado em 1860 (NUNES, 2016), que está presente na Figura 6.

Precisamos alcançar dados que estão sob a guarda do Arquivo Nacional. Para tal, em companhia da Professora Tania Chalhoub - que coordena o Repositório Digital Huet -, em 03

de dezembro, visitamos o Arquivo Nacional. Fomos instruídas sobre como as instituições devem proceder para avançar a e facilitar acesso aos documentos do Instituto que se encontram distribuídos de diferentes maneiras. Foi-nos recomendado procurar o setor de Documentos Escritos. A publicação *Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*, lançada em 01 de setembro de 2020, de Rocha (2018), apresenta alguns desses documentos localizados no Arquivo Nacional. Tal fonte nos auxiliou a compreender duas questões. A primeira diz respeito ao documento publicado em 1884 no qual Tobias Leite determinou a oferta de um curso normal voltado para repetidores e cinco pessoas estranhas. Como pertencia à equipe, deduzimos que o Repetidor surdo do 1º e 2º ano Gustavo Gomes de Mattos poderia se candidatar. Porém, a apresentação do programa do curso por Rocha (2018, p. 67) mostrou que não era correspondia ao perfil desejado – a segunda questão comentaremos na seção seguinte.

Os acervos administrativos permitem uma visão parcial, oficial, do Ensino Profissional do Instituto e de suas atividades, ainda que relevante. Não tivemos capacidade suficiente para buscar informações em acervos de outras instituições, em especial em instituições envolvidas com esse segmento de ensino. Entretanto, as três fontes consultadas resultaram em muitas informações sobre nosso tema ainda que não tenha esclarecido muito sobre nosso objeto, os professores surdos envolvidos no ensino profissional.

3.3 Referências identificadas na pesquisa bibliográfica

A seguir comentamos sobre as referências identificadas na pesquisa bibliográfica da BDBTD e na pesquisa por fontes bibliográficas após a etapa da pesquisa documental. Lembramos que na BDBTD.

Sobre as buscas na BDBTD, quando já tínhamos realizado uma avaliação preliminar, comunicamos no Congresso do INES, em 21 de novembro de 2019, por meio do trabalho *O Ensino Profissional do INES na Educação Brasileira: Qual visibilidade?*, que os estudos identificados não valorizam a oferta de ensino profissional no INES. O reconhecimento aconteceu quando um dos temas da pesquisa era surdez.

Lembramos que, na BDBTD, por meio dos descritores *Educação Profissional e Brasil* localizamos 4.766 fontes reduzidas a 97 quando filtramos o assunto *Educação Profissional* (Quadro 3). Dos trabalhos, apenas 07 teses em Educação e 01 dissertação em Agronegócio e Desenvolvimento citavam surdos ou o INES.

Krüger (2013) pesquisou obras clássicas da História da Educação Brasileira, principalmente as que enfocam a Educação Profissional e Ensino Técnico, a legislação,

periódicos, anais de congressos e imprensa, mas citou o INES (p. 284) apenas para se referir a um projeto de lei apresentado em 2011. Araujo (2014) propôs compreender a educação profissional como política pública desde o Brasil Colônia, porém não mencionou o INES como uma instituição que promoveu ensino profissional; sutilmente, referencia Soares (2003, p. 22) ao afirmar que o ensino técnico profissional no Brasil era oferecido como “uma benesse do Estado, uma possibilidade de inclusão à força de trabalho (Araujo, 2014, p. 124). Braun (2015) descreveu as mudanças nos percursos da Rede Federal do Ceará, em Fortaleza, entre 1960 e 1980 e a menção aos surdos só apareceu ao citar, no Anexo C, a Lei n.º 378/1937 que organizou o Ministério da Educação e Saúde Pública. Silva (2016) descreveu a trajetória da Educação Profissional no Brasil e afirmou que “a educação profissional ou profissionalizante oficialmente se inicia com a criação, em 1909, das Escolas de Aprendizes e Artífices (...) [para] formação em profissões ou ofícios, como os de artesão, alfaiate, tipógrafo etc.” (Silva, N., 2009 apud Silva, 2016, p. 31). Manoel (2016) apresenta a História da Educação Profissional no Brasil da Colônia até o período 2009-2014 e menciona apenas a criação do Instituto e a capacitação de “surdos e mudos nos ofícios de encadernador, dourador, pautador e sapateiro (Pereira, 2003 apud Manoel, 2016, p. 31). Sabino (2017) destacou os aspectos históricos da Educação Profissional no Brasil e se referiu aos surdos ao citar uma instância governamental voltada para fiscalização de instituições educacionais. Ribeiro (2018) realizou uma abordagem histórica na qual mencionou o INES apenas no trecho onde contestou o projeto de lei que criou os institutos federais.

Ao refinamos a busca na BDBTD com os descritores *Educação Profissional* e *Surdos*, localizamos 197 trabalhos, dos quais 12 tinham relação com nosso tema. Procuramos as referências que os autores usaram quando mencionavam o INES e os surdos. Entre as mais referenciadas está: *O Ensino de Ofícios Artesanais e Manufatureiros no Brasil Escravocrata*, de Luiz Antônio Cunha, publicado no ano 2000. Na apresentação fomos informados que era uma série do autor, e além da obra já citada acima: *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização* (2000b) e *O ensino profissional na irradiação do industrialismo* (2000c).

O texto de apresentação avalia que “a trilogia de Cunha nos oferece um minucioso panorama histórico da educação profissional no Brasil, desde o período escravocrata, prosseguindo até o ensino profissional na virada do século” (Cunha, 2000a, p. 12). Também é relevante por “abordar questões contemporâneas, a exemplo da proposta de mudança de paradigmas preconizada pelo MTE” (p. 12), Ministério do Trabalho e Emprego. Todavia, a série só menciona o INES na primeira obra, e apenas uma vez, na página 24. Nas duas seguintes não encontramos menções ao Instituto. Considerando esta afirmação voltamos a amostra dos

descritores anteriores, *Educação Profissional e Brasil* para notar referência (quadro 8) a Cunha (2000a).

Quadro 8 – Referências a Cunha (2000a) e ao Ensino Profissional do INES nas fontes localizadas na BDBTD com os descritores *Educação Profissional e Brasil*

Título	Ano	Autor	Cita Cunha (2000a)?	Cita Ensino Profissional do INES?
Discursos sobre pedagogias surdas	2013	Formozo	Não	Não
A reforma do estado e as políticas públicas para a educação profissional, científica e tecnológica no Brasil: o caso da Escola Técnica Federal de Pelotas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense (1990-2013)	2013	Krüger	Sim	Não se refere a surdos
A nova gestão pública, a regulação da Educação e a gestão democrática no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	2014	Araujo	Não	Não. Cita ensino profissional para surdos
Cursos e percursos da educação profissional na escola da Rede Federal do Ceará	2015	Braun	Sim	Não, apenas INES numa Lei
Juventude e escola: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas	2016	Silva	Não	Não. Inclusão de surdos
Curso Técnico em Agronegócio do Centro Paula Souza: Uma Análise da Estrutura Curricular	2016	Manoel	Sim	Sim, mas cita outro autor
A configuração da profissão de secretário em Sergipe: educação, atuação e organização da área (1975-2010)	2017	Sabino	Sim	Não
A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA	2018	Ribeiro	Não	Não

Ou seja, mesmo a presença da única obra da série sobre História da Educação Profissional entre as referências das pesquisas publicadas não foi suficiente para notar a oferta do INES. Sublinhamos que Formozo (2013) foca pedagogias surdas, para a qual deveria interessar menção aos professores surdos das Oficinas Profissionalizantes do INES dos anos 1960. Dois trabalhos, Araújo (2014) e Silva (2016) estavam interessados e abordar a surdez, mesmo que não fosse tema principal e Cunha (2000a) não provocou o reconhecimento do INES entre instituições que ofereceram ensino profissional.

Sobre os 12 trabalhos na BDBTD sob os descritores *Educação Profissional e Surdos* retomamos seus aspectos centrais. Silva (2001) não desenvolveu a História da Educação Profissional no Brasil, mas relatou a Educação Profissional oferecida no INES ao relatar o Círculo de Surdos-Mudos de Santa Catarina, criado em 1955, que pretendia erradicar o analfabetismo e combater o desemprego e cujo presidente estudou no INES e no Instituto Paulista de Surdos em São Paulo, recebendo ensino fundamental e a qualificação profissional na área de impressão. Araújo (2002) lembrou a introdução do ensino profissionalizante de artes e ofícios no currículo, em 1873, obrigatório para todos os alunos e que no século XX, escolas que atendiam a surdos foram fundadas, desenvolvendo programas de formação e informação profissional. Klein (2003) focalizou a educação profissional a partir dos programas de formação profissional para surdos desenvolvidos em diferentes tempos e espaços educacionais, em escolas e nos movimentos surdos, pesquisando nos acervos do INES e da Biblioteca Nacional

documentos que proporcionaram comentar a formação profissional oferecida no Instituto desde fundação, mas não encontrou “referência às atividades e projetos de formação profissional para surdos na década de 60” (p. 45). Viana (2010) cita Skliar (1998) e Klein²⁶ (1999), referencia a oferta de ensino do INES para a inserção dos alunos no meio produtivo, com o intuito de torná-los independentes financeiramente, avaliando que “as alternativas educacionais, voltadas para formação profissional para (...) a pessoa surda, sempre foram mais escassas” (Viana, 2010, p. 78). Chaves (2011) abordando a História da Educação de Surdos afirmou que a fala era pré-requisito para a profissionalização. Palaro (2014) referencia Fonseca (1986) o qual avaliou que o reinado de D. Pedro II aprofundou a visão do ensino profissional puramente assistencialista por ter criado instituições para atender aos meninos cegos e aos surdos, nas quais funcionavam oficinas para o ensino de ofícios e que o segmento continuou filiado a esse sentido e as classes economicamente favorecidas ampliaram o desprezo às profissões manuais. Oliveira (2014) afirmou que as instituições criadas e mantidas pelo governo no período imperial promoviam a formação compulsória da força de trabalho manufatureira e o alvo eram os “miseráveis marginalizados pela sociedade da época” (p. 89), citando o Instituto uma vez sem se referir às oficinas profissionalizantes. Barros (2018) lembrou que o INES era um estabelecimento para educação literária e ensino profissionalizante de meninos surdosmudos, com idade entre 7 e 14 anos. Rodrigues (2018) afirma que muitos surdos profissionalizados por problemas de comunicação não serviam aos ouvintes nem aos surdos e que para desenvolver o sentimento de pertencimento no contexto escolar seria preciso a presença de pedagogos surdos e de professores surdos. Freitas (2019) informou que nas primeiras décadas do século XX no INES os discentes recebiam “instrução literária” e aprendizagem de um ofício, de acordo com as suas aptidões, em sapataria, alfaiataria, gráfica, marcenaria e também artes plásticas, destacando o interesse de outras instituições pelo serviço gráfico do instituto.

Costa (2018) foi a fonte que esclareceu mais acerca das oficinas profissionalizantes do INES, por isso consideramos oportuno destacar nesta seção do relatório. Costa (2018) relacionou o ofício apreendido por egressos sergipanos nas oficinas do Instituto e as atividades por eles exercidas, procurou saber como os mesmos avaliaram a formação recebida no INES entre 1950 e 1970. Dos nove surdos egressos, cinco já haviam falecido (Fernando, Chamilcar, Cordélio, Ubirajara e Clóvis) e três foram entrevistados (Aparecida, Pedro e Raimundo).

²⁶ *A formação do surdo trabalhador: discursos sobre a surdez, a educação e o trabalho. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.*

No perfil socioeconômico não foi encontrada uma relação direta, entre o nível de escolaridade limitado ao ensino primário de um modo geral e o nível socioeconômico que corresponde a salários adequados e não há situações de desemprego, porém todos estão aposentados por idade e tempo de serviços prestados. Com base nos entrevistados, apenas um cursou o ensino secundário, mas tiveram profissões remuneradas de forma a permitir um nível socioeconômico que garantiu a uma vida produtiva economicamente. Todos os surdos sergipanos concluíram as oficinas profissionalizantes no INES, mas nenhum deles foi contratado pelo Instituto. Eles trabalharam fora do INES com atividades, como marcenaria, tipografia, bordados, culinária apreendidas nas oficinas profissionalizantes (Costa, 2018, p. 135).

O autor concluiu que “a educação recebida no INES contribuiu para a profissionalização e independência econômica dos surdos entrevistados. O estudo mostrou que o ensino recebido favoreceu a autonomia dessas pessoas” (p. 135). Contudo, na narrativa dos entrevistados não há citação quanto à presença de professores surdos.

Com relação aos professores do INES, Aparecida Santos afirma que não lembra se teve aula com professores surdos conforme descrito abaixo: Não lembro ao certo, mas acredito que todos os professores que ensinavam no INES eram ouvintes. Não sei [...] não me recordo neste momento (p. 96).

O historiador Antonio Abreu²⁷ contestou tal informação. Em nota de rodapé Costa (2018) explica que

em entrevista concedida ao Jornal ‘Visual’ no dia 02 de novembro de 2017, [Antonio Abreu] relatou que os surdos já usavam sinais mesmo sem o reconhecimento da Libras e foram descobertos 23 ex-professores surdos funcionários em 1857 no INES, em sala de aula, na gráfica que funcionava lá dentro, além de inspetores surdos de alunos, estas pessoas não estão nos livros de história, essa história é contada pelos arquivos do INES (p. 96).

A informante foi a professora surda Aparecida de Jesus Santos. A mesma ingressou no INES aos sete anos, no ano de 1954 (p. 89). Permaneceu

dez anos [até o ano de 1964]; nessa época tinha 17 anos, depois fui para São Paulo estudar o ensino secundário no I-N-S-T-I-T-U-T-O S-A-N-T-A T-E-R-E-Z-I-N-H-A [nesse momento utiliza a datilografia em menção ao IST] e permaneci dois anos [até 1966]. Logo após, fui para Recife estudar numa escola de surdos, onde permaneci apenas um ano [até 1967], e posteriormente, fui para Belo Horizonte estudar numa escola religiosa para surdos, permanecendo três anos onde finalizei meus estudos [em 1970]. (Santos, Aparecida de Jesus. Entrevista concedida a Edivaldo da Silva Costa, em 20 ago. 2016; acrescentamos).

²⁷ O autor informou que sobre a presença de professores surdos no INES, o historiador surdo Antônio Campos de Abreu,

A professora esteve no INES no mesmo tempo em que havia professores surdos atuando como professores nas oficinas profissionalizantes (Lage, 2019). A tese de Costa (2018) embora ultrapasse o período que optamos por abordar nesta etapa da pesquisa, evidencia, por meio de depoimento de egressos, que a oferta do ensino profissional foi relevante para a formação dos surdos. Em primeiro plano, aos diretamente atendidos, e atingindo a outros uma vez que atuaram em atividades laborais. Numa próxima etapa da pesquisa retomaremos essa fonte.

Com relação às buscas na BDBTD, entre 294²⁸ trabalhos em Educação Profissional apenas 20 (6,8%) consideraram o Ensino Profissional do INES ao abordar a história desse segmento. Além dessas pesquisas, procuramos conhecer um pouco mais parte das matérias ligadas ao ensino profissional que identificamos: para meninos Escrituração Mercantil; Lições de Agricultura; Desenho; para as meninas Costura e Trabalhos de Agulha. Encontramos sobre Contabilidade, 03 fontes promissoras, sobre Agricultura 01 fonte, sobre Desenho 01 fonte. Ainda não encontramos sobre Costura e Trabalhos de Agulha ou sobre as demais cadeiras citadas nos currículos: Sapataria, Encadernação, Marcenaria, Alfaiataria.

Também localizamos outra fonte bibliográfica que registra a oferta de educação de surdos no período imperial. O capítulo XXV sobre o *Instituto dos Surdos-mudos* do livro do Ministério da Justiça e Negócios Interiores *Notícia Histórica dos serviços, instituições e estabelecimentos pertencentes a esta repartição*²⁹ (Brasil, 1898, f. 569-577, p. 1-9)³⁰. A apresentação afirma que a obra foi elaborada de maneira sucinta, contribuiria “eficazmente para o conhecimento mais exacto dos diversos ramos da administração pública” (Brasil, 1898, f. 7) que aquele ministério organizava. Pondera que a “vida anterior” de uma instituição antiga, referindo-se ao ministério, precisa ser “examinada e revista ao menos a traços largos, por aquelles que a dirigem no presente” (f. 7). Reconhece ser “pouco desenvolvido em algumas de suas partes componentes” (f. 8), porém, “ainda assim, - tomando para ponto de partida as breves indicações que ahi se encontram, não será difficil chegar ao conhecimento completo da historia do serviço ou da instituição que se procure estudar”. Rocha (2007, 2018) a referencia. A obra apresenta antecedentes do Instituto, bem como outros detalhes sobre a atuação de Huet e seu desligamento.

Ainda não temos documentos que expliquem a motivação de Huet para vir ao Brasil e fundar uma escola de surdos. A publicação apresenta o seguinte relato:

²⁸ No trabalho enviado para o COINES 2020 não contabilizamos uma tese em educação identificada na pesquisa BDBTD com os descritores *Educação Profissional* e *Brasil* e afirmamos, equivocadamente, que entre 294 trabalhos em Educação Profissional apenas 19 (6,4%) consideraram o Ensino Profissional do INES ao abordar a história desse segmento.

²⁹ Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242364>

³⁰ Discriminamos folha e página porque cada capítulo obedecia a uma paginação interna.

Nos últimos dias do anno de 1855, chegou ao Rio de Janeiro E. Huet, francez, surdo-mudo, com a intenção de abrir uma escola para ensinar seus companheiros de infortunio.

Apresentou, como prova de sua idoneidade, uma carta do ministro da instrucção publica do seu paiz, Drouyn de Lhuys, ao Cavalheiro de Saint George, ministro de França junto ao Governo do Brazil.

O Sr. de Saint George apresentou E. Huet ao Marquez de Abrantes, abonando-o como habil ex-professor e zeloso ex-director do Instituto de Bourges.

Por sua vez, o Marquez de Abrantes apresentou Huet ao ex-Imperador, que o acolheu benevolmente, promettendo auxiliá-lo na realização do seu intento.

A pedido do ex-Imperador, o Marquez de Abrantes incumbiu ao Dr. Manoel Pacheco da Silva, então reitor do Imperial Collegio de Pedro II, de facilitar a Huet os meios de abrir a sua escola.

Não se tendo naquella época idéa da possibilidade de educar surdos-mudos, e encontrando-se natural repugnancia dos paes em entregar seus filhos a um estrangeiro desconhecido, não foi fácil obter discipulos para Huet.

Os esforços do Marquez de Abrantes e do Dr. Pacheco da Silva conseguiram uma menina de 12 annos e um menino de 10 para alumnos de Huet, e que o collegio Vassimon, sito á rua Municipal n. 8, os recebesse, sendo Huet como hospede e professor, e os meninos como alumnos, mediante a pensão annual de 500\$, para cada um, paga pelo bolsinho imperial.

No dia 1º de janeiro de 1856, publicou Huet o seu programma de ensino.

(Brasil, 1898, f. 571, p. 1)

Algumas informações acima não apareceram nos relatórios que consultamos. Como foi publicada num tempo em que eram não exigidas as fontes, algumas informações da obra parecem desencontradas com os achados da pesquisa.

No dia 1º de janeiro de 1856, publicou Huet o seu programma de ensino, o qual comprehendia: Lingua portugueza; arithimeptica; geographia e historio do Brazil; escripturação mercantil; linguagem articulada e leitura sobre os labios (aos que tivessem aptidão), e doutrina christã.

Pelo ex-Imperador foi incumbido o Marquez de Abrantes de acompanhar os trabalhos de Huet; e desse encargo desempenhou-se o Marquez por carta de 6 de abril, na qual deu conta ao ex-Imperador do modo por que Huet cumpria os seus deveres de mestre dos surdos-mudos, assim como dos resultados já obtidos.

Commeteu, então o ex-Imperador ao mesmo Marquez a tarefa de formar uma commissão de cidadãos importantes afim de promover a fundação de um instituto para a educação de surdos-mudos.

(...)

No dia 3 de junho de 1856, no Paço do Senado, reuniu-se a commissão pela primeira vez, e deliberou:

1º promover a definitiva instalação do Instituto dos Surdos-Mudos;

2º procurar um prédio para a séde do estabelecimento;

3º não remover os alumnos que já existiam no Collegio Vassimon antes do projectado casamento de Huet, ou, si isso se demorasse, encontrar uma senhora que toma e a si a guarda das alumnas.

De conformidade com a primeira deliberação, dirigiu logo a comissão ao Corpo Legislativo e á Assembléa Provincial do Rio de Janeiro uma petição de auxílio pecuniario e subvenção, e, enquanto aguardava o resultado da mesma petição, promoveu beneficios nos theatros e angariou donativos particulares. Pelo § 10 do art. 16 da lei n. 939, de 26 de setembro de 1857, foi consignada a quantia de 5:000\$, e a pensão de 500\$ para cada um dos 10 alumnos que o Governo podia mandar admittir no Instituto; e, pela lei provincial de 14 de novembro do mesmo anno, o presidente do Rio de Janeiro foi autorizado a pagar até 10 pensões de 500\$ para cada alumno que mandasse ou de destinasse ao Instituto.

Em virtude da segunda deliberação, foi arrendado um predio da ladeira do Livramento pela quantia de 2:400\$ annuaes, paga pelos conventos; do Carmo e de S. Bento.

Tendo Huet realizado o seu casamento, foram os alumnos removidos do Collegio Vassimon para o predio arrendado e ali ficou o Instituto definitivamente installado, em outubro, com 7 alumnos, dos quaes dous mantidos pelo Estado, dous pelo ex-Imperador, dous pelos conventos e um por sua família (Brasil, 1898, f. 571-572, p. 1-2)

Entre as condições para a transferência ao Colégio Vassimon, seria preciso que Huet e Catherine se casassem. Entretanto, Jullian (2010, p. 385), em pesquisa realizada do México, informou que o matrimônio teria sido realizado em 1851. Será que eles não apresentaram documentação e assim tiveram de “renovar os votos”? Sem termos como saber ainda, o livro (Brasil, 1898) afiança que houve o casamento.

Rocha (2009, 2018) considerou que a publicação *Notícia Histórica* justifica a saída de Huet na sua vida pessoal porque o documento afirma que

Em meados do anno de 1859 começaram as perturbações não só da economia e da disciplina, mas até da moralidade do estabelecimento: desintelligencias a principio, e depois graves conflictos, entre Huet e sua esposa, destruíram todo o respeito e força moral, sendo inevitavel a anarchia.

Procurando impedir a natural consequencia do fechamento do Instituto, Huet tomou a resolução de mandar sua esposa para a Europa, ficando em seu lugar uma senhora, com approvação da commissão, para guardar e dirigir as alumnas.

A retirada da mulher ele Huet não produziu o milagre de restabelecer a ordem e a moralidade no estabelecimento, cujos empregados e alumnos tinham sido testemunhas por largo tempo de factos desmoralisadores.

Nestas condições, o Marquez de Abrantes exonerou-se da presidência da commissão, a qual passou ao Marquez de Olinda.

Entre este e Huet travou-se então uma verdadeira luta, que recrudescia sempre que o ultimo era obrigada submeter á approvação do Marquez a contas das despezas feitas em cada trimestre, afim de poder receber trimensalmente as subvenções votadas por lei geral e provincial.

No começo do anno de 1861, Huet reconheceu que não podia continuar na direcção do Instituto, e propoz ao Marquez de Olinda entregar o mesmo Instituto ao Governo pela quantia de 4:000\$, como indemnização do material, e a pensão de 600\$ por anno, como premio, visto ter sido o fundador da primeira escola para o ensino de surdos-mudos no Brazil.

O Marquez de Olinda, prevendo que da retirada de Huet resultaria inevitavelmente a extincção do Instituto, pois que os dois únicos professores

habilitados pelo mesmo Huet (os irmãos La Peña) não ofereciam condições de moralidade, encarregou o ministro do Brasil em Paris de contratar um brasileiro que allí se habilitasse e para vir ensinar surdos-mudos e dirigir o Instituto do Rio de Janeiro; e, enquanto isso se não realizava, procurava entreter Huet na direção e ensino opondo os obstáculos possíveis aos seus desmandos.

Logo que o Marquez teve certeza de que estava contratado e se habilitando em Paris o brasileiro que devia succeder a Huet, reatou com este as negociações iniciadas, terminando pelo contrato de 11 de dezembro de 1861, pelo qual Huet cedeu todos os seus direitos ao Governo, mediante a quantia de 2:744\$ 680.

Aos quinze do dito mez de dezembro retirou-se Huet, deixando o Instituto com 17 alumnos, sob a guarda de Frei do Monte do Carmo, designado pelo Marquez para ficar á testa do estabelecimento até que chegasse o director contratado.

Frei João, não podendo conter os desmandos do pessoal que encontrára, abandonou o Instituto (Brasil, 1898, f. 572-573, p. 4-5).

Fora os dados sobre orçamento e pagamentos, o *Notícia Histórica* faz crer que mesmo no Brasil, Huet tentou manter a tradição do Instituto de Paris pois indica que “no anno seguinte [1858] correram bem os trabalhos do Instituto, esforçando-se Huet não só por instruir os seus discipulos, mas ainda por habilitar auxiliares para o ensino, assim dos meninos, como das meninas” (f. 572, p. 4). O documento informa que os dois únicos professores habilitados pelo mesmo Huet (os irmãos La Peña) não ofereciam condições de moralidade” (f. 473, p. 5). Novamente, esta informação não consta em nenhum documento consultado. Não encontramos mais dados que esclareçam quem eram os irmãos La Peña.

A versão apresentada pelo documento difere em alguns aspectos dos documentos consultados no CRL e/ou na BNDigital. Pode ter havido discrepância nas datas dos relatórios. O documento de 1859, afiança “brilhante resultado” obtido nos exames e que o Imperador: “attestão a superioridade e eficiencia dos processos de ensino adoptados pelo Sr. E. Huet” (p. 478)³¹. Mas pode se referir ao ano anterior. A pesquisa documental também indicou que em 1860, Huet manifestou desejo de deixar o Instituto; negociou a permanência, mas se desligou em 1861. A Comissão Diretora nos relatórios enumerou e reconheceu problemas que o Instituto enfrentava como falta de contratação de profissionais e que não equivaleria às congêneres dos outros países, porque faltava o indispensável. A narrativa do *Notícia Histórica* menciona “perturbações não só da economia” (Brasil, 1898, p. 572), porém não esclarece a relação entre a administração de Huet e a relação com o governo da época (exceto ao informar que o ex-imperador custeou os primeiros dois alunos, que o Instituto seria entregue ao Governo). Há outra diferença com relação ao valor de indenização para a Huet. O relatório administrativo

³¹ Página do relatório.

publicado em 1861 afirma o pagamento de 3:494\$021. Mas *Notícia Histórica* afiança que “Huet cedeu todos os seus direitos ao Governo, mediante a quantia de 2:744\$ 680”.

Precisaremos compreender um pouco mais a obra no contexto de produção, avançando para os períodos históricos seguintes, porque só comentamos os próximos à fundação. Será interessante cotejar as informações que a obra divulga com as demais fontes documentais e para tanto também nos auxiliará Rocha (2018). Embora o limite temporal não tenha permitido cotejar Rocha (2007) e Rocha (2018), essa última oportunizou compreender o que foi relatado (Figura 11) por Edouard Huet em 1856 (p. 29).

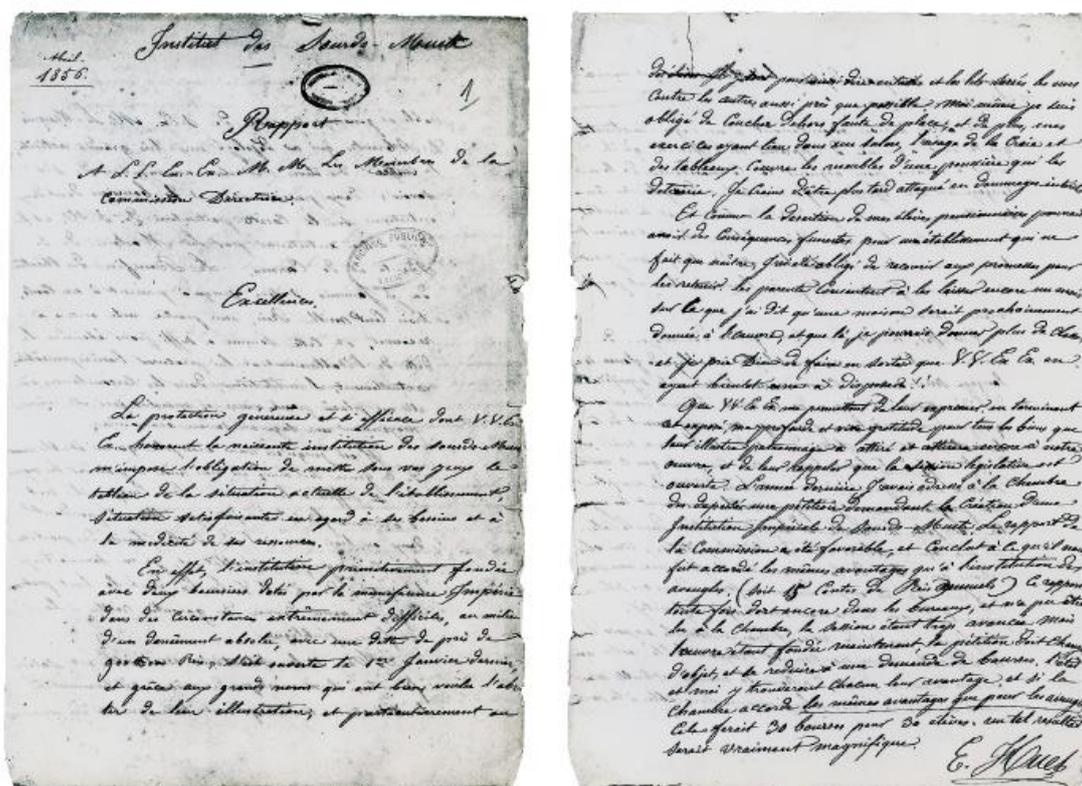


Figura 11: Relatório de Huet à Comissão Inspetora (Rocha, 2018, p. 29)

O pesquisador José Raimundo Rodrigues, ofereceu-nos a tradução livre do documento. Apresentamos no Anexo 3 (p. 107) a versão em francês. A seguir, em Língua Portuguesa:

Instituto dos Surdos-mudos
Abril de 1856

Relatório

Aos Ilustríssimos Exmos. Senhores membros da Comissão Diretora

Excelências

A generosa proteção e o carinho com que V.V. Ex. Ex. honraram o nascimento da instituição de surdos-mudos impõe-me a obrigação de apresentar-vos o quadro da situação atual do estabelecimento, situação satisfatória tendo em conta as suas necessidades e à modéstia de seus recursos.

Na verdade, a instituição fundada originalmente com duas bolsas doadas pela magnificência imperial em circunstâncias extremamente difíceis, em meio à miséria absoluta, com uma dívida nas proximidades de [incompreensível], inaugurada em 1º de janeiro, e obrigado a quaisquer grandes nomes que gentilmente abusaram de sua ilustração, e principalmente aos alunos, para dizer entrando e os leitos apertados o mais próximo possível, mas mesmo eu sou obrigado a dormir fora por falta de espaço, e além disso, com os exercícios que decorrem no seu salão, a utilização de giz e quadros negros cobre os móveis com um pó que os deteriora. Temo ser atacado por danos mais tarde.

E como a deserção dos meus alunos pensionistas pode ter consequências terríveis para um estabelecimento que está apenas nascendo, fui forçado a recorrer a promessas para falar de sucesso. Os parentes concordaram em deixá-los ainda mais que eu disse que logo seria doada uma casa para a obra e que eu poderia dar mais aulas e rogo a Deus que garanta essa V.V. Ex. Ex. logo tendo uma para dispor!!

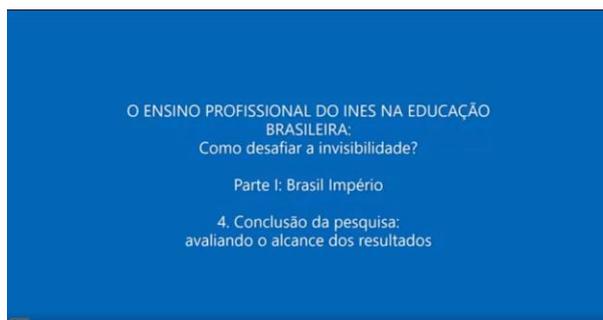
Que V.V. Ex. Ex. permitam-me expressar, ao finalizar a minha apresentação, a minha profunda e viva gratidão por todas as coisas boas que o seu ilustre patrocínio trouxe e ainda atrairá ao nosso trabalho, e relembrar que a adesão legislativa está aberta. No ano passado eu havia dirigido à Câmara dos Deputados uma petição pedindo a criação de uma Instituição Imperial para surdos-mudos, o relatório da comissão foi favorável e concluiu que temos as mesmas vantagens que para a instituição dos cegos (ou seja, 15 contos e réis anuais) tem um relatório da arte ainda na burocracia, e não poderia estar lá na câmara, a sessão estando muito avançada mas a oferta sendo agora fundada a petição deve mudar o objeto, e reduzi-lo a um pedido de bolsas de estudo, o estado e eu vamos cada um encontrar a sua vantagem e se a câmara concedesse as mesmas vantagens que passa aos cegos que dá 30 bolsas para 30 alunos, tal resultado seria verdadeiramente magnífico.

E. Huet

O professor surdo começa reconhecendo o apoio do governo imperial, em especial o apoio particular do Imperador e que diante disso estaria obrigado a prestar contas. Todavia, logo a seguir elenca as limitações para alojar os alunos, a si próprio e as condições insalubres de trabalho. Temia a desistência dos pensionistas e se comprometeu com o sucesso do estabelecimento. Confiou no apoio que teria. Apelou ao legislativo em 1855, peticionando a criação de uma Instituição Imperial para surdos-mudos e o atendimento foi parcial. Rocha (2018) comenta que a solicitação de Huet só foi atendida em 26 de setembro de 1857, data que marca a fundação do INES, por meio da Lei nº 939. Essa finalmente fixou a despesa e orçou a receita do Império para os exercícios do período 1858-1859. O relatório de Huet contrasta com o relato apresentado em *Notícia Histórica*.

Portanto, o que sabemos sobre professores surdos no Ensino Profissional do INES foi muito pouco ou quase nada. Entretanto, conhecemos mais o ensino profissional ofertado e acreditamos que isso será importante quando localizamos a atuação dos professores surdos.

4. Conclusão da pesquisa: avaliando o alcance dos resultados



Versão em Libras da Síntese da Seção 4: <https://youtu.be/9SYSISu6x10>

Conforme dito na apresentação da proposta de pesquisa, o estudo para a tese em Educação apresentada em 2019, constatamos que o ensino profissional do INES era um tema a explorar. Dele advém outros temas, alguns dos quais não teremos como abordar nesta pesquisa. No que tange ao GPFPS, nosso objeto que constitui uma das linhas de pesquisa é professores surdos. Porém, como nossa área geral é Educação de Surdos, consideramos que seria pertinente mostrar quaisquer avaliações que ultrapassassem nossos temas principais. Desta forma acreditamos ter colaborado, mesmo que modestamente, com os demais pesquisadores. Para avaliar o alcance dos resultados retomemos os objetivos.

Buscamos levantar dados sobre a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo Instituto de surdos brasileiro. Ao iniciarmos as atividades depreendemos que seria mais adequada uma abordagem diacrônica. Não bastaria procurar a atuação de surdos como professores do Ensino Profissional do INES. Investigar a implantação do segmento poderia oportunizar entender essa atuação no contexto próprio do ensino ofertado: como era concebido; como era organizado; os resultados entre os alunos; entre outros aspectos. Portanto, a atuação ficou em segundo plano. Ocupamo-nos em compreender, primeiramente, o ensino profissional praticado no Instituto no período imperial do Brasil, outro recorte.

O primeiro objetivo específico, identificar documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo INES e o segundo, localizar bancos de dados que possam concentrar dados referentes ao Ensino Profissional do INES, tornaram-se complementares. Dada a dificuldade de acessar os documentos do Arquivo Nacional, entretanto graças à tecnologia superamos revezes. A digitalização dos documentos, em especial os mais antigos, permitiu e impulsionou a pesquisa. Faltaram documentos das demais instituições que promoviam ensino profissional no período estudado e notar sua relação com o Instituto.

O terceiro objetivo específico, buscar documentos que registrem a atuação dos professores surdos do ensino profissional do INES, passou a ser tratado como um objetivo acessório. Toda vez que nos dedicávamos a compreender uma fonte, retomávamos esse alvo. Até o momento só podemos supor que o próprio professor surdo Edouard Huet e as duas professoras que o acompanharam assumiram alguma das cadeiras de ensino profissional nos primeiros anos do estabelecimento que hoje é o INES. Estamos apenas conjecturando; trata-se de uma hipótese uma vez que, é provável que ele mesmo tenha sido formado em outras ocupações que não apenas a de educador. Também reavaliamos a afirmação de que Joaquim do Maranhão ocupava a função de Mestre na Oficina de Sapataria. Os relatórios indicam que a mesma foi montada para que ele aprendesse e que ele fabricou sapatos para os colegas. É relevante, mas não notamos registros de que ele tenha ensinado aos colegas. O documento publicado em 1873 afirmou que o número pequeno de alunos não permitiu o desenvolvimento da Oficina de Sapateiro, ainda que produzisse todos os calçados dos alunos.

O quarto objetivo específico, identificar, organizar e mapear instituições de ensino profissional nas quais surdos tenham atuado como professores foi superdimensionado. Não estivemos perto de realizar tal ação e avaliaremos quando poderemos retomá-lo.

O quinto objetivo específico, revisar sistematicamente a literatura sobre a atuação de surdos como professores no ensino profissional foi adaptado. Procuramos em primeiro lugar o Ensino Profissional do INES na área geral. Constatamos a necessidade de divulgar o Instituto como instituição que ofereceu ensino profissional, mesmo para difundir a atuação de surdos como professores do segmento.

A seguir, elencamos algumas constatações, questões que permanecem em aberto e para as quais ainda não sabemos onde procurar respostas e que indicaram a continuidade desta pesquisa.

4.1 Constatações

Em termos mais amplos, no que tange a posição do INES entre os demais institutos, as concepções de educação de surdos em geral e ao ensino profissional, alcançamos algumas constatações.

Os dados referentes à administração do Instituto mostram muitos problemas enfrentados pelos diretores Edouard Huet, Magalhães Couto e Tobias Leite. Ainda teremos de pesquisar mais sobre o período de Huet, pois as versões apresentadas pelos documentos governamentais não são conclusivas. Sobre Magalhães Couto as publicações de Rocha (2007, 2018) e o relatório de Tobias Leite de 1868 na BNDigital manifestam: primeiro, atritos entre o gestor e a comissão

diretora; que por não termos acesso aos documentos escritos pelo diretor, só temos as versões do ministério; problemas disciplinares graves, denúncias de abuso do diretor entregues a Tobias Leite; que a escolha de Tobias Leite para a direção interina pode ter relação com as denúncias, ele já sabia que havia problemas; que o próprio ministro admitia que o Instituto não funcionava a contento; que Tobias Leite avaliou que o Regulamento n.º 4046/1867, não observou a questão do ensino das línguas e pareceu “dar primazia à vocal artificial, sem atenção á natureza do surdo-mudo, e acumulou materiais da instrução secundária ás elementares” (p. 5) - não chegou a comentar o ensino do francês, mas indiretamente aparece nessa crítica; que mesmo Tobias Leite admitiu a falta de estrutura do Instituto, para sintetizar as situações adversas em todas as áreas.

Em 1872, o Instituto teve seu funcionamento prejudicado diante da notícia, informada por Tobias Leite, de que todos os funcionários foram declarados “provisórios e de méras comissões” (p. 7). Em 1878, ele salientaria a entrega do 12º relatório ao governo sem que o Instituto tivesse recebido o incremento satisfatório para fazê-lo funcionar. As entidades as quais recorria não divulgavam o Instituto. Apenas duas províncias respondiam aos seus esforços para custear a educação de surdos entre sua população. Tobias Leite avaliou que uma vez tendo sido esclarecidos sobre a relevância da educação de surdos ou da existência do Instituto, a ignorância dos que não respondiam aos seus apelos se tornava indiferença. Repetimos seu parecer: a indiferença é “sintoma dos mais terríveis da depressão moral de um povo, contra o qual só os poderes do estado auxiliados pelo tempo podem combater com proveito” (p. 1 do relatório). Ao que tudo indica, Huet desistiu de lutar pela transformação do Instituto aos moldes do que conhecia. E Tobias Leite, apesar dessas afirmações e vaticínio, permaneceu na direção até seu falecimento em 1896 e, efetivamente, alcançou resultados significantes.

Foram necessários 12 anos para que o Instituto deixasse de ser uma empresa particular, dependendo de doações e subvenções, e se tornasse um estabelecimento público de educação. Ainda que a 29ª Sessão da Assembleia Geral Legislativa de 29 de agosto de 1835 (Brasil, 1835, p. 216) tenha decidido que a educação de pessoas consideradas deficientes (Gil, 2012; Cunha Junior, 2015; Lobo, 2015) seria atendida com a criação de escolas para cegos e “surdos-mudos” na capital e nas províncias com a aprovação da proposta apresentada pelo Deputado Cornélio Ferreira França.

O IBC e o INES eram relacionados na lista de colégios para meninos desde o Relatório Administrativo publicado em 1860. Porém, notamos que em 1884 o INES passou a ser descrito como instituição de Ciência e Instrução. Podemos conjecturar que o administrador à época, afinal conseguiu algum reconhecimento de que a educação de surdos exigia maiores investimentos.

Sobre as questões dos métodos de ensino para surdos, o documento publicado em 1864 indica entre as matérias lecionadas Articulação Artificial e Leitura sobre os Lábios, sob a responsabilidade do diretor, formado no INSMP, até 1868. Em 1871, Tobias Leite afiançou que o ensino da Linguagem Escrita preponderava. Mas, avaliava que seria imprescindível também o ensino da Palavra Artificial como meio oportuno entre os surdos-mudos acidentais. Concluímos que, quando os dois únicos professores formados no Instituto de Paris, se retiraram do Instituto, faltou pessoal especializado. Tal situação só seria superada com a formação de Menezes de Vieira nos anos 1880, na Europa para que o Instituto voltasse a oferecer ensino da Palavra Articulada e para organizar a formação de outros professores nesta prática.

Tobias Leite constantemente argumentava que Educação de Surdos não era um luxo e que seus professores precisavam de uma educação especial. Havia dificuldade para ter mais alunos matriculados, apesar dos dados do Censo apresentados em 1874 indicando que a população de surdos brasileira era significativa em comparação aos demais países.

O relatório publicado em 1871, Tobias Leite evidencia as tribulações no recrutamento de professores. Para atender à educação das alunas, percebemos contratemplos ainda maiores, pois havia constantes substituições de professoras. Tobias Leite argumentou que seria preciso oferecer mais vantagens para que os cargos disponíveis no Instituto fossem valorizados. Em 1878, cogita aceitar o ingresso de meninos falantes para que, a convivência com os surdos, os estimularia a se tornar repetidores ou professores.

A propósito, a atuação das mulheres na educação de surdos no Brasil é pouco destacada em pesquisas, como a atuação das primeiras professoras Senhora de Vassimon e Catherine Brodbeck, esposa de Huet. Magalhães Couto listou todas as funções acumuladas por Francelina Garcez de Magalhães, sua esposa, diretora das alunas, administradora da economia doméstica, da enfermaria, da rouparia e do engomado. Poderíamos compreender como uma espécie anúncio da falta de estrutura do Instituto, admitida pelo Ministério quando cita o Decreto n.º 4046/1867. Este que daria ao Instituto “o caracter que lhe competia de estabelecimento público, tratei de melhora-lo, principalmente em dous pontos: separando as funções de diretor e administrador das de professor, e estabelecimento meios efficazes de fiscalização” (BNDigital, 1867, p. 29).

Sobre ensino profissional a principal constatação é que estávamos bastante equivocados durante a pesquisa de tese (Lage, 2019) ao considerarmos que o mesmo estava limitado às oficinas. A gestão de Eduardo Huet já apresentava a proposta de ensino profissional. Seguiu a tradição do INSMP e a orientação de que o fundamental não era formar homens de letras senão converter os surdos que estavam isolados socialmente em cidadãos úteis à sociedade, em especial os mais pobres (Quartararo, 2002). Como na fundação do Instituto a equipe de

formadores estava, aparentemente, restrita à Huet e a senhora Vassimon e após a Catherine Brodbeck, a senhora Huet, não sabemos de todo o currículo proposto foi de fato implementado.

Conforme comentado em 3.2, a tentativa de estabelecer parcerias com oficinas em estabelecimentos particulares, informadas nos documentos de 1864 e 1865, na gestão de Magalhães Couto não foi profícua. Todavia, foram mantidas as Oficinas de Costura e Trabalho de Agulhas para as meninas, e Desenho indicado em 1865. Em 1868, Tobias Leite destacou que as oficinas profissionalizantes não estavam acontecendo, demonstrou a expectativa de capacidade dos surdos para o trabalho, argumentou pela maior ênfase no ensino da Agricultura, descreveu quais indústrias seriam propícias aos surdos, auxílio aos alunos egressos para que pudessem iniciar atividade laboral, mas nem todas as propostas foram devidamente encampadas. Em 1871, houve a formação do aluno Joaquim do Maranhão, na única oficina à época, de Sapateiro.

O desenvolvimento do ensino profissional dependia de ampliação de investimentos no Instituto. Para instruir corretamente em Agricultura era preciso um terreno apropriado. Para as oficinas eram necessários equipamentos das indústrias específicas e adequadas à compleição física do alunado. Os aspectos físicos, vocação e participação da família seriam fatores que definiam a formação profissional do aluno. Após realizado o investimento no segmento, os resultados foram surpreendentes. Desde o Relatório Administrativo de 1876 percebemos no movimento das Oficinas Profissionalizantes do INES que os produtos cobriam o custo, permitiram o acúmulo de recursos financeiros para os alunos egressos que tivessem atuado nelas e, em diversas ocasiões, deram retorno ao tesouro estatal. Em 1877, Tobias Leite relacionou o resultado positivo das oficinas com as capacidades dos surdos e a habilidade dos mestres.

Importante sublinhar a preocupação de Tobias Leite com o apoio aos egressos expresso no “Projeto de lei fundando um patrimônio para o Instituto dos Surdos-mudos” (Brasil, BNDigital, 1871, p. 10).

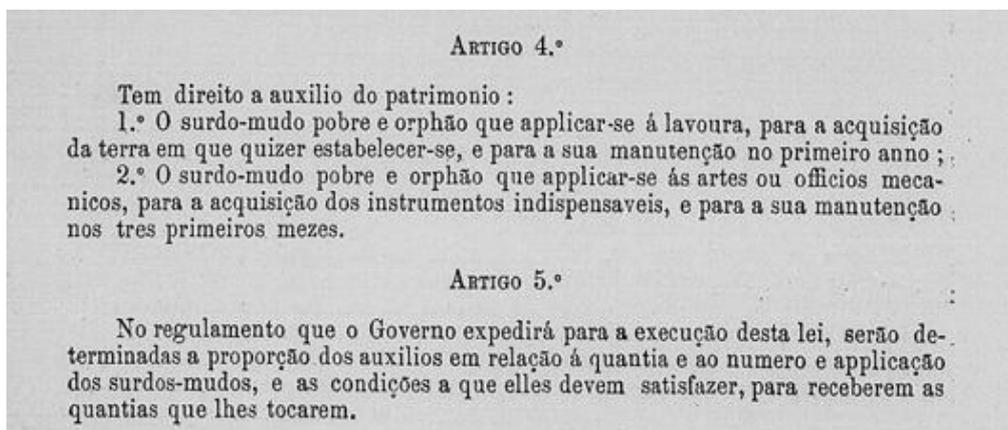


Figura 12: Projeto de lei fundando um patrimônio para o Instituto dos Surdos-mudos com o apoio aos egressos (BNDigital, 1871, p. 10)

O Art. 4.º se relaciona diretamente com a defesa ao ensino agrícola para os surdos brasileiros pobres e órfãos. O Art. 5.º manifesta como Tobias Leite compreendia assistência aos alunos. Essa consistia numa espécie de continuidade do investimento da sua educação, pois um surdo-mudo educado e que conseguisse meios dignos de sobrevivência seria uma boa divulgação do Instituto. Portanto, o diretor, não limitava a compreensão da importância da assistência aos órfãos. Sabia que nos países europeus existiam iniciativas como as associações que apoiavam egressos.

No documento de 1876, na página 6, Tobias Leite avalia que a reserva de metade da importância do trabalho feito pelos alunos nas oficinas não ensinava aos alunos o valor do trabalho acumulado. A prática não imprimiria hábitos de economia. A quota deveria ser um quarto do valor, para Tobias Leite, sendo o restante aplicado para despesas com a manutenção das oficinas. Alertou também que mesmo os alunos que frequentavam as oficinas tinham lições de Agricultura.

4.2 Questões que apontaram para a continuidade da pesquisa

O resultado da pesquisa evidenciou aspectos ainda a conhecer sobre a educação no Instituto e ensino profissional oferecido no período imperial do Brasil:

- Como Edouard Huet veio ao Brasil? Havia relações prévias com outras pessoas aqui? Ele se comunicava com alguém para relatar o que acontecia aqui enquanto administrava o Instituto?
- Uma vez que as versões não apresentam consistências, o que motivou a saída de Huet do Instituto? Teria sido provocado por apenas um fator? Está relatado apenas nos documentos oficiais? Após sair do Brasil, ele foi para a França e de lá para o México?

- Os relatórios não esclarecem as atividades da Senhora Vassimon, nem mesmo seu nome, nem de Catherine Brodbeck, citada apenas como Senhora Huet, ou as demais professoras. Há mais registros sobre a educação das meninas?
- Quanto às dificuldades para a contratação de professoras, teria alguma relação com a permanência no estabelecimento para atender ao sistema de internato?
- Onde estão os relatórios de viagens para estudos de Magalhães Couto e de Menezes Vieira?
- Onde estão os relatórios de Magalhães Couto?
- O Método Intuitivo era também usado no ensino profissional?
- O perfil desejado de trabalhadores como descrito pelo comissário do governo no documento de 1874 era defendido por outros especialistas?
- Como era organizado o ensino profissional para as alunas, porque os relatórios não lançam os custos nem eventuais vendas dos produtos de costura e agulha realizado pelas alunas?
- Como era a Escola Agrícola?
- Como era o ensino em cada oficina?
- Como era a contratação dos mestres?
- Qual era o perfil desses mestres? Houve surdos?
- Apenas os mestres que eram donos das oficinas particulares na gestão de Magalhães Couto foram nomeados na equipe. Quem foram os mestres das Oficinas do Ensino Profissional do INES não foram citados nas equipes descritas nos relatórios?
- Os documentos sugerem que o maquinário usado para a instrução era o mesmo utilizado no comércio. O inconveniente era o fato de não estar adequado à compleição física dos alunos. Houve acidentes durante a aprendizagem?
- Será que em fontes como a Plataforma Sucupira ou o banco de Teses da CAPES encontraremos outras pesquisas que mencionaram o Ensino Profissional do INES?

Além de respostas para essas questões, precisamos: alcançar dados que estão arquivados no Arquivo Nacional; consultar as fontes bibliográficas que esclarecem sobre as cadeiras do ensino profissional.

Uma vez que não nos limitamos a destacar e comentar o Ensino profissional do INES, outras questões surgiram:

- Que educação de surdos havia no Brasil antes de 1835 e antes de Edouard Huet fundar o INES? Seria possível ter pistas sobre este fenômeno investigando a família citada por Maria Graham (1990 apud Lobo, 2015, p. 262)?

- Os relatórios mostram que era comum que casais se envolvessem na educação, pois temos os casos de Catherin Brodbeck, esposa de Huet e de Francelina Garcez de Magalhães, esposa de Magalhães Couto. Esse fenômeno é estudado na Educação?
- Após a saída de Magalhães Couto, Tobias Leite informa que não havia ensino da Palavra Artificial, termo que depois é mudado para Palavra Articulada. Como se descreve isso no campo? Tobias Leite, em 1871, afirmava que a Palavra Articulada estava limitada a perfis específicos de alunos.

Tais indagações ultrapassam nossos tema e objeto de pesquisa e não temos como investiga-los. Contudo, suspeitamos que as respostas seriam úteis para o GPFPS e para a Educação em geral.

Considerações Finais

O objetivo geral da pesquisa foi levantar dados sobre a atuação dos professores surdos do ensino profissional oferecido pelo Instituto de surdos brasileiro. Nosso esforço foi impulsionado após a constatação de que pouco se sabe sobre a atuação dos professores surdos do INES dos anos 1960. Entretanto, deparamo-nos com um desconhecimento tanto maior: a área de Educação Profissional não conhece, ou não cita, o INES como instituição que promoveu esse ensino. Precisamos reformular nossos objetivos e procedimentos previstos inicialmente. A primeira providência foi considerar uma pesquisa que acompanhasse a diacronia dos eventos. Começamos no início do INES.

Não tivemos condições de explorar riqueza dos dados; nos limitamos ao relato oficial da instituição. Reiteramos o quão foi oportuno para nós encontrar documentos digitalizados, esses e outros que não puderam ser avaliados nesta etapa. Porém, tendo experimentado a dispersão dessas fontes de dados que dificulta as etapas de avaliação, buscamos dar o máximo acesso aos dados encontrados. Por isso também apresentamos longos excertos das fontes documentais que consideramos mais desconhecidas. Seja neste relatório ou no documento organizado que agrupou os relatórios administrativos do período imperial do Brasil (Lage, 2020) ou mesmo que os leitores não pesquisem Ensino Profissional, poderão se beneficiar dos diferentes temas que tais fontes oferecem. O que fazemos é manter a orientação que encontramos naqueles que acreditam no trabalho exercido em parceria. Nossa pequena equipe agradece o apoio recebido pelo GPFPS, pelo DDHCT, pelo DESU-INES, pelo Acervo do INES, pelo pesquisador José Raimundo Rodrigues, fundamentais para prosseguir. Divulgamos resultados parciais da pesquisa no Congresso Internacional do INES (COINES) em 2019 e os resultados finais no COINES de 2020. Todos os trabalhos estarão disponíveis no AVP.

Fomos buscar os professores surdos do Instituto, contudo, apenas soubemos mais sobre Ensino Profissional. Os resultados atestam que precisamos continuar a pesquisa, mantendo-nos ainda neste período, aprofundando a análise das fontes documentais e bibliográficas identificadas nesta, que foi apenas a primeira etapa da nossa investigação. Em meio a pandemia provocada pelo Covid-19, encontramos nas atividades de pesquisa motivação e energia para enfrentar o isolamento social e continuar servindo, no máximo de nossos esforços coletivos, a população, sobretudo a que se dedica à Educação.

Referências

- ARAÚJO, Maria Antonieta Nascimento. *A qualificação de surdos para o trabalho e o significativo papel da linguagem*. 2002. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2002.
- ARAUJO, Rosemeire Baraúna Meira de. *A nova gestão pública, a regulação da Educação e a gestão democrática no contexto dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia*. 2014. 214 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.
- BARROS, Maria Patrícia Lourenço. *Desafios na formação docente para inclusão de surdos no IF Sertão - PE Campus Salgueiro*. 2018. 140 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação, Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.
- BRASIL. Câmara dos Deputados. *Annaes do Parlamento Brasileiro*. Sessão de 1835, Tomo Segundo. Sessão de 29 de agosto de 1835.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2000* [on-line]. Disponível em: <<http://teen.ibge.gov.br/censo/censo-2000>>. Acesso em: abr. 2013. [com adaptações]
- BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. XXV Instituto dos Surdos-mudos. In: *Notícia Histórica dos serviços, instituições e estabelecimentos pertencentes a esta repartição, elaborada por ordem do respectivo ministro*. Por Dr. Amaro Cavalcanti. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898, f. 569-577 (p. 1-9).
- BRASIL. *O Imperio do Brazil na Exposição Universal de 1876 em Philadelphia*. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875.
Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/242450>
- BRAUN, Maria do Socorro de Assis. *Cursos e percursos da educação profissional na escola da Rede Federal do Ceará*. 2015. 312 f. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2015.
- BREGONCI, Aline de Menezes. *Estudantes surdos no PROEJA: o que contam as narrativas sobre os seus percursos*. 2012. 178 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.
- CAMARGO, Angelica Ricci; CABRAL, Dilma (Orgs.). *Guia da administração brasileira: Império e Governo Provisório (1822-1891)*. Rio de Janeiro : Arquivo Nacional, 2017. (Publicações Históricas; 113)
- CHAVES, Juliana Fátima da Silva. *Itinerários do SENAC-RS [manuscrito]: olhares sobre as trajetórias de profissionais surdos (as)*. 2011. 87 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro Universitário La Salle, Canoas, 2011.
- COSTA, Edivaldo da Silva. *Mãos tecendo histórias de vida: memórias dos surdos sergipanos egressos do Instituto Nacional de Educação de Surdos (1944-1979)*. 2018. 213f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.
- CUNHA JUNIOR, Elias Paulino da. *O embate em torno das políticas educacionais para surdos*: Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos. Jundiaí, SP: Paco Editorial, 2015.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000a

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000b.

CUNHA, Luiz Antônio. *O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata*. São Paulo: Ed. UNESP, 2000c.

DENIS, Théophile. *Notice sur l'Institution nationale des sourds-muets de Paris depuis son origine jusqu'à nos jours* (1760-1896). Paris: Typographe de l'Institution Nationale, 1896.

FORMOZO, Daniele de Paula *Discursos sobre pedagogias surdas*. 2013. 159 f. Tese (Doutorado em Educação), Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

FREITAS, Cristiane Rodrigues de. *A inclusão de alunos surdos no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas: e agora, o que fazer?* 2019. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Campus Manaus Centro, Manaus, 2019.

GIL, Antonio. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, Marta. *Caminhos da inclusão: a história da formação profissional de pessoas com deficiência no SENAI-SP*. São Paulo: SENAI-SP, 2012. (Coleção Engenharia da Formação Profissional).

INES. *Depoimento da Professora Lea Carneiro*. Março de 1997. Acervo

INES. *Livro de Correspondências recebidas 1923*. Acervo

IVENICKI, Ana; CANEN, Alberto. *Metodologia da Pesquisa: rompendo fronteiras curriculares*. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2016.

JULLIAN, Christian. Eduardo Huet: un héroe francés en el silencio. En Pérez Siller J. y Skerritt D. (Coords.). *México Francia: memoria de una sensibilidad común, siglos XIX y XX*, Vols. III-IV, México: BUAP/ CEMCA/CNRS-París/EÓN, p. 385-410, 2010.

KLEIN, Madalena. *Tecnologias de governo na formação profissional dos surdos*. 2003. 117 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003.

KRÜGER, Edelbert. *A reforma do estado e as políticas públicas para a educação profissional, científica e tecnológica no Brasil: o ocaso da Escola Técnica Federal de Pelotas ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-riograndense* (1990-2013). 2013. 367 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação Universidade Federal de Pelotas, Pelotas-RS, 2013.

LAGE, Aline Lima da Silveira (Org.). *Relatórios administrativos do Instituto Nacional de Educação de Surdos de 1856 a 1889 presentes no CRL e na Biblioteca Nacional Digital*. Rio de Janeiro: INES, 2020.

Acesso: <https://www.avp.pro.br/mod/glossary/showentry.php?eid=601>

LAGE, Aline Lima da Silveira. *Professores Surdos na Casa dos Surdos: “Demorou muito, mas voltaram”*. 2019. 514 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2015.

MANOEL, Caroline Penteadó. *Curso Técnico em Agronegócio do Centro Paula Souza: Uma Análise da Estrutura Curricular*. 2016. 96 f. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã-SP, 2016.

NUNES, Francivaldo Alves. O Imperial Instituto Fluminense de Agricultura: ciência, Estado e proprietários rurais. *História, Ciências, Saúde*, Mangueiras, Rio de Janeiro. v.23, n.2, abr.-jun. 2016, p.573-575.

OLIVEIRA, Renata Imaculada. *Conta-me como foi: percursos escolares de jovens e adultos com deficiência e transtorno global do desenvolvimento, mediados por processos de compensação social*. 2014. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Educação. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

PALARO, Elisandra Aparecida. *A língua útil para o trabalho: no entremeio de sentidos da educação profissional e tecnológica e do ensino de língua portuguesa*. 2014. 147 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó-SC, 2014.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. *A Rede Federal de Educação Tecnológica e o desenvolvimento local*. 2003. 114 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Regional e Gestão de Cidades) – Universidade Candido Mendes, Campos dos Goytacazes, RJ, 2003.

QUARTARARO, Anne Therese. The Life and Times of the French Deaf Leader, Ferdinand Berthier: An Analysis of His Early Career. *Sign Language Studies*, v. 2, n.2, p. 182-196, Winter 2002, (Article) Published by Gallaudet University Press DOI:For additional information about this article Access provided by UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Disponível em: <https://doi.org/10.1353/sls.2002.00072002>.

REZZUTTI, Paulo. *Pedro II: o último imperador do Novo Mundo revelado por cartas e documentos inéditos*. São Paulo: LeYa, 2019.

RIBEIRO, Ricardo Torres *A criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e o contexto do IFBA*. 2018. 172 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2018.

ROCHA, Solange Maria da. *Instituto Nacional de Educação de Surdos: uma iconografia dos seus 160 anos*. Rio de Janeiro: MEC/INES, 2018.

ROCHA, Solange Maria da. *Antíteses, díades, dicotomias no jogo entre memória e apagamento presentes nas narrativas da História da Educação de Surdos: um olhar para o Instituto Nacional de Educação de Surdos (1856/1961)*. 2009. 160 f. Tese (Doutorado em Educação) - Centro de Teologia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

ROCHA, Solange Maria da. *O INES e a educação de surdos no Brasil*. Rio de Janeiro: INES, 2007.

RODRIGUES, Isis Monteiro. *A (in)visibilidade da cultura surda no contexto escolar do Centro Territorial de Educação Profissional Piemonte do Paraguaçu I de Itaberaba-Bahia*. 2018, 134 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação) - Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2018.

SABINO, Rosimeri Ferraz. *A configuração da profissão de secretário em Sergipe: educação, atuação e organização da área (1975-2010)*. 2017. 387 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão-SE, 2017.

SAVIANI, Dermeval; DUARTE, Newton. *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas, SP: Autores Associados, 2012.

SCHMITT, Deonísio. *Contextualização da trajetória dos surdos e educação de surdos em Santa Catarina*. 2008. 144 f. (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

SKLIAR, Carlos (Org.). *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SILVA, Naiaranize Pinheiro da. *Juventude e escola: a constituição dos sujeitos de direito no contexto das políticas de ações afirmativas*. 2016. 272 f. Tese (doutorado) – Faculdade de Educação. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

SILVA, Wilmar. *A luta dos surdos pelo direito à educação e ao trabalho: Relato de um Vivência Político- Pedagógica na Escola Técnica Federal de Santa Catarina*. 2001. 157 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

TUNES, Elizabeth. *A Defectologia de Vigotski - uma contribuição inédita e revolucionária no campo da educação e da psicologia*. In: *Veresk – Cadernos Acadêmicos Internacionais Estudos sobre a perspectiva histórico-cultural de Vigotski*. Brasília: UniCEUB, 2017, p. 75-84.

VIANA, Alvanei dos Santos. *A inserção dos surdos no mercado de trabalho: políticas públicas, práticas organizacionais e realidades subjetivas*. 2010. 204 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade do Grande Rio "Prof. José de Souza Herdy", Rio de Janeiro.

VIGOTSKI, Lev. *Fundamentos de Defectologia*. Madrid, Espanha: Visor, 1997.

Apêndices

Apêndice 1 - Relatórios Administrativos do Instituto Nacional de Educação de Surdos de 1856 a 1889 presentes no CRL e na Biblioteca Nacional Digital

Disponível em: <https://www.avp.pro.br/mod/glossary/showentry.php?eid=601>



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR

RELATÓRIOS ADMINISTRATIVOS DO INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE
SURDOS DE 1856 A 1889 PRESENTES NO CRL E NA BIBLIOTECA NACIONAL
DIGITAL

Organização: Aline Lima da Silveira Lage

Rio de Janeiro
2019-2020

Apêndice 2 – Relatório da Bolsista Rosiane Flauzino Jardim Silva

RELATÓRIO FINAL

Bolsista: ROSIANE FLAUZINO JARDIM SILVA

PROJETO DE PESQUISA

**PROFESSORES SURDOS DO ENSINO PROFISSIONAL
DO INSTITUTO DE EDUCAÇÃO DE SURDOS**

Professora Coordenadora: Aline Lima da Silveira Lage

**RIO DE JANEIRO, AGOSTO
2019**

Relatório Final

Este documento apresenta relatório final das atividades da bolsista Rosiane Flauzino Jardim Silva. Eu relato minhas atividades de pesquisa do dia 21 de maio até o mês de agosto de 2019, no DESU/INES.

O projeto de pesquisa no qual eu atuei pretende levantar dados sobre a atuação de professores surdos do ensino profissional oferecido pelo INES. Objetivos específicos: são identificados documentos relacionados com o ensino profissional oferecido pelo INES, localizar bancos de dados, que possam concentrar dados referentes ao ensino profissional, buscar documentos onde constam atuação dos professores surdos, organizar e mapear instituições de ensino profissionais nas quais os surdos tenham atuado como professores.

No tempo em que participei do grupo de pesquisa tive a experiência de estudar uma tese, ler dois textos sobre educação profissional, visitar o acervo do INES e visitar a Biblioteca Nacional.

Tive acesso a tese da professora Aline Lima da Silveira Lage, onde conheci os relatos sobre os professores surdos do INES. Compreendi que os trabalhos deles foram muito importantes, não tinha esse conhecimento e recomendo que outras pessoas tenham acesso também.

Estudei dois textos relacionados ao tema da pesquisa. O primeiro texto foi: Machado (2006) que aborda diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. O segundo texto foi de José Ângelo Gariglio e Suzana Lana Burnier (2014) intitulado *Os professores educação profissional: saberes e práticas*. Esses textos trouxeram informações relevantes para minha formação, anteriormente não tinha conhecimento desses textos. Foram entregues a professora Aline Lage duas resenhas, comentados por ela.

Eu e a coordenadora Aline Lage fomos visitar o acervo do INES. A professora responsável pelo acervo, nos recebeu e indicou por onde iríamos começar a pesquisa documental. Tivemos contato com o material e analisamos o primeiro relatório do ano de 1857. Depois comeci o trabalho de registro dessa documentação. Esse primeiro registro foi encaminhado para a coordenadora Aline Lage.

Eu e a coordenadora Aline Lage fomos visitar a Biblioteca Nacional para compreender como se realizar uma pesquisa biográficas e documental. Fizemos uma rápida pesquisa nas obras gerais e encontramos algumas referências para consultar

depois. Fomos ao setor de obras raras, embora não tenhamos encontrado nenhuma obra sobre ensino profissional, encontramos uma obra interessante do ano de 1767. O livro *A Aia Vigilante* de autoria de Joanna Rousseau de Villeneuve apresenta reflexões sobre educação dos meninos desde a infância até a adolescência. Esse livro me fez compreender que uma boa educação desperta para sociedade, que é necessário conhecimento para obter bens culturais.

Nas reuniões de orientação da pesquisa foram realizados debates sobre as atividades que foram descritas anteriormente. Particpei de uma reunião do Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos coordenado pelos professores Aline Lage e Maurício Cruz. Foi um encontro de muito valioso para mim.

O grupo foi muito importante para minha vida acadêmica, meu cognitivo teve um desenvolvimento para compreender os textos. A minha escrita melhorou bastante. A coordenadora Aline Lage esteve sempre à disposição em todos os momentos que eu precisel.

Apêndice 3 - Relatório da Bolsista Altair Fátima Bezerra de Santana

**INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS
DEPARTAMENTO DE ENSINO SUPERIOR
CURSO DE PEDAGOGIA
PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIC-INES**

PESQUISA PROFESSORES SURDOS DO ENSINO PROFISSIONAL DO INES

**Bolsista: Altair Fatima Bezerra de Santana
Professora Coordenadora: Aline Lima da Silveira Lage**

RIO DE JANEIRO, JUNHO/2020

Por meio deste documento, eu, Altair Fatima Bezerra de Santana, relato minhas atividades na pesquisa "Professores Surdos do Ensino Profissional do Instituto Nacional de Educação de Surdos" como bolsista do Programa de Iniciação Científica do INES (PIC-INES 2019).

No dia 06 de abril, fui oficialmente notificada do meu remanejamento para essa pesquisa sob a orientação da professora Aline Lage.

No dia 07 de abril das 10h40 às 12h30, tivemos nossa primeira reunião via WhatsApp, ficando combinado que poderíamos nos comunicar por esse aplicativo no horário comercial, das 9h até às 21h e aos sábados até as 13h. Na ocasião fui orientada que lesse o projeto com calma, anotasse o que me chamou a atenção e dúvidas. Além disso, foram propostas duas ações interligadas: que estudasse o tema da pesquisa que é Ensino Profissional e Pesquisa Científica para que eu integrasse a avaliação dos dados produzidos na pesquisa. Assim, começamos da seguinte forma:

07/04 - Apresentações planejamento inicial: Leitura do projeto de pesquisa.

14/04 - Envio do plano de curso da matéria Metodologia de Pesquisa do Curso de Pedagogia – DESU/INES. Para que a professora Aline pudesse compreender o que eu havia estudado sobre o tema, especialmente as referências.

22/04 - Debate dos textos de Machado (2008) e Gariglio e Burnier (2014) sobre a compreensão dos saberes docentes e a docência na educação profissional. Foram entregues dois resumos das leituras feitas e indagações sobre os mesmos. Esses textos trouxeram informações relevantes sobre a carreira docente.

28/04 - Reunião do GPFPS - Grupo de Pesquisa Formação de Professores (de) Surdos – GPFPS-INES (via Hangouts), coordenado pelos professores Aline Lage e Maurício Cruz. Foram momentos de grande relevância para mim, pois tive contato, ainda que virtualmente, com pessoas experientes na área da educação bilíngue que muito contribuíram para o meu saber pedagógico.

07/05 - Debate do texto de Deslandes (2012), no qual a autora descreve o projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual.

13/05 - Debate dos Relatórios Administrativos do INES no período do diretor Edouard Huet dos anos de 1856 e 1857. Objetivo foi compreender como o ensino profissional aparece nesses documentos.

20/05 - Avaliamos o corte das bolsas para alunos da Iniciação Científica, ao que, me pronunciei, afirmando que, como aluna em fase monográfica, não poderia voltar a concorrer caso haja um novo edital. Porém, coloquei-me à disposição para continuar na pesquisa como voluntária.

Conclusão

Considero fundamental a continuidade deste projeto a fim de contribuir com aqueles que tiverem interesse pelo tema. Os dados pesquisados estão disponíveis no site do Ambiente Virtual de Pesquisa (AVP): <https://www.avp.pro.br/course/view.php?id=15>

Referências

DESLANDES, S.F. O projeto de pesquisa como exercício científico e artesanato intelectual. In: MINAYO, M.C. de S. *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012, p. 31-60.

GARIGLIO, J.Á.; BURNIER, S.L. Os professores da educação profissional: saberes e práticas. *Cadernos de Pesquisa*, v. 44, n. 154, p. 934-959, out./dez. 2014.

MACHADO, L.R. de S. Diferenciais inovadores na formação de professores para a educação profissional. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, v. 1, n. 1, p. 1-23, jun. 2008.

Anexos

Anexo 1 - Programa do Curso Normal do INES em 1884 (Documento administrativo do Instituto - Acervo Arquivo Nacional) – (Rocha, 2018, p. 67)

2ª Directoria.— Ministerio dos Negocios do Imperio.— Rio de Janeiro em 13 de Setembro de 1884.

Declaro a Vm., para os devidos effeitos, que o curso normal estabelecido nesse Instituto a fim de habilitar professores para o ensino dos surdos-mudos por meio da palavra articulada e da leitura sobre os labios, e a que se refere o Aviso de 8 de Fevereiro do anno findo, deve reger-se pelas seguintes instrucções :

1.º O curso normal será dividido em tres series e comprehenderá :

1ª Serie

Objecto da pedagogia ; suas divisões.— Educação physica.— Noções geraes de anatomia e physiologia humana.— Estudo particular do apparelho da voz e da palavra.— Hygiene geral e escolar.

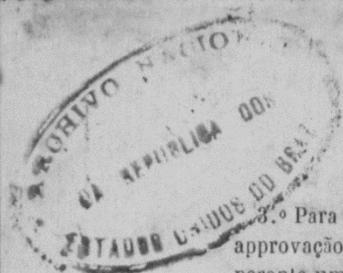
2ª Serie

Noções elementares de psychologia experimental.— Cultura das faculdades.— Methodologia geral.— Methodologia especial para o ensino do surdo-mudo.— Educação moral.— Disciplina, organização dos collegios, institutos e escolas para surdos-mudos.

3ª Serie

Esboço historico da pedagogia.— Historia da sciencia e da arte de educar surdos-mudos.

2.º Para a admissão á matricula na 1ª serie exige-se que o candidato seja maior de 18 annos, e, perante uma commissão composta de professores do Instituto, se mostre habilitado na lingua franceza e nas materias que constituem o curso das escolas publicas primarias do 1º grau.



— 2 —

3.º Para a matricula na 2ª e 3ª series, é indispensavel a approvação nas materias da anterior, obtida em exame feito perante uma commissão composta de dous professores do Instituto e presidida pelo Director.

4.º Poderá matricular-se logo na 2ª serie o candidato que prestar exame das materias da 1ª e fôr approvedo.

5.º Os alumnos da 1ª serie serão externos e comparecerão no Instituto á hora marcada para a respectiva lição, finda a qual deverão retirar-se do estabelecimento.

As lições serão diarias e durarão uma hora.

6.º Os alumnos da 2ª e 3ª series serão internos ; gozarão das vantagens e ficarão sujeitos aos onus prescriptos pelo Regimento interno para os alumnos e empregados internos do Instituto.

7.º Dentre os alumnos da 2ª ou da 3ª serie, poderá o Director escolher os que julgar idoneos para exercer interinamente os cargos de repetidor, com o respectivo vencimento.

8.º O alumno do curso normal que fôr dispensado do cargo de repetidor perderá o logar de interno, podendo, entretanto, continuar o curso como externo.

9.º Os alumnos approvedos plenamente em todas as materias do curso normal terão o titulo de « professor de surdos-mudos » e deixarão de residir no Instituto.

10. O provimento das cadeiras que vagarem ou fõrem creadas no Instituto será feito por concurso, para o qual só poderão inscrever-se as pessoas habilitadas na conformidade do artigo antecedente.

O Governo expedirá instrucções especiaes que regulem as provas e processos dos concursos.

Deus Guarde a Vm.— *F. Franco de Sá*.— Sr. Director do Instituto dos Surdos-mudos.

Anexo 2 – Instruções do Concurso para Provimento da cadeira de Linguagem Escrita (BNDigital, 1883, Anexo D, p. 414)

Sua Magestade o Imperador, Attendendo ao que propoz o Director do Instituto dos Surdos-Mudos, Ha por bem que no concurso para o provimento da cadeira de linguagem escripta do 1º e 2º anno do mesmo Instituto se observem as seguintes instrucções :

Art. 1.º Conservar-se-ha aberta no Instituto, durante 60 dias, a inscripção para o concurso ao provimento da cadeira de linguagem escripta do 1º e 2º anno.

Da mesma inscripção se lavrará, em livro especial, termo, que será assignado pelo Director e pelos candidatos.

Art. 2.º Ao concurso só podem ser admittidos, na conformidade do art. 7º do Regulamento annexo ao Decreto n. 5435 de 15 de outubro de 1873, os repetidores do Instituto.

Art. 3.º Findo o prazo da inscripção, o Director enviará uma relação dos candidatos inscriptos ao Commissario do Governo, que designará dia e hora em que devam effectuar-se as provas do concurso.

Art. 4.º O concurso se fará no Instituto perante uma commissão composta do referido Commissario, como presidente, do Director e de dois professores do Instituto, que servirão de examinadores e serão designados pelo mesmo Commissario.

Todos os membros da commissão terão voto, competindo ao presidente, no caso de empate, o voto de qualidade.

Art. 5.º Serão tres as provas do concurso: escripta, oral e pratica. As duas primeiras poderão realizar-se no mesmo dia.

Art. 6.º A prova escripta consistirá em uma dissertação feita sobre um dos seguintes pontos, tirados á sorte: historia da educação dos surdos-mudos; estado physico e moral dos surdos-mudos incultos e as modificações que a educação lhes imprime; apreciação dos methodos e processos empregados no ensino.

O candidato terá duas horas para esta prova, que será assignada por elle e pelos membros da commissão julgadora, a quem compete fiscalizal-a.

Art. 7.º A prova oral constará da arguição dos candidatos, pelos examinadores, sobre causas e especies da surdo-mudez; caracteristicos physicos, moraes e intellectuaes dos surdos-mudos, congenitos e accidentaes; preceitos pedagogicos que convem applicar a cada uma das especies de surdos-mudos; preceitos hygienicos necessarios aos surdos-mudos.

A arguição será de meia hora para cada candidato.

Art. 8.º Si algum dos candidatos fór surdo-mudo, a arguição será feita por escripto, conforme se procede nas classes do Instituto.

Art. 9.º A prova pratica consistirá em uma lição, por espaço de uma hora, a dois surdos-mudos, podendo ser chamados dois alumnos que saibam ler e escrever, para facilitar a lição.

Art. 10. Terminada a prova pratica, a commissão procederá, por votação nominal, ao julgamento das habilitações dos candidatos e os classificará por ordem de merecimento.

Si houver um só candidato, a mesma commissão limitar-se-ha a julgar si elle está ou não habilitado.

Art. 11. Concluido o julgamento, lavrar-se-ha uma acta circumstanciada de tolo o occorrido, da qual o presidente enviará ao Governo uma cópia, acompanhada das provas escriptas e de informação sua.

Art. 12. Si algum concurrente fór acommettido de molestia que o inhiba ou de tirar o ponto ou de fazer qualquer das provas, poderá justificar o impedimento perante a commissão julgadora, a qual, si o julgar legitimo, espaçará o acto até oito dias.

Da decisão em contrario po terá haver recurso para o Governo, interposto dentro de 24 horas.

No caso de haver um só candidato, o concurso será adiado pelo tempo que ao Governo parecer sufficiente, até 30 dias.

Art. 13. O candidato que não satisfizer ás tres provas, ou por qualquer motivo não completar uma dellas, será excluido do concurso.

Palacio do Rio de Janeiro, em 4 de janeiro de 1884.— *Francisco Antunes Maciel.*

Anexo 3 - Transcrição do Relatório de Edouard Huet (Rocha, 2018, p. 29) em francês

Institut des Sourds-Muets
Abril 1856

Rapport

A L.L. Ex. Ex. M. M. Les Membres de la Commission Directrice

Excellences

La protection généreuse et si affiance dont V.V. Ex. Ex. honorent la naissance institution des Sourds-Muets m'impose l'obligation de mettre sous vos yeux le tableau de la situation actuelle de l'établissement, situation satisfaisante eu égard à ses besoins et à la modicité de ses ressources.

En effet, l'institution primitivement fondée avec dany boursiers datés par la magnificence impériale dans les circonstances extrêmement difficiles, au milieu d'un dénuement absolu, avec une dette de près de 600 000 francs à Paris, s'est ouverte le 1er janvier dernier, et grâce aux grands noms qui ont bien voulu l'abriter de leur illustration, et particulièrement au des élèves [?] pour dir entrantes et les tenir serrés les uns contre les autres aussi près que possible, moi même je suis obligé de coucher dehors faute de place, et de plus, ces exercices ayant lieu dans son salon, le tapage de la craie et des tableaux couvre les meubles d'une poussière qui les détériore. Je crains d'être plus tard attaqué en dommages intérêts.

Et comme la désertion de mes élèves pensionnaires pourrait avoir des conséquences funestes pour un établissement qui ne fait que naître, j'ai été obligé de recourir aux promesses pour les faire réussir. Les parents consentant à les laisser encore un mois sur ce que j'ai dit qu'une maison serait prochainement donnée à l'oeuvre et que là j'en pourrais faire plus de classes et je prie Dieu faire en sorte que V.V. Ex. ex. en ayant bientôt une à disposition!!

Que V.V. Ex. Ex. me permettent de leur exprimer, en terminant cet exposé, ma profonde et vive gratitude pour tous les biens que leur illustre patronage a attirés et attirera encore à notre oeuvre, et de leur rappeler que l'adhésion législative est ouverte. L'année dernière j'avais adressé à la chambre des députés une pétition demandant la création d'une Institution Impériale de sourds-muets le rapport de la commission a été favorable et conclut à ce qu'il nous soit accordé les mêmes avantages qu'à l'institution des aveugles (soit 15 centos e reis annuels) a rapport toutefois d'abord encore dans les bureaux, et n'a pu être lue à la chambre, la session étant trop avancée mais l'offre étant fondée maintenant la pétition doit changer d'objet, et le réduire à une demande de bourses, l'état et moi y trouveront chacun leur avantage et si la chambre accorda les mêmes avantages que passer les aveugles cela fait 30 bourses pour 30 élèves, un tel résultat serait vraiment magnifique.

E. Huet